

Semanário
Director:
António Dias Lourenço

Ano 58 - Série VII - N.º 784
5 de Janeiro de 1989
Preço: 50\$00

Propriedade do Partido Comunista Português Dir./Red. - Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 22/25 - Telex 18390 Composição e impressão - Heska Portuguesa Distribuição - CDL, R. Santos Dumont, 57-2.º - 1000 Lisboa

Movimento sindical converge na recusa do «pacote» do Governo

Perspectiva de luta no plano nacional

- **Metalúrgicos e mineiros**
- jornada nacional de luta
marcada para 12 de Janeiro
- **Minas da Panasqueira**
- movimentação e luta
alcançam mais de 17 por cento
de aumentos salariais
- **Protesto generalizado**
- enquanto o Metro pára em Lisboa
são despedidos
centenas de trabalhadores
no distrito de Braga

Págs. 1, 2 e 3/Semana



Ouviu-se na AR o silêncio das rádios



A tentação hegemónica do PSD

Pág. 6/Semana



Encontro PCP/PRD

Uma delegação do Partido Comunista Português reuniu-se com uma delegação do Partido Renovador Democrático. O encontro, que teve lugar na sede do PRD, na quinta-feira passada, «decorreu em ambiente de grande franqueza e frontalidade, foi útil e frutuoso», afirmou o camarada Álvaro Cunhal, que dirigiu a delegação do PCP, composta pelos camaradas Octávio Pato, Carlos Brito e Luís Sá. A delegação do PRD era constituída por Hermínio Martinho, Pedro Canavarro, Marques Júnior e Bártolo Paiva Campos.

Saudações a Álvaro Cunhal

Por motivo da sua reeleição para o cargo de secretário-geral do PCP, o camarada Álvaro Cunhal continua a receber saudações. Aqui publicamos as mais recentemente recebidas:

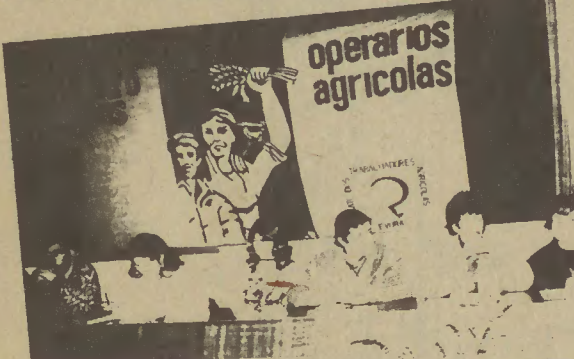
Do secretário-geral da Frente de Libertação Nacional do Barhein, Seif Benali.

Do Presidente Manuel Pinto da Costa e do Comité Central do MLSTP.
Do secretário-geral do Comité Central da Frente Popular de Libertação de Omã, Abdel Azziz Al-Qadhi.

Em Foco

Um Encontro onde se falou de terras ao abandono, ensino, situação internacional, etc.

Jovens de Évora em defesa da Reforma Agrária



Apresentamos para vocês (ou dentro de 25 por cento das organizações) jovens de Évora, a uma das principais organizações da Reforma Agrária. O encontro, realizado em Évora, teve como tema a defesa da Reforma Agrária. Os jovens presentes, entre os quais se destacam os camaradas João e Maria, foram recebidos pelo presidente da organização local, João, e pelo secretário-geral, Maria. O encontro foi muito frutuoso e os jovens presentes foram muito bem recebidos. O encontro foi muito frutuoso e os jovens presentes foram muito bem recebidos.

Orçamentos e Planos de Actividades Autárquicas Loures, apenas um exemplo



CUBA 30 anos depois



É lícita a esperança

Nestes primeiros dias de um novo Ano, mais exactamente deste 1989 recheado de interrogações e indefinições numa singular época de viragem, duas exigentes tarefas, no conjunto de várias outras de carácter relevante, se colocam às forças democráticas, a todos os democratas e patriotas, a todos os cidadãos que aspiram ao pleno florescimento do regime democrático, ao progresso económico, social e cultural do nosso Povo e do nosso País.

Uma, fazer o ponto da situação nacional na sua globalidade e nas suas perspectivas imediatas e à distância; examinar com objectividade e aguda percepção os avanços e perigos do processo da contra-revolução em Portugal, a gravidade da ameaça que pesa sobre o regime democrático e as formas viáveis de a enfrentar e conjurar;

Outra, avaliar de modo realista as possibilidades e meios de facto ao alcance do movimento operário, popular e democrático português para obstar à crescente degradação das instituições democráticas; para travar a ofensiva da direita; para inflectir o processo antinacional de restauração dos monopólios; para restabelecer e garantir o processo de desenvolvimento harmonioso e promissor da democracia portuguesa nas grandes linhas de Abril à luz das novas realidades.

São tarefas de grande porte que podem e devem ser concretizadas mas de inconcebível realização sem a luta e a activa participação das massas populares e sem a convergência, a unidade e a acção comum dos partidos e organizações democráticas mais representativos.

A natureza e grandiosidade deste trabalho comum exige a urgente superação das dificuldades e preconceitos que estorvam o necessário entendimento entre as forças democráticas. Impõe que se ponha resolutamente de lado a lanugem do secundário que nos divide sem que se tenha a pretensão de fazer tábua rasa das naturais diferenças de leitura e divergências reais na análise do processo e no posicionamento político e ideológico que lhes são próprios; exige a rápida determinação, a eleição e o aprofundamento do que de fundamental nos congrega e une no combate vital pela democracia.

Eis o irrecusável mandato da hora actual para todos os portugueses democratas e patriotas que amam a liberdade, o progresso e a independência nacional do seu País.

Aqueles que ainda albergam ilusões acerca do carácter do Governo cavaquista, da sua política e do seu projecto, os que se deixam enredar nas malhas dos compromissos com a direita, têm nos sucessos destas últimas semanas uma vasta matéria de esclarecimento, de auto-exame, de motivações novas a que é difícil virar as costas sem graves consequências para o País e para si próprios.

Os actos e o comportamento do Executivo de Cavaco e da sua domesticada maioria parlamen-

tar, nas derradeiras semanas do ano que findou e já nos primeiros dias do ano que começa, são suficientemente definidores e instrutivos da verdadeira índole política e de classe e do projecto de fundo que inspira e motiva o Governo que temos à frente do País.

A acelerada maratona das reprivatizações e da ofensiva de destruição da Reforma Agrária; as novas medidas e projectos laborais; a política financeira expressa pelo Orçamento do Estado; as sufocantes decisões no âmbito da comunicação social; a nova escalada do custo de vida; os surtos e intentos repressivos que se vão revelando e ateando nas situação nacional; o agravamento da nossa dependência externa, são marcos de uma trajectória que aponta incontestavelmente à rápida restauração do capitalismo monopolista de Estado, umbicalmente ligado ao grande capital estrangeiro e às multinacionais, do parasitismo latifundista, da exploração agravada e sem peias do mundo do trabalho, da espoliação das classes e camadas da burguesia não monopolista da indústria, da agricultura, do comércio, dos serviços, em holocausto aos grandes detentores da riqueza; na colocação de Portugal na cauda dos interesses dos países mais desenvolvidos da Europa Ocidental e dos Estados Unidos.

As classes trabalhadoras são visivelmente os alvos principais da ofensiva do Governo PSD/Cavaco Silva e dos seus planos restauracionistas.

A injustiça da repartição da carga fiscal e da política de rendimentos expressas no Orçamento de Estado — a par da completa degradação das condições laborais e da constante subida do custo de vida, dos cuidados da saúde e da habitação, do alastramento das manchas de miséria e de completa ausência da segurança social, das novas tentativas de imposição do celerado pacote laboral, repellido em poderosas acções de massas pelos trabalhadores, são inequívocas manifestações do carácter de classe, essencialmente anti-operárias, da ofensiva do Governo.

A redução do salário real, a precaridade do emprego e a completa insegurança no mercado do trabalho, a brutal exiguidade das pensões e reformas para cerca de 2 milhões de reformados e pensionistas, o alastramento do trabalho infantil, são as formas privilegiadas da super-exploração dos trabalhadores, e da rápida acumulação capitalista, essenciais à obtenção do lucro máximo dos monopólios, em particular dos grupos multinacionais lançados já ao assalto das empresas portuguesas mais rentáveis.

Para 1989 o Governo PSD/Cavaco Silva quer fazer pagar aos trabalhadores uma dupla e mais gravosa tributação; pretende mais uma vez impor tectos salariais com base numa taxa de inflação fictícia (que Cadilhe «decreta» mais uma vez em 6% quando mesmo a própria e insuspeita OCDE prevê 8% e cuja falibilidade a experiência de 1988 comprova). Ao mesmo tempo, sob uma visão de classe de redução do consumo, preten-

de a clique governante diminuir ainda mais o exíguo poder de compra dos trabalhadores impor de novo a austeridade de «aperta-o-cinto» deixando campo livre aos consumos sumptuários que em 1988 assumiram foros de autêntico escândalo e imoralidade.

A intensificação do trabalho precário, com a quase total ausência de direitos e garantias sociais para os trabalhadores, é, além disso, um factor de redução efectiva do salário real pelos custos de medicamentos, dos cuidados de saúde, pelos cortes de subsídios diversos, que têm de sair dos magros proventos de quem trabalha e não da segurança social mesmo com as suas conhecidas limitações.

É também uma ajuda directa e indirecta à acumulação capitalista pelos empresários a não obrigação de pagarem a sua parte nos seguros sociais, apesar de em vários casos efectuarem ilegalmente descontos sobre os trabalhadores a prazo, além de constituírem um incentivo para reduzirem as remunerações por categorias profissionais que em alguns casos chegam a atingir os 20%.

Chega-se ao extremo, no novo esquema de cobrança dos impostos, de o IRS relativo aos trabalhadores independentes, no montante de 16%, passar agora a ser retido pelo patronato com todos os abusos conhecidos de acaparação patronal das contribuições dos trabalhadores (para o desemprego, para as cotizações sindicais e outros fins.).

O aumento de preços, decretado desde o dia 1 deste mês, de artigos, bens e serviços de primeira necessidade representam a anulação prática dos exíguos tectos salariais prescritos pelo Governo.

A nova tentativa de imposição do pacote laboral que o Governo não conseguiu impor no decurso do ano transacto, não pode deixar de suscitar de novo a indignação e o protesto dos trabalhadores.

Nessas tentativas está além disso expresso o propósito de atingir os próprios direitos sindicais dos trabalhadores, a liberdade sindical, o intento de dar base jurídica à repressão patronal contra os dirigentes e activistas sindicais.

A jornada nacional de depois de amanhã de luta contra os intentos governamentais convocada pela CGTP é o começo de uma resposta que é imperioso dar de imediato.

Aliás, o processo de intensificação do trabalho precário não é uma fatalidade inelutável nem um dado adquirido.

Está na mão dos trabalhadores impedi-lo e invertê-lo através da sua unidade e luta e de cada vez mais potentes acções de massas que desde já no movimento sindical unitário se encara ir de novo, se tal for necessário, até ao desencadeamento da greve geral.

Paralelamente, a rápida reprivatização institucional das empresas públicas e nacionalizadas é acompanhada pela venda em

Resumo

28

Quarta-feira

O «DN», respondendo ao ministro Valente de Oliveira, publica um *fac-simile* da versão provisória da «Lista de Grandes Projectos» do Governo para a próxima década ■ Activistas sindicais analisam em Coimbra o novo pacote laboral e formas de luta para o combater ■ Continua a aumentar a percentagem de mulheres nos números do desemprego, de acordo com a informação mensal do IIEP ■ As obras na rua Augusta não respeitam o



projecto do gabinete do professor Caldeira Cabral e a CDU tenciona discutir a questão na próxima reunião da CM de Lisboa — revela «o diário» ■ A Associação Nacional de Municípios Portugueses divulga no Porto o «Caderno Europeu de Propostas e Reivindicações», editado em todos os países da CEE para recolher opiniões e propostas sobre a estrutura política e económica da Comunidade ■ A produção de vinho em 1987/88 foi a maior dos últimos 5 anos, aumentando 38 por cento em relação à campanha anterior; o consumo aumentou apenas 12 por cento e a exportação diminuiu 12,6% — revela o INE ■ Um relatório oficial dos EUA afirma que Portugal é um dos países da NATO que devem aumentar a sua contribuição económica para a Organização, «apesar das dificuldades económicas» ■ O desastre com o avião da PANAM que se despenhou em Lockerbie foi provocado por um engenho explosivo — revela o responsável britânico pelas investigações ■ Bush nomeia Robert Gates, director-adjunto da CIA, para seu conselheiro-adjunto de Segurança Nacional ■ A polícia marítima italiana intercepta um barco com 40 imigrantes filipinos «amontoados como gado» no congelador do pescado.

29

Quinta-feira

As federações sindicais da CGTP-IN repudiam «clara e frontalmente» a retoma do pacote laboral pelo Governo — afirmam no comunicado distribuído após uma reunião em Lisboa ■ Uma delegação do PCP apresenta à direcção do PRD as conclusões do XII Congresso ■ O Governo anuncia que decidiu fixar em 30 mil escudos o salário mínimo nacional para 1989 ■ Uma adesão de praticamente cem por cento dos trabalhadores paralisa o

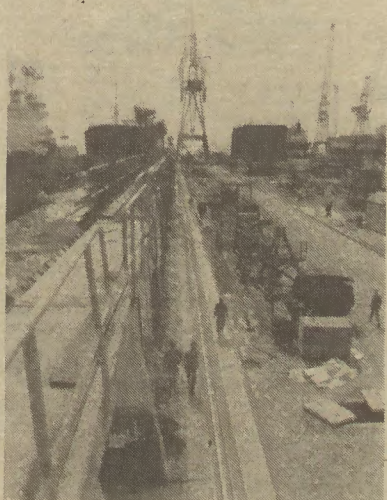


Metropolitano de Lisboa no dia do seu 29.º aniversário ■ Desapareceram nos mapas do CRSS de Braga 4 anos de contribuições de trabalhadores de Barcelos — revela «o diário» ■ Em plenário é decidido suspender a greve de amanhã na Lotaria Nacional e entregar novo pré-aviso para 20 de Janeiro ■ O Conselho de Redacção do «DN» avaliza a «renomeação» pelo CG de Dinis de Abreu para o cargo de director do matutino ■ A polícia dispara sobre manifestantes que protestam contra o aumento de preços decretados (e posteriormente anulados) no Sudão, enquanto se inicia uma greve geral por tempo indefinido ■ São libertadas as duas crianças francesas sequestradas há 13 meses pelo grupo de Abu Nidal ■ Inicia-se em Islamabad (Paquistão) a 4.ª cimeira anual da Associação do Sul da Ásia para a Cooperação Regional ■ Explode uma bomba de grande potência na sede do Partido Comunista Argentino, em Buenos Aires.

30

Sexta-feira

A Coordenadora das CTs da Indústria Naval manifesta, numa reunião



com representantes da Secretaria de Estado da Indústria, o seu repúdio pela situação criada na Setenave, onde o Governo prossegue os processos de despedimento ■ Nos primeiros doze meses de 1988 o investimento directo estrangeiro em Portugal duplicou relativamente a igual período de 1987 — revela o INE ■ Takashi Hasegawa, nomeado terça-feira ministro da Justiça do Japão, demite-se, confessando ter aceite subornos de uma firma ■ Depois de rejeitado o Orçamento para 1989, o primeiro-ministro jugoslavo, Branko Mikulic, pede a demissão ■ Iuri Tchurbanov é condenado a 12 anos de prisão por ter aceite subornos.

31

Sábado

Em 1988 a Bolsa de Valores de Lisboa movimentou 135, milhões de con-

tos, contra 190,9 milhões em 1987 — revela um balanço hoje divulgado ■ O PR dirige aos portugueses a tradicional mensagem de Ano Novo ■ Rajiv Ghandi e Benazir Bhutto assinam um pacto de não agressão em nome do Paquistão e da Índia ■ Aurora Cunha vence a corrida S. Silvestre de São Paulo, no Brasil.

1

Domingo

Em Portugal o Ano Novo entra com aumentos de preços ■ As forças armadas do Afeganistão e as tropas da URSS aqui estacionadas iniciam um cessar-fogo unilateral que se prolongará até quarta-feira ■ Um naufrágio ao largo da praia de Copacabana provoca mais de cem mortos.

2

Segunda-feira

A administração da Metalúrgica Duarte Ferreira impede mais de cem trabalhadores, suspensos ao abrigo do *lay-off* até 31 de Dezembro, de retomarem os seus postos de laboração ■ Dirigentes do Sindicato das Indústrias Eléctricas do Sul e Ilhas denun-



ciam o «tráfico de mão-de-obra», a criação de empresas fantasmas e a subcontratação de pessoal para as multinacionais do sector ■ O Governo francês anuncia que pretende rever as leis que regulam a entrada de estrangeiros no país.

3

Terça-feira

O dirigente da CGTP-IN, Manuel Lopes, afirma que a convocação de uma greve geral «parece inevitável, se o Governo não alterar a sua posição» em relação à nova versão do pacote laboral; os sindicatos preparam entretanto acções de luta que devem convergir numa jornada de protesto a convocar para o dia 12 de Janeiro. ■ Mais de 150 crianças estão internadas nos hospitais de Lisboa devido a um surto de sarampo que já causou três mortes. ■ Termina o prazo de entrega das candidaturas à exploração de frequências de radiodifusão, estimando-se que o número de candidatos seja inferior às frequências disponíveis. ■ Um estudo da Direcção-Geral de Qualidade Alimentar revela que a produção global de resíduos tóxicos e perigosos em Portugal deverá ultrapassar os dois milhões de toneladas em 1995. ■ Navios americanos navegam em direcção à Líbia, que os EUA ameaçam atacar a pretexto da construção de uma fábrica de armas químicas. ■ O rei Hassan II de Marrocos recebe em Marraquexe uma delegação da Frente Polisário, abrindo-se assim perspectivas de resolução política da questão do Saara Ocidental.

vastas proporções de empresas portuguesas ao capital estrangeiro, mesmo ao arripio das celeras leis dos 49% e contra as determinações da Constituição em vigor — o que deita por terra a demagogia cavaquista da abertura da actividade empresarial a jovens empresários portugueses que já manifestaram o seu alarme e preocupação pelo assalto das multinacionais na indústria, na agricultura, nos serviços.

A excepcional subida do investimento estrangeiro (só de Janeiro a Novembro de 88 mais 53 milhões de contos e 102,6% que em igual período de 1987) incide principalmente na compra e participação no capital de empresas já instaladas (54 milhões de contos), e numa parte mínima (18 milhões de contos) na criação de novas empresas.

É significativo que o investimento americano se situe na 2.ª posição logo a seguir ao principal investidor da CEE — a Grã-Bretanha. Do total, coube aos Estados Unidos um investimento de 18,6 milhões de contos — Estados Unidos onde, como estamos lembrados, Cavaco Silva foi alardear o baixo preço da mão-de-obra portuguesa, repetindo, a pedido de Carlucci para um grupo de banqueiros entusiasmados, as vantagens da exploração do nosso mercado de trabalho aliado às facilidades da saída dos lucros obtidos em Portugal.

Cada vez mais a destruição do Sector Público e Empresarial do Estado, a privatização sem precedentes de serviços públicos até então a cargo do Estado, a ofensiva de aniquilamento da Reforma Agrária, assumem o carácter de autêntico crime contra a economia nacional, contra a independência do nosso país, contra os interesses vitais do nosso povo.

A batalha institucional ganha nesta complexa situação uma relevante importância. A acção dos deputados do PCP em convergência com a dos restantes partidos democráticos, mesmo até agora defrontando a obtusidade e domesticção da maioria parlamentar do partido governante que nada aceita das propostas da oposição, tem constituído um obstáculo de monta à política do Governo.

É nestas condições, neste quadro de perigos e ameaças para o regime democrático, que a questão da revisão constitucional e o inqualificável acordo do PS com o PSD para a desfiguração da nossa ordem constitucional, assumem a maior gravidade. Não é ainda tarde para uma séria reflexão e uma mudança de posição dos dirigentes socialistas.

A democracia portuguesa restaurada e vivificada com o 25 de Abril, espera do Congresso do PS no próximo dia 15 uma corajosa atitude relativamente a esta crucial questão.

A revisão ainda não está feita, aqueles de quem depende ainda não deram o passo definitivo. O povo português pode e deve dizer ainda uma palavra decisiva.

Neste começo de 89 é lícita a esperança.

Avante!
Proletários de todos os países - UNI-VÓS

O jornal
dos trabalhadores
da democracia
e do socialismo

PROPRIEDADE: *Partido Comunista Português*. Rua Soeiro Pereira Gomes - 1699 - Lisboa
CODEX. Tel. 76 83 45

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes - 1699 Lisboa
CODEX
Tel. 76 97 25/76 97 22

ADMINISTRAÇÃO:
Av. Santos Dumont, 57-3.º
- 1000 Lisboa

DISTRIBUIÇÃO:
CDL, Central Distribuidora Livreira,
SARL, Serviços Centrais: Av.
Santos Dumont, 57 - 2.º -
1000 Lisboa
Tel. 73 22 75/76 11 31/73 48 17

Casa da Venda em Lisboa: Rua do
Século, 80 - 1200 Lisboa
Tel. 32 19 16

ASSINATURAS:
Av. Santos Dumont, 57-4.º, Esq.º
- 1000 Lisboa. Tel. 76 64 02

EXPEDIÇÃO:
R. João de Deus, 24 - Venda Nova
2700 Amadora. Tel. 90 00 44

ALTERAÇÕES
DE ÚLTIMA HORA
Tel. 90 00 44

Delegação do Norte
Centro Distribuidor do Porto:
R. Miguel Bombarda, 578 -
4000 Porto
Tel. 69 39 08/69 96 15

Centro Distribuidor de Coimbra:
Terreiro da Erva, 6 - 3000 Coimbra
Tel. 28394

PUBLICIDADE CENTRAL:
Alameda St.º António dos Capuchos,
6-B - 1100 Lisboa. Tel.
77 69 36/77 67 50

Porto - Rua do Almada, 18-2.º,
Esq.º
- 4000 Porto. Tel. 38 10 67

Composto e Impresso na Heska
Portuguesa - R. Elias Garcia, 27
Venda Nova - 2700 Amadora

Depósito legal n.º 205/88

Tiragem média do mês de Dezembro: 26 562 exemplares

Pacote laboral e outras lutas

Nada estimulantes para o Governo as posições sindicais já indicadas no princípio de 89

Praticamente em todos os distritos do País e nos mais diversos ramos de actividade convergem neste princípio do ano de 89 as posições sindicais de recusa e as previsões de luta geral contra os projectos anunciados pelo Governo no âmbito conhecido da sua política de afrontamento no campo laboral.

À mais vasta convergência imaginável em pontos fulcrais comuns da parte dos dirigentes sindicais com mais responsabilidade de direcção sindical a nível de todo o País corresponde da parte dos sindicatos e das suas organizações em empresas e sectores **um novo ponto de vista sobre a eficácia da unidade na acção a nível nacional** e mesmo internacional, contando naturalmente com a situação criada pelos desenvolvimentos mais previsíveis da entrada de Portugal na CEE. (Ver esta página).

As organizações sindicais unitárias ou de outra índole, com as mais altas responsabilidades a nível distrital ou

local, têm feito chegar aos órgãos de comunicação social nos últimos dias tomadas de posição de crítica fundamentada e de inegável protesto perante as condições sociais sem paralelo que o Governo pretende criar com os seus projectos de legislação sobre as questões mais controversas das relações de trabalho e da acção sindical.

Se destacarmos dois planos — movimentação e luta nas empresas e sectores; intervenção pública do movimento sindical — é fácil verificar que a acção lesiva do Governo contra direitos, liberdades e garantias nas relações de trabalho se justifica a uma situação social em aberta degradação, com conflitos agravados em 1988, não só em determinados sectores da Administração Pública — ressaltando neste campo a Saúde e o Ensino —, mas no plano mais geral da descida acelerada do nível de vida e do poder de compra das populações.

Desse alcance social negativo das medidas do Go-

verno se dão conta extensas camadas da população assalariada, que as formas de trabalho precário e a indefinição dos critérios que presidem aos «sacrifícios» exigidos, por exemplo com os baixos salários, o Governo procura camuflar com as miríficas alusões e repetidas promessas do «El Dorado» de 1992.

Por isso, em centenas de reuniões e de contactos entre Federações sindicais e outras estruturas em movimento na reivindicação e no protesto social se insiste na «rejeição unânime» do pacote laboral e da incapacidade do Governo para atender as reclamações mais elementares e mais justas, como foi o caso ainda mais recente do **Salário Mínimo Nacional**.

Organizações sindicais tão importantes como a CGTP, UGT, Fenprof, FNSFP (Função Pública), Fepces (comércio e serviços) USS, USP, USL, USA, USB, USE, USC (União sindicais de Setúbal, Porto, Lisboa, Aveiro, Beja, Braga e Coimbra) e os respectivos sindicatos dos diver-

sos ramos de actividade e mesmo a nível profissional têm convergido nas linhas mais profundas da recusa dos projectos de legislação conhecidos como pacote laboral.

Ao mesmo tempo que manifestam essa recusa e a fundamentam, as organizações sindicais aos níveis mais diversos realçam os êxitos inegáveis alcançados através da luta ou da movimentação reivindicativa em torno dos aumentos salariais, cuja média ultrapassou largamente as expectativas do Governo e as instruções que pretende fazer cumprir pelos gestores às suas ordens.

Um exemplo: o do Porto

«A presente versão do pacote laboral mantém as mais profundas, flagrantes e aberrantes violações da Constituição da República Portuguesa e graves atentados aos direitos dos trabalhadores», afir-

mou João Pacheco, da CGTP-IN, num plenário distrital de dirigentes, delegados sindicais e membros de CT's, realizado no dia 29 de Dezembro, no Cinema Júlio Dinis, promovido pela União dos Sindicatos do Porto.

Aquele sindicalista afirmou também: «O pacote laboral que está em discussão pública tem os mesmos objectivos que os diplomas anteriores já conhecidos e amplamente contestados: a liberalização e o arbítrio patronal nos despedimentos, a precarização do emprego e a eliminação dos direitos constitucionais dos trabalhadores e seus representantes».

No decorrer do plenário verificaram-se diversas, oportunas e pertinentes intervenções e foi aprovado, por unanimidade, um documento em que os presentes decidiram: «A rejeição frontal da nova/velha versão do pacote laboral do Governo e o repúdio pela sua tentativa de querer enganar os trabalhadores; empenhar-se no esclarecimento dos trabalhadores nas

empresas, assegurando a realização de plenários/«meetings» e outras acções de informação e dinamização; manifestar a sua disposição de combater a política governamental de crescente agravamento da situação dos trabalhadores e intensificar a luta por uma mais justa repartição do rendimento nacional, pela melhoria das condições de vida e de trabalho, em defesa do sector público e nacionalizado e, em geral pelos direitos e conquistas consagradas na Constituição de Abril; apelar à mobilização de todos os trabalhadores, para, em unidade, derrotar mais esta versão do pacote laboral; comprometer-se a desenvolver a luta, recorrendo à todas as formas necessárias e adequadas, que venham a ser decididas pelos órgãos nacionais da CGTP-IN, em concreto, pelo Plenário Nacional ontem realizado.

No final os presentes na reunião em número de algumas centenas desfilarão, em cortejo, até à Praça da Liberdade.

CEE Amarrar Portugal ao seu atraso?

Conforme noticiámos, a CGTP-IN, que acaba de congratular-se publicamente com a assinatura do acordo de paz na África Austral, promoveu também a nível internacional um seminário sobre a dimensão social que terá ou poderá ter o Mercado Interno da CEE. Além de mais dois participantes, como oportunamente referimos, o seminário contou com a intervenção do camarada Barros Moura, deputado ao Parlamento Europeu. A sua temática incidiu no «Mercado Interno e dimensão social». Além de outras oportunas explicações críticas relativamente à data de 92 e ao papel do Governo português, Barros Moura defendeu no seminário do Forum Picoas, no passado dia 20, uma «**dimensão social de progresso**». Se essa dimensão não for conseguida, acrescentou o euro-deputado, «**não se tratará, fundamentalmente, de uma**

derrota da CEE, mas sim de uma derrota dos próprios trabalhadores no conjunto da CEE». Referindo-se mais exactamente aos trabalhadores portugueses, Barros Moura destacou, segundo o departamento de informação da CGTP-IN, que não se pode amarrar «Portugal ao seu atraso». Citado pelo mesmo organismo da Central promotora do seminário, o eurodeputado comunista «**opôs-se à estratégia de mais contenção salarial, preconizada pela Comissão da CEE, de acordo com o Governo de Cavaco Silva para Portugal**».

Não podemos copiar a sr.ª Thatcher

Depois de assinalar que o projecto 92, como está, tem uma «**dimensão social de retrocesso**», com uma estratégia de baixos salários, des-

qualificação da mão-de-obra, violação das regras de concorrência, e mais privilégios para as multinacionais, Barros Moura sublinhou, referindo-se ao caso português e à política do Governo actual, que «**não existe, nem pode existir nenhuma coincidência entre as posições de sr.ª Thatcher — que invoca a soberania nacional para se opor à harmonização no progresso dos direitos dos trabalhadores, mas apela o Acto Único para promover os interesses das multinacionais — e as posições do movimento operário e sindical na Europa**».

Ao referir-se à **necessidade de reforçar a influência dos trabalhadores nas decisões**, ao nível de Portugal e no plano da CEE, o camarada Barros Moura reafirmou a necessidade de, também no âmbito da CEE, prevalecer o controlo do económico pelo poder político e, no que res-

peita propriamente a Portugal, como membro da Comunidade Europeia, considerou «**grave erro responsabilizar a CEE por decisões e omissões que são do Governo, que utiliza obrigações inexistentes na CEE como pretexto contra os direitos dos trabalhadores, como no caso do pacote laboral**».

O Governo de Cavaco Silva foi responsabilizado por Barros Moura pelas dezenas de milhões de contos desperdiçados por insuficiências de projectos que deveriam ser pagos pelo Fundo Social Europeu: o dinheiro não se recebeu por falta de justificação desses projectos. E esse foi apenas um exemplo dos vários referidos pelo deputado comunista ao Parlamento Europeu, ao aludir às incapacidades do Governo, que diariamente pretende «vender» a sua própria imagem de aceitar em todos os planos aquilo que há muito designa



Barros Moura

por «desafio europeu».

No seminário promovido pela CGTP-IN, com o apoio da Direcção-Geral da Informação, Comunicação e Cultura da CEE, intervieram, além de Barros Moura, Paulo Martins, daquela Direcção-Geral, e Danilo Beretta, membro do Comité Económi-

co e Social da CEE. Além de técnicos de vários organismos e organizações do movimento sindical português, participaram no mesmo seminário dirigentes nacionais da CGTP, bem como de Federações e União sindicais, refere o departamento de informação da CGTP-IN.

Manuel Tiago

Colecção Resistência

ATÉ AMANHÃ CAMARADAS

edição especial ilustrada pelo pintor Rogério Ribeiro



Ajudar os astros

Ano novo, vida nova é balela em que ninguém acredita mas em que todos gostariam muito de acreditar.

Deve ser por isso que ano após ano, cumprindo uma tradição cada vez mais estafada, todos procuram esquecer numa noite de euforia os dissabores, desenganos, tristezas e desgraças do ano que (finalmente!) acabou.

Deve ser por isso que se persiste em saudar, na hora mágica da Cinderela — memória vaga dos livros infantis ou das matinées coloridas de um qualquer programa de televisão — o novo ano que começa.

Haverá certamente quem diga que o simples facto de chegar são e salvo ao fim de mais um ano é já motivo de festa.

Haverá mesmo quem garanta que como a esperança é a última coisa a morrer valerá sempre a pena comemorar o novo ano.

Haverá sempre, afinal, um motivo qualquer para deitar para trás das coisas o desânimo de um ano inteirinho — fazendo por esquecer os anteriores — e à meia-noite em ponto, com champanhe de Sacavém ou tintura de iodo disfarçada de *wisky*, abrir um pacote de esperanças novinho em folha, arranjado sabe-se lá onde.

No fundo, o que todos (ou quase todos, manda a verdade precisar) desejariam é que no primeiro dia do ano fosse possível saltar da cama e encontrar um ano verdadeiramente novo à sua espera.

Que é como quem diz sem as preocupações velhas do anterior; sem os problemas que ficaram por solucionar; sem as misérias, sem os perigos, sem as injustiças de todos os dias, de todos os anos.

Em vez disso, no entanto, o melhor que a passagem de ano oferece, na generalidade dos casos, é um breve interlúdio de 24 horas, um bónus de feriado, uma pausa consentida até à descoberta de que o ano novo já vem falsificado do ano velho.

Que o digam os portugueses, na hora fatídica de comprar os novos passes, com os novos preços; de comprar o novo pão com os novos preços; e o telefone e a luz e a água, e, e, e..., com os salários prematuramente envelhecidos pela tal inflação que aqui há tempos o ministro Cadilhe chamou de «patamar», numa manobra surpreendente para não revelar o seu montante.

É por causa do tal patamar que ainda mal o ano começou e já está neste estado lastimoso, tão novinho e já tão estragado, tão recente e já a cheirar a bafio, porque se entre os salários e o patamar havia degraus de fazer perder o fôlego agora, com os novos aumentos, só de elevador é que se lá chega.

Estavam os portugueses quase a submergir no desânimo neste primeiro embate com o ano novo quando, vinda dos *States*, desembarcou em Lisboa «uma das astrólogas mais famosas do mundo», como o «Correio da Manhã» fez o favor de anunciar, e se fez luz no fundo do túnel.

O prof. Cavaco Silva, disse a astróloga, é Caranguejo com ascendente Leão e tem a vida regida pela Lua.

Ouviu-se no País um suspiro de alívio: está tudo explicado. Com um caranguejo destes, quem é que se pode admirar de ver a vida a andar para trás?

Mas o alívio foi ainda maior quando da mesma fonte se soube que o mandato de Cavaco corre perigo, na medida em que poderá ocorrer algo imprevisto. É caso para se dizer que as coisas começam a compor-se.

A famosa astróloga, por acaso portuguezinha de gema, não se esqueceu de contribuir também para animar as hostes nacionais, acenando-nos com a possibilidade de um regresso à monarquia lá para o ano 2000 cheia de vantagens e dinheiro.

Não foi preciso mais para recompor a fanada esperança nacional.

Até já os sindicatos anunciaram lutas novas neste ano novo tão cheio de coisas velhas. Só para ajudar os astros, é evidente.

■ A. F.

Trabalhadores

Metalúrgicos e Mineiros em jornada nacional de luta dia 12 de Janeiro



O Conselho Nacional da Federação dos Sindicatos da Metalurgia, Metalomecânica e Minas de Portugal, reunido antontem na sede da CGTP-IN, decidiu convocar uma jornada nacional de luta para o próximo dia 12, com a qual os trabalhadores do sector mostrem uma vez mais o seu repúdio pelo pacote laboral e a disposição de prosseguir a luta sob todas as formas que se mostrem necessárias, incluindo a greve geral.

A referida jornada terá acções diversificadas de activistas e trabalhadores na sede e delegações do Ministério do

Trabalho, a fim de dar a conhecer ao Governo as posições aprovadas pelos trabalhadores, sendo para o efeito e onde tal se mostre necessário emitidos pré-avisos de greve para possibilitar a participação de todos os interessados.

São também objectivos da jornada de luta a exigência de resposta do Governo aos problemas das empresas do sector, a revisão da contratação colectiva e as reivindicações de empresa, o protesto pelos recentes aumentos de preço dos produtos e serviços e a defesa da Constituição da República.

Panasqueira Vitória salarial

Depois de uma luta desenvolvida num período que ronda os últimos três meses, os trabalhadores mineiros da Panasqueira conseguiram aumentos salariais que variam entre 14,5 e 17,5 por cento. Soube ainda o «Avante!» que esses aumentos entram em

vigor em 1 de Fevereiro próximo e que se referem a duas tabelas: uma para o exterior, outra para o interior das mesmas minas.

Segundo o acordo assinado pela comissão intersindical com a BTWP, empresa

proprietária das Minas da Panasqueira, as partes dão assim por encerrada «a discussão do caderno reivindicativo para 1989».

No acordo assinado em 21 de Dezembro findo pela BTWP e a comissão intersin-

dical ficou expresso também que, em Dezembro de 1989, será assinado pelas partes negociadoras um protocolo de base para a discussão de novo caderno reivindicativo. Essa discussão, ou negociação, será iniciada em Janeiro de 1990.

Mistérios da cortiça

Além de outras iniciativas e contactos, o Sindicato dos Operários Corticeiros do Norte, com sede em Santa Maria de Lamas, procurava em 29 do corrente contactar com a administração de uma empresa de Fiães (Vila da Feira) paralisada dois dias antes por alegada falta de matéria-

-prima. A paralisação da Central Corticeira, com 186 trabalhadores, aparece aos olhos da direcção sindical envolta «em certo mistério», visto acontecer no seguimento dos casos **A. Paulo Amorim** e **Manuel Lima**, empresas do mesmo sector da de Fiães. Ambas fecharam as

portas ainda recentemente.

De facto — afirmam os dirigentes do Sindicato — «das instalações desapareceram máquinas e ferramentas; fala-se de que seria intenção patronal abrir nova fábrica, admitindo agora alguns dos trabalhadores (186) que pretendem despedir agora».



De acordo com um serviço de imprensa que a União dos Sindicatos de Aveiro nos enviou no passado dia 29, em nome da direcção do Sindicato dos Operários Corticeiros do Norte, «insinua-se por detrás de tudo está um conhecimento industrial do sector, etc.»

Segunda-feira passada ainda nada se sabia sobre os contactos que o Sindicato decidira iniciar junto dos responsáveis pela corticeira de Fiães e junto do Ministério do Trabalho e Segurança Social, governador civil de Aveiro, autarquias locais e outras entidades.

Está em risco o emprego de 186 trabalhadores que em 29 do mês passado ainda não tinham recebido os salários de Dezembro, além de retroactivos devidos pela Central Corticeira de Fiães.

No caso de a administração da empresa manter a pretensão de despedir, os trabalhadores dinamizarão formas de luta — afirma o Sindicato dos Operários Corticeiros do Norte.

Quimigal Processo por esclarecer

Desde Julho do ano passado e sem solução até agora, continua o processo não pacífico do conhecimento pelas organizações de trabalhadores (ORTs) sobre o que verdadeiramente se passa com o projecto que o Governo prepara para a Quimigal.

Ainda em 21 do mês passado dezenas de represen-

tantes dos trabalhadores dessa empresa (ex-CUF) se concentravam junto às instalações da sede em Lisboa para, segundo a Federação sindical mais representativa do sector químico (FSTIQF), ultrapassarem «a recusa de diálogo por parte do conselho de gerência e forçarem a audiência solicitada com antecedência».

Traça-se, de acordo com a Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores da Indústria Química e Farmacêutica, de conhecer principalmente «o processo de reestruturação em curso, bem como aspectos relevantes da transformação jurídico-institucional que o Governo prepara para a Quimigal».

O assunto continua a merecer a atenção indispensável, tanto da parte das organizações representativas (ORTs) da Quimigal, como dos Sindicatos e da Federação, que recentemente se dirigiu aos órgãos de comunicação social através da Comissão Executiva do seu Conselho Nacional.

Trabalhadores

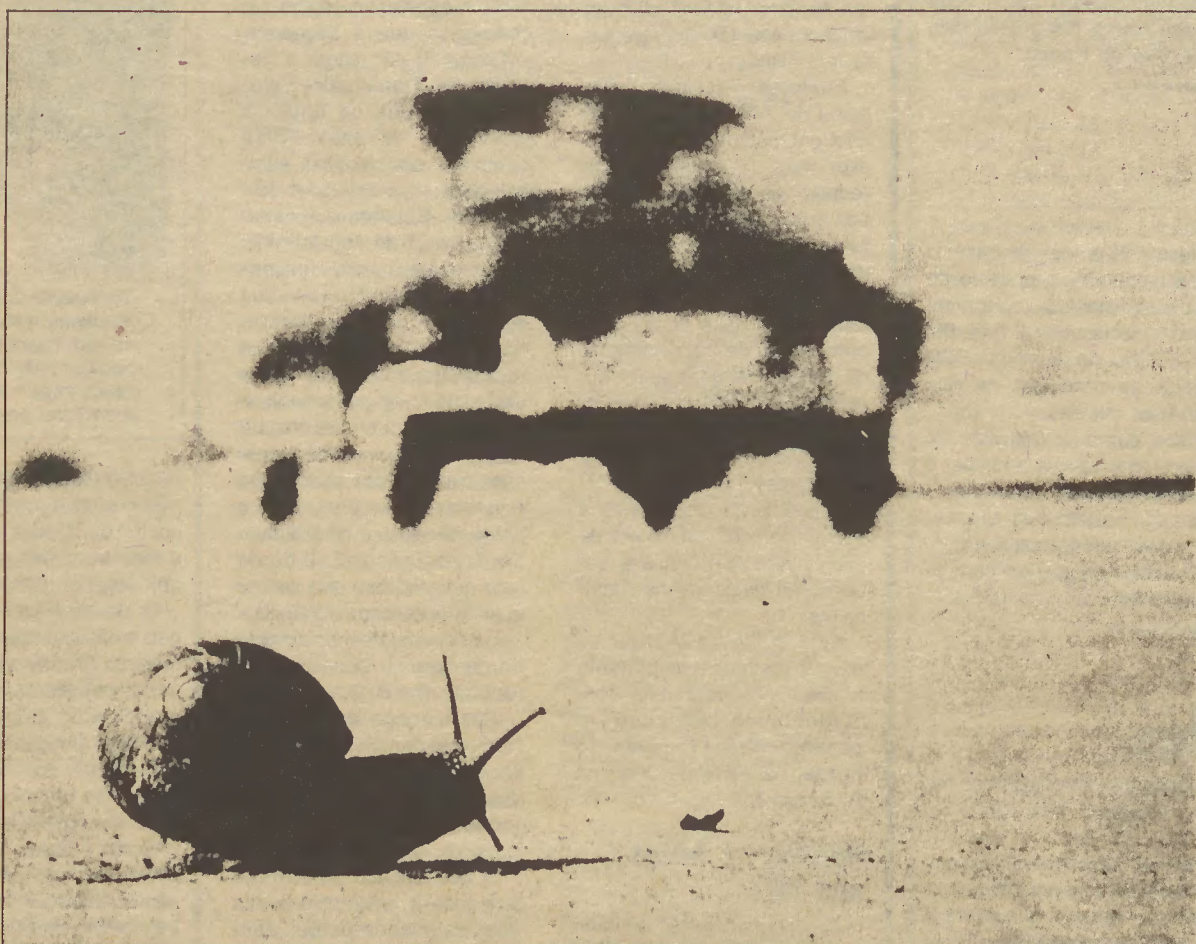
Imprensa sindical

O trabalhador da função

«O Trabalhador da Função Pública» —

Com apurado aspecto gráfico e abundante informação, acaba de ser distribuído o número de Dezembro do jornal da Federação dos Sindicatos da Função Pública. Merecem destaque na primeira página os «Natais» de Cadilhe/Cavaco/PSD; a «Luta pelos salários e carreiras», que «promete aquecer em Janeiro»; a greve na Lotaria Nacional; e o «Concurso TFP de fotografia e jornalismo». Com 12 páginas em formato tablóide, aquele órgão da FSFP de distribuição gratuita, como é de uso na imprensa sindical, dá ainda substancial rele-

vo a questões de actualidade como a *carreira inspectiva* («A estagnação nas carreiras não é uma fatalidade»), à *luta no IROMA* (que «vai prosseguir com grandes acções de rua no mês de Janeiro»), aos *vínculos e concursos* (a precariedade do vínculo «atinge muitos trabalhadores da Função Pública»), e à *reforma do sistema remuneratório*, que «não pode circunscrever-se a uma mera reorganização do sistema actual». A publicação, de periodicidade bimestral com uma tiragem expressa de 30 mil exemplares, insere ainda importante informação sobre o sector a nível internacional.



RODA DO LEME
DOS TRABALHADORES PARA OS TRABALHADORES



«**Roda do Leme**» — Este órgão da comissão de trabalhadores (CT) dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo (ENVC) que distribui, gratuitamente também, o seu número de Novembro/Dezembro, além de materiais diversos com interesse específico para os trabalhadores da empresa e do sector, inclui na secção «Notícias» a visita do camarada Vadim Medvedev aos ENVC. Acompanhado de cinco imagens da visita, o texto de 2 páginas refere, entre outros pormenores interessantes, que o camarada Medvedev que, como se sabe, chefiou a delegação do PCUS ao XII Congresso do PCP, era «acompanhado de numerosa comitiva (cerca de 20 elementos, onde se integrava o embaixador e esposa, da URSS, em Portugal)», tendo sido «recebido calorosamente no edifício central da empresa pelo conselho de gerência, corpo técnico, organismos representativos dos trabalhadores e pessoal de fiscalização soviética, presentemente entre nós» (ENVC).

Protesto generalizado em áreas muito diversas

• Ao mesmo tempo que pára o *Metro* em Lisboa, são despedidos em Braga centenas de trabalhadores

Num clima de luta e protesto que caracterizou os últimos dias do ano passado, os trabalhadores do *Metropolitano de Lisboa* paralisaram o trabalho por um período de 24 horas, enquanto prosseguia a movimentação em diversas áreas da Função Pública, designadamente na *carreira inspectiva* e nos professores (FENPROF reuniu-se com a CGTP), tendo esta última confederação sindical marcado para ontem um Plenário Nacional de Sindicatos.

Da União dos Sindicatos de Braga chegava-nos entre-

tanto a informação de que, na semana do Natal, foram despedidos «centenas de trabalhadores no distrito». Num *telex* de anteontem, a USB, através da sua Comissão Executiva, afirmava com destaque que se trata de uma «*verdadeira catástrofe*». O «escândalo» — termo utilizado também pela USB — manifesta-se no facto de «várias empresas» terem *decidido despedir por estes dias «festivos» todos os trabalhadores com contrato a prazo*. A CE da USB refere expressamente os casos das empresas *Luzmonte* (têxtil de Vizela) e *Petróleo Mecá-*

nica Alfa (Guimarães), tendo a primeira despedido de uma só vez 175 trabalhadores a prazo (cerca de 50 por cento dos seus efectivos laborais) e a segunda 100 (40 por cento do total, também de uma só vez).

Segundo a mesma União sindical, o comportamento dos patrões nessas e noutras empresas, onde já foram distribuídas cartas de despedimento, onde as máquinas estão paradas e a produção reduzida a 50 por cento, está a causar «no distrito grande agitação social com consequências imprevisíveis». É

nestas circunstâncias que a Comissão Executiva da USB considera de «importância vital para os trabalhadores» a luta contra o pacote laboral. (Ver pág. 1 deste caderno do «Avante!»).

No *Metro* de Lisboa, como nas diversas áreas da Função Pública, nos transportes colectivos em geral, mesmo entre os sapadores bombeiros, onde segundo a USL, «continua a repressão e a perseguição», a direcção das lutas e dos protestos encaminha-se cada vez mais no sentido de uma acção de luta nacional.

Fenprof e UGT

Uma delegação do secretariado nacional da Fenprof reuniu-se em 22 de Dezembro findo com uma delegação do secretariado nacional da UGT. Num *telex* com a mesma data, Francisco de Sousa, em nome daquele organismo dirigente da Federação Nacional dos Professores, depois de referir a convergência em vários pontos das duas organizações sindicais, destaca essa mesma posição comum no que respeita à «acção e luta contra a política seguida pelo actual Governo». Os principais pontos da convergência entre as duas organizações referem-se às «preocupações quanto à actual situação dos trabalhadores em geral e da Função Pública e dos professores em particular»; à «necessidade de uma política de rendimentos que inverta a actual situação de desfavor» para os trabalhadores; e a «inaceitabilidade» da aplicação do IRS (imposto sobre rendimentos de pessoas singulares) aos trabalhadores da Função Pública, onde se incluem os professores, «sem a necessária negociação das formas de compensação pela introdução do antigo Imposto Complementar».

«Prenda» na Cometna

Segundo as ORTs — Organizações Representativas dos Trabalhadores — da Cometna, uma das maiores empresas de metalomecânica pesada e de fundição do País, a sua viabilidade, recentemente posta em causa pela administração, é indiscutível, pelo que não se justifica o despedimento colectivo pretendido pelos administradores daquela unidade industrial do sector empresarial do Estado. Numa nota do passado dia 29, as ORTs, que incluem a Comissão de Trabalhadores (CT), reafirmam novamente que «a Cometna é viável no seu todo», posição defendida, aliás, junto da própria administração que entende «proceder ao despedimento colectivo de várias centenas de trabalhadores e ao encerramento de sectores importantes da empresa». Ainda de acordo com a CT e as ORTs, estas últimas repudiaram as medidas preconizadas pela administração, que «está a agir de acordo com a estratégia IPE/Governo Cavaco Silva», e sublinharam que «os trabalhadores» da empresa manifestaram «a sua total disponibilidade para encetarem as formas de luta necessárias para a defesa da empresa e dos postos de trabalho». Explicam as ORTs da Cometna que a referida «estratégia» do Instituto (IPE — Investimentos e Participações do Estado) e do Governo é a desestabilização «laboral e financeira» das «empresas públicas» para depois as «dar ao desbarato» — sublinharam «ao grande capital nacional e estrangeiro». Recorde-se que desde 13 do mês passado se sabia que os gestores da Cometna e da Metalgest se propunham encerrar as fábricas da Amadora e de Palmela, pondo assim em causa 700 postos de trabalho — 50 por cento dos efectivos da empresa.

RTP/Trabalho infantil

Sobre um recente tratamento pela RTP do trabalho infantil em Portugal, a União dos Sindicatos do Distrito de Braga, ao mesmo tempo que manifesta todo o apoio ao trabalho efectuado pela televisão nacional, lamenta que a respectiva reportagem (22.12 às 22 horas, no programa «A Hora de Verdade») tenha sido transmitido no 2.º canal «e a uma hora em que a maioria dos portugueses já está a dormir». A circunstância, ou as circunstâncias que aponta, servem para a União dos Sindicatos de Braga concluir que «a RTP se limita a cumprir a sua obrigação (a USB sublinha esta última palavra), continuando no entanto a colaborar (termo sublinhado também pela USB) para esconder a triste realidade do trabalho infantil».

Atrasos no Estado

Na esperança de que se trata de um caso esporádico e pouco frequente, podendo até na altura em que escrevemos já estar resolvido, deve no entanto ser tornado público o facto de que um organismo do Estado, a Comissão Coordenadora da Região de Lisboa e Vale do Tejo (CCRLVT), dependente do Ministério do Planeamento e Administração do Território, não pagou aos seus 186 trabalhadores o 13.º mês durante o mês de Novembro, contrariando assim o estipulado na lei. Segundo uma nota que o Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Sul e Açores emitiu no passado dia 5, «para agravar a situação, correm notícias não desmentidas pelas responsáveis dos Serviços de que também não haverá (verbas) para pagar os ordenados de Dezembro». Para o Sindicato, «a situação contrasta com o gasto de elevadas verbas em obras sumptuárias, deslocações ao estrangeiro, recepções, equipamentos dispensáveis, etc». O mesmo Sindicato (STFTSA) manifesta o seu apoio aos trabalhadores, designadamente quanto a possíveis acções a encetar para «ver respeitados os seus direitos mais elementares».

Poder Local

Que se passa na Rua Augusta?

Os vereadores da CDU, face a informações recebidas na Câmara Municipal de Lisboa da parte dos projectistas do arranjo da Rua Augusta, segundo as quais a solução que está a ser materializada não corresponde ao seu projecto, solicitaram à presidência da Câmara esclarecimento sobre a matéria e o seu agendamento para a próxima reunião de Câmara, dada a gravidade da situação que poderá estar criada.

De facto, segundo os autores do projecto contratados pela Câmara — gabinete do

prof. Caldeira Cabral —, terão sido introduzidas abusivas alterações ao mesmo por parte dos serviços camarários sem o seu conhecimento e autorização. Isto apesar de ainda, segundo os autores do projecto, estes terem tentado em vão discutir tais alterações com o presidente da CML, assessores e serviços.

Considerando-se lesados técnica e deontologicamente e entendendo que as alterações abusivas introduzidas ao projecto desonram o seu trabalho e desqualificam um espaço fundamental do cen-

tro histórico da cidade, solicitaram que o caso fosse apreciado pelo colectivo camarário, a suspensão imediata das obras em curso e o público esclarecimento de que os trabalhos já realizados não estão em conformidade com o seu projecto.

Os vereadores da CDU entendem que a CML deverá pronunciar-se com urgência sobre este caso, não aceitando ser colocados perante factos consumados como aconteceu com a tristemente célebre Rua do Carmo.

CDU é a força alternativa para Câmara da capital

O Comité Local de Lisboa do PCP divulgou em comunicado os resultados do seu plenário realizado em finais de Dezembro último.

Analisando o trabalho preparatório das eleições autárquicas de 1989 considerou a CDU «nas freguesias e no município, pelo seu trabalho, pelas suas propostas e pelo prestígio dos seus eleitos e activistas», como «crescentemente a força alternativa para uma gestão que defenda e recupere Lisboa».

O Comité Local de Lisboa criticou ainda a passagem da distribuição de gás da EDP para a PGP-EP, os salários pagos com atraso na INDEP, os próximos aumentos nos bens de

primeira necessidade e das rendas de casa, o bloqueio no crédito à habitação, o projecto de uma «nova lei dos despedimentos», o agravamento da carga fiscal, o tecto salarial para 89, como exemplos da política do Governo PSD de agravar ainda mais as condições de vida dos trabalhadores e suas famílias.

Finalmente indicou como prioridades de trabalho, o movimento operário e popular, o Poder Local, o movimento juvenil na cidade e o reforço orgânico do Partido em Lisboa. Igualmente revelou estar a programar um conjunto de iniciativas para divulgar as conclusões do XII Congresso do PCP.

• Coimbra Castelo Viegas quer transportes adequados

Segundo uma nota da CDU de Castelo Viegas, os habitantes desta freguesia do concelho de Coimbra, juntamente com os de Marco dos Pereiros e outras localidades vizinhas, foram recentemente surpreendidos com o encerramento abrupto, após três meses de funcionamento, de linhas de autocarro a funcionar desde 1 de Setembro último na sequência de um protocolo acordado entre a Câmara Municipal de Coimbra e a AVIC e que tinha a validade de um ano, renovável.

Segundo a nota, os utentes ficaram impedidos de se movimentar nos dois transportes

que funcionaram neste curto espaço de três meses, voltando a região a ficar de novo isolada.

Recordando que os transportes são um factor de desenvolvimento das populações e, por isso, não podem ser apenas olhados sob a perspectiva de rentabilidade económica imediata, acentuando igualmente que a zona de Castelo Viegas não pode ser uma «enteada do concelho», a CDU local recomenda que se criem mais transportes, alargando o leque do horário ou a reposição dos bimodais tal como foram iniciados.

Juventude

Reunião no próximo fim-de-semana

A próxima reunião da Direcção Nacional (DN), a aplicação do estatuto de trabalhador-estudante e o «Pacote Laboral» são temas abordados em recentes notas de Imprensa divulgadas pela Juventude Comunista Portuguesa (JCP).

A Direcção Nacional da JCP reúne no próximo fim-de-semana (dias 7 e 8 de Janeiro), no CT de Alcântara, em Lisboa.

Tendo em vista todo o trabalho da JCP, a decorrer até ao Congresso (a realizar nos dias 15 a 16 de Abril), esta reunião vai debater diversas propostas de regulamento e funcionamento do Congresso; de alteração dos princípios orgânicos, pelos quais se rege a actividade da JCP; da campanha de recrutamento de novos militantes a ter início nos princípios de Janeiro; do plano de trabalho de propaganda; do orçamento para o Congresso.

Estará ainda em análise a actual situação da juventude e as tarefas imediatas a desenvolver pelos jovens comunistas.

Com o fim de divulgar os resultados desta importante reunião, decorrerá uma conferência de Imprensa no próximo dia 11, pelas 15 horas, na sede da JCP, na R. Sousa Martins, n.º 8.

Regime de faltas aos TE's

Em requerimento dirigido ao ministro da Educação, Roberto Carneiro, foi solicitado, pelos jovens deputados comunistas Rogério Moreira e Paula Coelho, o esclarecimento sobre o regime de faltas

do PSD/Cavaco Silva, é uma nova e perigosa investida contra os direitos dos jovens e dos trabalhadores em geral, alerta a JCP.

O Governo tem apregoado que a criação de novas leis laborais (Pacote Laboral) têm como objectivo criar empregos para os jovens, colocando estes em igualdade de circunstâncias com os mais velhos... No entanto, a realidade é bem diferente...

Como é que o Governo explica que na sua última versão do «Pacote Laboral», entre outros, preveja a eliminação das garantias normais do processo disciplinar nas empresas com menos de 20 trabalhadores, ou seja, em mais de 86,5% das empresas portuguesas, cuja grande maioria



Direcção Nacional prepara Congresso



O «Pacote Laboral» e as suas consequências directas para os jovens trabalhadores, um esclarecimento oportuno a propósito do Estatuto do Trabalhador-Estudante e das faltas dadas nas escolas, e ainda a reunião deste próximo fim-de-semana da Direcção Nacional, a pensar no Congresso, são temas abordados pela Juventude Comunista Portuguesa

da criação de novas leis laborais (Pacote Laboral) têm como objectivo criar empregos para os jovens, colocando estes em igualdade de circunstâncias com os mais velhos... No entanto, a realidade é bem diferente...

O Secretariado da JCP reitera todo o seu apoio à luta dos trabalhadores-estudantes, pela aplicação do seu Estatuto.

«Pacote Laboral»
A mais recente versão do «Pacote Laboral» do Governo

Nacional

MDM recorda em Julho «promessas»

Um balanço de 1988 que começa em Julho de 87...

Num ano que se despede e noutro que começa, há quem faça balanços. O MDM, Movimento Democrático de Mulheres, através do seu Secretariado Nacional, também fez um balanço — o da realidade em 1988. Uma realidade que vem de Julho de 1987 e merece daquela organização «o mais vivo repúdio». O MDM explica porque:

As promessas de uma vida melhor são feitas em momentos eleitorais, e Julho de 1987 foi mês privilegiado de campanha... claro.

Desde então, os governantes não pouparam esforços para seduzir o nosso imaginário com promessas de bem-estar, de progresso, de sucesso e de consumo, ao mesmo tempo que esvaziavam a qualidade de vida do nosso quotidiano, gerando profunda insatisfação e infelicidade, e tornando férteis as discriminações das mulheres.

Em 1987 e 1988 tem sido linguagem corrente na rádio, na RTP e nos jornais que a inflação tem diminuído, assim como o desemprego e que, enfim, o Governo está a «tratar de nós» e da nossa «infelicidade». Esta verdade é-nos «confirmada» por membros do Governo nos órgãos de Informação.

Calculamos que para 1989, com dois actos eleitorais que se avizinhm, as visões do Governo aos grandes órgãos de Informação se vão intensificar.

Contrariando no entanto as promessas e afirmações, o Portugal real é-nos dado pela vida e pelo conhecimento da realidade quotidiana das mulheres, de homens, de crianças, jovens e idosos.

Nada tem sido feito para melhorar as condições de transporte na capital, para onde convergem milhares de portugueses, em transportes superlotados e com longas bichas.

ração escrita sobre as «leis eleitorais relativas à eleição de deputados ao Parlamento Europeu» através da qual se pretende que este órgão se pronuncie no sentido de que «em nenhum caso se deve proceder a mudanças nas leis eleitorais» para o Parlamento Europeu em vigor «durante o semestre que precede as eleições», informa a SIP do PCP em nota distribuída aos órgãos de comunicação social.

Na origem desta iniciativa, segundo os seus promotores, reside a necessidade de evitar qualquer mudança das «regras do jogo» em véspera da próxima consulta eleitoral.

De acordo com a nota da SIP, o número de deputados que subscreveram este projecto de declaração escrita eleva-se já a 70, contando-se entre eles os deputados do PSD Vasco Garcia, Manuel Pereira e Carlos Pimenta.

Recorde-se, a este propósito, que o Governo PSD/Cavaco Silva pretende fazer aprovar alterações antidemocráticas à lei eleitoral para o Parlamento Europeu, intenção que tem sido objecto de vivo repúdio por parte dos partidos da oposição.

E agora mais uns «aumentozinhos», porque os transportes são «baratos»...

Diminui sistematicamente o poder de compra, afectando as camadas desfavorecidas mas também as médias: a par de aumentos de salários irrisórios, têm vindo a aumentar os gastos com a alimentação, com as rendas de casa, com as prestações mensais de amortização de empréstimos para aquisição de casa própria, com as mensalidades dos infantários e creches, ao mesmo tempo que se torna um luxo ir ao ginecologista, ao dentista ou ao oftalmologista. Ousar comprar um livro ou um jornal, ir ao teatro ou ao cinema torna-se uma excentricidade...

Agravam-se as discriminações salariais entre mulheres e homens, persiste o reduzido número de mulheres em postos de chefia e de direcção, aumentam os condicionalismos à sua formação e reciclagem profissionais. Mantém-se o elevado número de mulheres desempregadas, acompanhando o aumento do trabalho precário e clandestino.

Já a terminar, o MDM pergunta pelas leis que garantem direitos específicos, como a da maternidade-paternidade, educação sexual, planeamento familiar e interrupção voluntária da gravidez... leis que continuam «nas gavetas»...

Contrariando no entanto as promessas e afirmações, o Portugal real é-nos dado pela vida e pelo conhecimento da realidade quotidiana das mulheres, de homens, de crianças, jovens e idosos.

Nada tem sido feito para melhorar as condições de transporte na capital, para onde convergem milhares de portugueses, em transportes superlotados e com longas bichas.

ração escrita sobre as «leis eleitorais relativas à eleição de deputados ao Parlamento Europeu» através da qual se pretende que este órgão se pronuncie no sentido de que «em nenhum caso se deve proceder a mudanças nas leis eleitorais» para o Parlamento Europeu em vigor «durante o semestre que precede as eleições», informa a SIP do PCP em nota distribuída aos órgãos de comunicação social.

Na origem desta iniciativa, segundo os seus promotores, reside a necessidade de evitar qualquer mudança das «regras do jogo» em véspera da próxima consulta eleitoral.

De acordo com a nota da SIP, o número de deputados que subscreveram este projecto de declaração escrita eleva-se já a 70, contando-se entre eles os deputados do PSD Vasco Garcia, Manuel Pereira e Carlos Pimenta.

Recorde-se, a este propósito, que o Governo PSD/Cavaco Silva pretende fazer aprovar alterações antidemocráticas à lei eleitoral para o Parlamento Europeu, intenção que tem sido objecto de vivo repúdio por parte dos partidos da oposição.

De acordo com a nota da SIP, o número de deputados que subscreveram este projecto de declaração escrita eleva-se já a 70, contando-se entre eles os deputados do PSD Vasco Garcia, Manuel Pereira e Carlos Pimenta.

Recorde-se, a este propósito, que o Governo PSD/Cavaco Silva pretende fazer aprovar alterações antidemocráticas à lei eleitoral para o Parlamento Europeu, intenção que tem sido objecto de vivo repúdio por parte dos partidos da oposição.

Aos familiares, camaradas e amigos dos camaradas falecidos, o colectivo do «Avante!» apresenta sentidas condolências.

Contra as medidas discriminatórias

Esclarecer, mobilizar e unir

Neste ano que passou e que há pouco terminou, algo ficou bem claro: o tal «apoio conjuntural» que permitiu a vitória das forças de direita que conquistaram a maioria de votos nas eleições de 1987 veio diminuindo dia-a-dia no ano de 1988 tal como o PCP o previra.

E previra não por acaso, mas por análise política, com lógica e conhecimento dos problemas sociais, económicos, culturais já existentes entre as massas trabalhadoras e outras camadas da população, problemas que necessariamente se iriam agravar, como agravaram, dada a natureza profundamente reaccionária das tais forças «vitoriosas». É que elas mais não defendem do que os interesses do grande capital monopolista internacional e nacional a este ligada (hoje como no passado). Para isso existem, para isso «trabalham» dia e noite.

É verdade que os chefes dessas forças, com Cavaco à frente, falaram então, na sua propaganda eleitoral, de progresso, desenvolvimento e estabilidade para os portugueses. É verdade que eles, os tais, prometeram então «mundos e fundos».

Mas o que viu o povo, os homens e mulheres que vivem do trabalho, que não são grandes capitalistas e, menos ainda, grandes monopolistas? Viram, na prática governamental e legislativa, a nível da Assembleia da República e dos diplomas, decretos, portarias, etc., pelo Governo de Cavaco Silva «cozinhados» e impostos por uma maioria de deputados que só à «voz do dono» obedecia, viram todos — homens, mulheres, jovens, adultos e idosos — que afinal tinham sido enganados, que a sua situação a nível de trabalho, saúde, cultura, ensino e segurança social se veio deteriorando a uma velocidade desconhecida depois do 25 de Abril, a uma velocidade que desconhecia quaisquer limites e que esmagou, arruinou e destruiu muitos milhares de vidas, sonhos e planos.

Mas não se limitaram a ver. Agiram, protestaram das mais variadas formas, desde a paralisação às concentrações, marchas, cordões humanos de protesto, passando pela vitoriosa greve geral de protesto, a maior de sempre que teve lugar no nosso País.

E cabe aqui perguntar: qual o papel das mulheres — jovens, adultas e idosas — nestas circunstâncias, quando sobre todos e também e principalmente sobre elas se abatiam as consequências nefastas de uma política tão apregoada de benefícios e que só prejuízos lhes trouxe?

Que fizeram elas, as mulheres deste País, nas circunstâncias cada vez mais adversas, difíceis e quase impossíveis em que têm sido progressivamente obrigadas a viver?

Elas estiveram lá em todas as acções e lutas travadas

As mais ludibriadas entre todos os ludibriados, elas não deixaram cair nem cruzaram os braços. Nalguns campos elas lideraram mesmo muitas lutas contra os despedimentos de que foram as vítimas número um, contra o aumento do custo de vida sem compensação salarial de que foram elas também, como «administradoras» que são na sua maioria dos ganhos das que trabalham na sua família, contra as tentativas ou práticas concretas de discriminação salarial, profissional e social, contra a falta de assistência materno-infantil (antes e depois do parto), contra as violências de que são preferencialmente alvo, contra o uso e abuso do seu corpo e da sua imagem na imprensa e TV para fins de propaganda para venda de produtos dos mais variados, contra a ofensiva desenfreada da direita em vários e diferentes campos e sectores da vida nacional, desde a Reforma Agrária às empresas nacionalizadas

Até porque elas e elas, os que conscientemente servem os grandes senhores do capital nacional e internacional, vão continuar o «namoro» ao voto das mulheres, prometendo, prometendo sempre mas jamais cumprindo suas promessas de falsas melhorias, de falsos belos horizontes de igualdade, de falsas falas de grandes defensores dos direitos da mulher.

(rentáveis), passando pelos pequenos e médios empresários.

Vêm aí as eleições o «namoro» começa ao voto das mulheres

Da importância, peso e alcance das acções das mulheres contra a sua política anti-emancipadora, já de há muito o Governo de Cavaco Silva se apercebeu.

Não fora isso e não se assistiria como se assiste ao namoro descarado que as forças que o apoiam fazem entoando «loas» em defesa das mulheres (dizem eles), dedicando-lhes grande parte dos seus programas televisivos como sucedeu há dias com a CAP que abriu o seu tempo de antena com as falas de uma agricultora (já viajada pelo Sul e anunciando próxima ida a um país nórdico) sempre para melhorar a sua preparação profissional e adquirir mais conhecimentos para mais produzir e bem. E editando 3 (nada menos!) revistas para as senhoras das suas áreas e não só.

São investimentos propagandísticos que dão cobertura à acção verdadeiramente inclassificável do presidente da Assembleia da República ao decidir acabar pura e simplesmente com a Comissão da Condição Feminina na AR. Esta decisão, que provocou a mais viva repulsa de todos os membros de vários partidos e da mesma Comissão, vem no seguimento de outras tentativas, anunciadas já anteriormente, de tais propósitos. Só que agora o presidente da AR decidiu passar do anúncio à prática que esperemos não se concretize. É que as forças que se opõem a tais propósitos anti-emancipação da mulher são muito diversificadas e colhem apoios em muitos sectores, desde os trabalhadores e intelectuais a elementos das classes médias.

Saibam as mulheres e todos os que apoiam a sua luta emancipadora unir-se e fazer chegar à AR a expressão da sua discordância com tal decisão antidemocrática e as forças reaccionárias serão obrigadas a recuar.

Dos sindicatos às várias associações do mais variado tipo (com destaque especial para o MDM e outros movimentos femininos), das empresas às escolas e universidades, das autarquias às comissões ultrias, de moradores, de pais e outras, poderiam e deveriam partir os mais variados e expressivos protestos contra esta medida reaccionária, antidemocrática e discriminatória que a direita se prepara para fazer aprovar na Assembleia da República pelos seus deputados que, como é seu jeito, agem apenas e só pela voz do chefe.

Urge dar seguimento e concretização aos protestos contra tais propósitos. Aqui e mais uma vez, as mulheres e as jovens, e os homens, comunistas têm uma palavra a dizer, têm uma posição a tomar, seja qual for o lugar onde vivam ou trabalhem.

Esclarecer, mobilizar e unir numa frente unitária o descontentamento que provoca esta e outras acções do Governo e seus sequazes na Assembleia da República, nas autarquias, nos sindicatos, nos vários locais de Norte a Sul do País é uma tarefa que se impõe a todos os comunistas homens e mulheres, das várias camadas da população portuguesa.

Até porque eles e elas, os que conscientemente servem os grandes senhores do capital nacional e internacional, vão continuar o «namoro» ao voto das mulheres, prometendo, prometendo sempre mas jamais cumprindo suas promessas de falsas melhorias, de falsos belos horizontes de igualdade, de falsas falas de grandes defensores dos direitos da mulher.

■ Maria Alda Nogueira

PCP

Eleições para o Parlamento Europeu são já em 18 de Junho

Todo o Partido deve participar

As eleições para o Parlamento Europeu realizam-se já no próximo dia 18 de Junho. Significa isto, a partir de agora, um grande empenhamento de todo o Partido. Empenhamento porque é uma grande batalha a travar; empenhamento pois só com a presença dos comunistas portugueses neste órgão da Comunidade Europeia é possível minorar certos males e fazer valer os interesses nacionais.

O recente Congresso do PCP chamou a atenção dos militantes e simpatizantes para a importância desta luta que se vai travar. Mas tal, decerto, não seria necessário, pois todos os militantes sabem que arradar-se de uma batalha é dar a vitória aos opositores.

E, neste caso, isso representaria o agravamento das condições de vida dos portugueses, o desinteresse pelas questões nacionais, a invasão das indústrias dos países mais poderosos da CEE em detrimento das nossas, com o consequente agravamento do desemprego e de todos os males que lhe estão associados, e mais prejuízos que é desnecessário enumerar.

A luta pelo bem-estar dos trabalhadores e da população em geral passa por várias vertentes. A algumas estas-mos já habituados, porque a

luta se tem desenvolvido mais nesses sectores. Quase não é preciso falar de mobilização, porque ela surge espontaneamente. Referimo-nos à luta nos locais de trabalho, contra o pacote laboral, pelo aumento de salários, as eleições legislativas e autárquicas.

Já no que respeita às eleições para o Parlamento Europeu, esta é apenas a segunda vez que se vão efectuar no nosso país e, além disso, em moldes diferentes dos que se verificaram da primeira vez.

Naquela ocasião foram em conjunto com as eleições legislativas. Agora, o acto eleitoral destina-se exclusivamente a eleger representantes dos partidos políticos para o Parlamento Europeu. A adesão foi apenas há três anos. Desde então, a propaganda oficial tem procurado

fazer crer que tudo são benefícios. São constantes os títulos dos jornais falando dos milhões que vêm da CEE, as obras que vão ser realizadas, etc., etc.

Mas ninguém fala — ou melhor, só os comunistas é que denunciam — dos milhões que saem, quanto mais não seja através dos produtos que cada vez importamos mais, pondo em risco a produção nacional de similares e sem uma contrapartida de exportações que compense as compras feitas no mercado comunitário.

Quanto mais não seja, isto seria razão de peso para nos lançarmos com afinco nesta batalha eleitoral. Defender a produção nacional é também defender os postos de trabalho, cada vez mais ameaçados nas pequenas e médias empresas.

Empenhamento de todo o Partido

Na Resolução aprovada na reunião do Comité Central do PCP de 20 de Dezembro do ano passado, a primeira logo após o XII Congresso, salientava-se a importância

do empenhamento de todo o Partido nesta tarefa. E destacava-se:

«Em relação às eleições para o Parlamento Europeu, na esteira do valioso trabalho realizado pelos deputados comunistas, eleitos nas listas da CDU, será prestada especial atenção às questões relacionadas com o desenvolvimento equilibrado do País e das diversas regiões, contra o domínio das alavancas essenciais da economia portuguesa pelas transnacionais e uma especialização produtiva baseada no recurso a mão-de-obra barata, de baixo valor acrescentado nacional e em actividades lesivas do meio ambiente; à luta e às propostas para a igualização no progresso nas condições de vida e de trabalho, contra as políticas que visam realizar o «mercado interno» com sacrifício das conquistas sociais dos trabalhadores e dos povos; à luta em defesa do ambiente e pela restauração dos equilíbrios ecológicos, e em defesa dos interesses da juventude, das mulheres, dos pequenos e mé-

diol agricultores e da produção nacional face à CEE e à invasão do mercado nacional por produtos estrangeiros, dos pequenos e médios comerciantes e industriais, dos emigrantes e do País em geral, em defesa da nossa soberania e por uma política que privilegie a solidariedade, a cooperação e a paz.»

Uma tarefa não só para comunistas

Esta tarefa não diz respeito apenas aos comunistas. No âmbito unitário da CDU, coligação sob a qual concorrem a estas eleições comunistas e outras forças democráticas, é do maior interesse alargar apoios e simpatias, até porque os problemas em jogo afectam toda a população.

Quando o deputado Barros Moura conseguiu através do trabalho desenvolvido que o Parlamento Europeu determinasse que a França teria de pagar aos emigrantes portugueses e espanhóis o mesmo abono de família que paga aos nacionais, não estava a pensar se estas seriam comunistas ou não;

quando o deputado Inglez pugna pelos interesses das regiões fronteiriças tem em mente melhorar as condições de vida de todas as pessoas que ali vivem; quando o deputado Joaquim Miranda procura defender a indústria de conservas de sardinha face às facilidades dadas aos mesmos produtos marroquinos está a pensar em trabalhadores e em industriais. Muitos outros exemplos podem, em relação aos deputados comunistas no PE, ser apontados.

Por isso é importante trazer para a luta todos os que, tendo opções políticas muito diferentes, sabem que são os comunistas e os seus aliados na CDU quem melhor defendem os interesses nacionais e que tudo farão para evitar que a panela de ferro escaqueire a panela de barro.

O trabalho já começou e até 15 de Junho não pode parar.

Não alterar as regras do jogo

Os deputados do PCP no Parlamento Europeu subscreveram um projecto de declaração

escrita sobre as «leis eleitorais relativas à eleição de deputados ao Parlamento Europeu» através da qual se pretende que este órgão se pronuncie no sentido de que «em nenhum caso se deve proceder a mudanças nas leis eleitorais» para o Parlamento Europeu em vigor «durante o semestre que precede as eleições», informa a SIP do PCP em nota distribuída aos órgãos de comunicação social.

Na origem desta iniciativa, segundo os seus promotores, reside a necessidade de evitar qualquer mudança das «regras do jogo» em véspera da próxima consulta eleitoral.

De acordo com a nota da SIP, o número de deputados que subscreveram este projecto de declaração escrita eleva-se já a 70, contando-se entre eles os deputados do PSD Vasco Garcia, Manuel Pereira e Carlos Pimenta.

Recorde-se, a este propósito, que o Governo PSD/Cavaco Silva pretende fazer aprovar alterações antidemocráticas à lei eleitoral para o Parlamento Europeu, intenção que tem sido objecto de vivo repúdio por parte dos partidos da oposição.

Não alterar as regras do jogo

Os deputados do PCP no Parlamento Europeu subscreveram um projecto de declaração

Assembleia da República

Ouvir-se na AR o silêncio das rádios

Foi num quadro caracterizado pelo silenciamento forçado das rádios locais e pela recusa do Governo em pôr a concurso público frequências disponíveis no espectro radioelétrico que decorreu terça-feira o debate em torno das ratificações solicitadas pelo PCP e pelo PS ao Decreto-Lei n.º 338/88 que define a atribuição de alvarás e licenciamento de estações emisoras de radiodifusão.

Um debate que ficou ainda marcado por um manifesto atraso, pese embora as insistências da oposição e designadamente da bancada comunista, que haviam solicitado a sua apreciação parlamentar em Outubro último, facto que permite concluir ter havido também neste caso, da parte da maioria governamental, a intenção de criar uma situação de facto consumado, susceptível de poder vir a ser invocado mais tarde o carácter extemporâneo da intervenção parlamentar em sede de fiscalização da acção governativa.

Este mesmo aspecto seria realçado pelo deputado comunista Jorge Lemos, a quem coube defender a posição do PCP sobre esta matéria, tendo na ocasião referido estar-se ainda a tempo — apesar do processo ter começado mal — de «corrigir o que pode ser corrigido sem prejuízo dos direitos e interesses das entidades que, entretanto, haviam entregue os seus processos para participação no concurso público.

Para a bancada comunista, segundo as palavras de Jorge Lemos, tratava-se assim de proceder ao levantamento imediato do *black-out*, consagrar «regras mínimas de transparência e isenção»

e actuar de molde a facilitar os processos para os candidatos.

As razões para esta posição eram fáceis de perceber. Cabia ao Governo, no entender do PCP, a responsabilidade de perpetuar por mais de um ano e meio a utilização caótica do espectro radioelétrico. Só «mesquinhos interesses partidários» podem justificar o desrespeito do Governo pela legislação aprovada pela Assembleia da República no início de 1987, assinalaria a propósito o deputado comunista, para quem o silenciamento imposto configurava ainda uma decisão «injustificável», «imoral», «perigosa» e «empobrecedor

do livre debate das ideias».

Assim o não entendeu, na sua habitual postura de obediência às directivas governamentais, a bancada do PSD. Insensível aos apelos dos mais variados quadrantes, acabaria por recusar todas as propostas da oposição e designadamente as do PCP. Por acolher, apresentadas pela bancada comunista, ficaram deste modo proposta que visavam, tão somente, pôr fim ao silenciamento, estabelecer um prazo para a apreciação e decisão dos processos, garantir a isenção e a transparência, definir com rigor a estrutura do mapa de frequência e dos prazos para a realização de concursos e assegurar o acesso ao espectro radioelétrico de todos os interessados em condições de igualdade e não discriminação.

Horários da Função Pública

Aguardada com alguma expectativa, a ratificação do Decreto-Lei que estabelece a duração semanal de trabalho na Administração Pública ocupou também uma parte da agenda dos trabalhos parlamentares de terça-feira.

Para o Grupo Parlamentar do PCP — de quem partiu a

iniciativa do agendamento —, tratava-se de alterar o Decreto-Lei no que respeita à duração semanal de trabalho por forma a dar resposta às reclamações dos trabalhadores, corrigir uma situação injusta e dar solução aos graves problemas de gestão que foram criados particularmente às autarquias locais.

O referido Decreto, recorde-se, estipulava um período semanal de trabalho para o pessoal operário de 45 horas enquanto que para o pessoal auxiliar tal duração era fixada em 40 horas.

Ao estabelecer esta diferença, isto é, ao negar as 40 horas ao pessoal operário, na perspectiva da bancada comunista, o Governo criou uma grave injustiça, defraudando aquilo que era reclamado pelos trabalhadores e violando o que tinha sido objecto de negociação com estes na fase de elaboração do diploma.

Acresce ainda, como salientou Cláudio Percheiro, que os anteprojectos do Decreto-Lei que foram submetidos à apreciação das associações sindicais previam todos eles um horário de 40 horas para o pessoal operário.

Gorando legítimas expectativas, foi esta injustiça que os deputados da maioria se recusaram a reparar.

A tentação hegemónica do PSD

Várias declarações políticas preencheram na sua quase totalidade o período antes da ordem do dia da sessão plenária de terça-feira. Para lá dos votos de bom ano formulados da tribuna pelos diversos oradores — talvez o único aspecto que concitou o aplauso e o consenso da Câmara —, no essencial, o conteúdo dessas declarações (excepção obviamente para a do deputado do PSD) foi pautado por severas críticas à actuação do Governo e da maioria.

Críticas que envolveram os mais variados domínios da acção governativa mas que acabaram por ter uma incidência particular nas questões relativas à comunicação social, justamente considerada como uma das áreas mais vulneráveis da actuação política do Governo de Cavaco Silva.

Esta questão estava, aliás, na ordem do dia, quer porque uma parte dos trabalhos viria a ser precisamente ocupada com ratificações requeridas pelo PCP e pelo PS ao Decreto-Lei (n.º 338/88) que define a atribuição de alvarás e licenciamento de estações emisoras de rádio (ver nesta página), quer ainda porque nesse mesmo dia terminava o prazo para apresentação das candidaturas para atribuição das frequências.

Particularmente visados foram os casos do «Diário de Notícias», das rádios locais e da Televisão, chegando o líder parlamentar comunista Carlos Brito a afirmar, relativamente a este último órgão, estar-se em presença de uma situação onde a «refinada manipulação atinge proporções nunca vistas», enquanto que em relação às rádios locais o seu silenciamento foi classificado como «uma brutal violência contra uma obra de informação democrática ligada às populações».

«O que se passa na comunicação social — garantiu Carlos Brito — é o reflexo da forma hegemónica e autoritária como o Governo e a maioria concebem a vida democrática e as suas relações com os partidos da oposição».

Penalizar os trabalhadores

Mas seria em torno da situação económica e social que o dirigente comunista mais detalhadamente analisaria o comportamento do Governo PSD/Cavaco Silva. À atenção do hemiciclo, desde logo, foi chamada a questão dos recentes aumentos decretados pelo Executivo, «severos agravamentos» que, disse, vão acentuar a «degradação das condições de vida da população laboriosa, sobretudo da de mais baixos recursos».

Tais aumentos, a par da tentativa de imposição de tectos salariais e do aumento da carga fiscal, traduzem, em sua opinião, uma política de rendimentos e preços que tem como «estratégica a redução da parte do trabalho no rendimento nacional», sendo ainda claro para o deputado comunista que tal política penaliza hoje gravemente não apenas os trabalhadores mas também as classes e camadas médias, como de resto bem testemunham os movimentos de protesto e reivindicação por estas desenvolvidos.

Ainda neste contexto, na perspectiva da bancada comunista, especial relevância assume a oposição firme dos trabalhadores ao pacote laboral, posto à discussão das organizações de trabalhadores precisamente na quadra do Natal. Considerando-o uma «ameaça» aos direitos e interesses dos trabalhadores, igual a outras tentativas anteriores — não é de mais recordar que nele se prevêem maiores facilidades de despedimento, generalização da precariedade do emprego, limitação dos direitos dos trabalhadores e desarticulação da sua capacidade de resistência —, Carlos Brito asseverou que essa medida não deixará de suscitar uma poderosa e enérgica onda de «indignação» e «repúdio» do mundo laboral.

Falta de transparência

Quanto à política económica, do ponto de vista da bancada comunista, acentua-se a vulnerabilidade da economia portuguesa, pese embora a manutenção de factores externos extremamente favoráveis, persistindo de igual modo o objectivo de privatizar o riquíssimo património do sector empresarial do Estado, num processo que Carlos Brito classificou de «atentatório dos interesses nacionais» e onde não faltam «uma certa crispação e falta de transparência».

No plano da agricultura, ao que tudo indica, as coisas não andam melhores. Referindo-se à Reforma Agrária,

lembrou as «arbitrariedades, os atropelos e a submissão mais vergonhosa aos interesses dos grandes agrários», que continuam a marcar a política do Governo, acentuando, a propósito da aplicação da nova lei de bases, que se chegou ao ponto de elaborar um decreto que atribui aos antigos latifundiários o cálculo da pontuação das reservas e se lhes entrega a colheita de frutos pendentes semeados pelos agricultores.

As cedências do PS

Depois de criticar o «ata-lhoamento, a improvisação, a falta de orientações claras e de uma atitude patriótica» que têm caracterizado a conduta do Executivo no que respeita à integração na CEE e de alertar — dado que se vão efectuar este ano dois actos eleitorais — para uma eventual utilização abusiva em benefício do PSD, do aparelho do Estado, de dinheiros públicos e de fundos comunitários, Carlos Brito deteve-se no processo de revisão constitucional, pondo em relevo a gravidade do acordo firmado entre o PSD e o PS.

«Em face das propostas conjuntas subscritas pelos dois partidos, confirma-se não apenas que o PS cedeu a exigências fundamentais da direita desde que foi aprovada a Lei Fundamental, como ainda mais, que o PS acordou com o PSD propostas absolutamente diferentes e até opostas ao que constava no seu projecto de lei de revisão da Constituição», concluiu o líder do Grupo Parlamentar do PCP.

Medidas de apoio aos cidadãos deficientes

• PCP apresenta Carta de Direitos

A adopção de medidas globais de apoio aos cidadãos deficientes ocupará na íntegra o período da ordem do dia da sessão plenária de hoje. Em debate estarão duas iniciativas legislativas: uma, da autoria do Governo, sob a forma de proposta de lei, consubstancia a definição de uma «lei de Bases da Reabilitação»; a outra, da iniciativa do PCP, constitui uma «Carta de Direitos dos Cidadãos Deficientes».

Para o Governo, de acordo com a exposição de motivos da sua proposta, ao reconhecer a «prevenção, reabilitação e tratamento» dos deficientes como um «imperativo constitucional», trata-se fundamentalmente de proceder, de forma genérica, à «definição dos princípios orientadores da política de reabilitação que devem presidir à actuação do Estado nesta matéria.

Bastante mais completo e preciso, concretizando diversas propostas, o projecto elaborado pelos parlamentares comunistas prevê por sua vez a atribuição de um vasto conjunto de direitos, incidindo em áreas fundamentais como a prevenção, a reabilitação e a inserção profissional dos cidadãos deficientes.

A importância desta iniciativa é tanto maior quanto é sabido serem manifestamente insuficientes quando não mesmo inexistentes as medidas relacionadas com a prevenção, reabilitação, integração socioprofissional e bem assim com o bem-estar dos cidadãos deficientes.

Tal facto, aliás, como assinala o preâmbulo do projecto comunista, tem levado muitos familiares de deficientes a atingirem situações de desespero e de pânico ao «verem frustradas todas as expectati-

vas de apoio e acolhimento», que competiria ao Estado criar e incentivar.

Na verdade, neste domínio, as lacunas são enormes, aí estando, para o comprovar, apenas a «título de exemplo, as barreiras arquitectónicas (sérios obstáculos à movimentação livre de cidadãos deficientes), a falta de escolas, o insuficiente apoio às CERCIs ou ainda o incumprimento da escassa e dispersa legislação aprovada, nomeadamente a Lei do Ensino Especial publicada em 1979 (até ao momento por regulamentar) e o decreto-lei de eliminação e redução das barreiras arquitectónicas cuja entrada em vigor veio sendo sucessivamente adiada.

Recorde-se entretanto que no nosso país, segundo dados da Organização Mundial de Saúde, existe cerca de um milhão de cidadãos deficientes, correspondendo a cerca de 10 por cento da população. Oriundos de uma maneira geral das camadas mais desfavorecidas da sociedade, apenas metade, segundo o Secretário Nacional de Reabilitação, usufrui de pensões de invalidez e só uma pequena minoria está integrada no mundo do trabalho.

De entre as medidas preconizadas no articulado do projecto do PCP, realce, entre outras propostas inovadoras, no âmbito da prevenção, para as campanhas especiais de sensibilização da opinião pública no sentido de alertar para os efeitos de sinistralidade por acidentes de viação ou para a campanha de informação (art.º 8) alertando para os perigos de acidentes domésticos e de lazer, designadamente, quedas, intoxicações, queimaduras e afogamentos.

Venda de terras a estrangeiros

• PCP propõe medidas de controlo

Por iniciativa do Grupo Parlamentar do PCP, a Assembleia da República debaterá na próxima semana um projecto de lei dos deputados comunistas tendente a pôr cobro ao acesso indiscriminado de estrangeiros à propriedade rústica e ao exercício da actividade agrícola.

Suscitando preocupação em diferentes quadrantes, este fenómeno tem vindo a conhecer ultimamente uma crescente expansão, sabendo-se que em muitos casos aparece associado à aquisição de terrenos agrícolas por multinacionais ligadas à indústria do papel, as quais, depois, procedem a uma desenfreada eucaliptização.

Ao contrário de países como a Espanha e a Dinamarca, que adoptaram sistemas de controlo nacional da terra com base nos normati-

vos do Tratado de Roma que permitem a salvaguarda dos interesses nacionais, Portugal não dispõe de legislação que defenda os nossos interesses e proteja os agricultores.

Com vista a preparar o debate, os deputados comunistas estão entretanto a proceder a diversos contactos, designadamente junto de entidades oficiais no sentido de obter informação actualizada sobre o volume de terras a estrangeiros após a adesão à CEE e junto dos municípios das zonas mais atingidas (Algarve e Alentejo), estando ainda previstas diligências junto do Instituto do Investimento Estrangeiro para avaliação da evolução recente de empresas com capital estrangeiro no sector agrícola e as perspectivas de investimento no sector.

Internacional

Presidente angolano apela à unidade nacional

Angola necessita do trabalho honesto de todos os seus filhos para valorizar os seus imensos recursos naturais e garantir a felicidade e bem-estar para todos — afirmou há dias o presidente angolano, José Eduardo dos Santos, numa mensagem dirigida a todos os cidadãos angolanos residentes fora daquele país, convidando-os a «unirem-se à família angolana e a contribuírem dentro ou fora do país com o seu esforço e saber para a reconstrução nacional».

Na sua mensagem aos que «por qualquer razão, se viram forçados a abandonar o país ou a interromperem os contactos com a pátria bem como os compatriotas que, outrora enganados, decidiram não servir mais os interesses estranhos à nação», José Eduardo dos Santos lembra que «o país unido, forte, próspero e multilateralmente desenvolvido que nos orgu-

lhará no futuro, tem de ser construído hoje».

Salientando a importância do momento político que se vive na região, em que a acção diplomática e as vitórias no teatro de guerra tornaram possível a conclusão dos acordos de paz para o Sudoeste de África, o presidente angolano afirma que esta grande conquista abre novas perspectivas para a estabele-

cidade da sub-região, «na medida em que a sua implementação não só tornará possível a descolonização do território namibiano, ilegalmente ocupado, mas também trará a paz que os povos do Sudoeste de África sempre almejam».

Referindo-se «às novas e ingentes tarefas que se colocam à nação angolana», José Eduardo dos Santos expressou a sua convicção de que tal objectivo «exigirá os esforços conjugados de todos os angolanos, independentemente da sua raça, tribo ou religião», num apelo claro à reconciliação nacional que, como sublinhou, permita a «todos dizer que coloquei a minha pedra e tenho direito

ao meu pedaço de pão».

Esta mensagem de ano novo do presidente angolano reflecte de forma inequívoca o espírito da recém-aprovada Lei da Amnistia, instrumento jurídico que consagra legalmente a política de clemência e harmonização nacional em vigor em Angola desde 1978.

De acordo com aquela Lei, que entrará em vigor em 4 de Fevereiro próximo para um período de 12 meses, os beneficiários (os angolanos que no interior ou no exterior do país promoveram ou incitaram à subversão) deverão «assumir o compromisso de que renunciam à violência e que pautarão a sua conduta futura pelo respeito estrito das disposições da lei constitucional e demais legislação em vigor».

De acordo com o texto aprovado pela Comissão Permanente da Assembleia do Povo (Parlamento angolano), «a presente lei aplica-se aos crimes cometidos no interior ou exterior do território nacional por cidadãos angolanos que directa ou indirectamente de forma organizada, tenham promovido, incitado ou praticado a violência e subversão contra a unidade nacional e a integridade territorial da República Popular de Angola».

Apesar deste clima de esperança e de confiança no futuro, estão ainda longe de resolução importantes problemas que impedem a concretização dos planos de paz. Por um lado, Angola debate-se com sérias dificuldades económicas resultantes do esforço de defesa, pelo que o governo angolano decidiu, em carta ao secretário-geral da ONU, Javier Perez de Cuellar, formalizar um pedido de ajuda às Nações Unidas para cobertura das despesas da retirada das tropas cubanas de Angola. Segundo os responsáveis angolanos, o custo da retirada dos efectivos cubanos de Angola ronda os 800 milhões de dólares, montante que as economias de Angola e Cuba, «pelas dificuldades financeiras que enfrentam, não poderão por si sós suportar».

Por outro lado, subsiste a falta de acordo entre os membros do Conselho de Segurança das Nações Unidas quanto à constituição da força de paz da ONU que deverá garantir a transição para a independência da Namíbia. Enquanto os membros permanentes do Conselho de Segurança pretendem a redução dos efectivos daquela força, fixada em 9500 homens, a fim de reduzir os custos da sua manutenção, estimados em mais de 700 milhões de dólares, os representantes do Movimento dos Países Não-Alinhados opõem-se a tal redução por considerarem que é necessário evitar possíveis interferências da África do Sul nas eleições da Namíbia.

Questões a exigir resposta pronta da comunidade internacional, de forma a não protelar por mais tempo o processo de paz no sudoeste africano, factor de primeira importância para a defesa da paz no mundo.

Tráfico de droga aumenta em Los Angeles

Segundo um comunicado do departamento da polícia de Los Angeles, nos Estados Unidos, 236 pessoas foram mortas nos primeiros onze meses de 1988 pelos traficantes de drogas, o que corresponde a um aumento de trinta por cento em relação ao mesmo período do ano anterior. Tendo em conta as vítimas do crime organizado ocorrido nos subúrbios daquela cidade, o número de mortos atinge quase as quatrocentas pessoas, o que constitui um trágico recorde.

A polícia adoptou entretanto medidas extraordinárias de combate ao tráfico de drogas, em resultado das quais foram detidas 24 mil pessoas e apreendidas centenas de quilos de narcóticos e grande número de armas. No entanto, de acordo com as próprias autoridades, o facto de no distrito de Los Angeles actuarem mais de 600 clãs armados integrados por mais de 75 mil pessoas, incluindo crianças, faz com que os resultados não sejam mais do que «uma gota de água no oceano». E o mais grave é a certeza de que entre as próprias autoridades floresce a corrupção e os contactos com o mundo da delinquência, o que dificulta o seu combate eficaz. No tribunal de Los Angeles estão actualmente a ser julgados três agentes do departamento federal de combate ao tráfico de narcóticos, acusados de terem participado em operações de contrabando e comercialização de drogas e de terem roubado do depósito da polícia um lote de heroína, no valor de 7,5 milhões de dólares.

A reconstrução da Arménia

O Bureau Político do CC do PCUS aprovou recentemente uma proposta do Conselho de Ministros da URSS para intensificar a ajuda à população da Arménia atingida pelo terramoto. Dadas as grandes dimensões da tragédia, os cidadãos afectados vão receber subsídios e compensações pelos bens destruídos (casas, dependências económicas, gado, transportes, etc.), bem como pensões de reforma, a colocação e o pagamento dos salários aos trabalhadores das empresas, instituições e organizações destruídas pelo terramoto.

As crianças que perderam os pais vão receber abonos de família, enquanto as mulheres com filhos que perderam o trabalho receberão o salário médio durante seis meses continuando a contar esse período para a reforma.

Também o CC do PCUS decidiu canalizar 50 milhões de rublos do orçamento do Partido para a ajuda às vítimas da Arménia.

Entretanto, a nível internacional, prosseguem as iniciativas de solidariedade com a população daquela República. De Portugal, seguiram para a URSS diversas ofertas de material médico, bem como centenas de quilos de vestuário e alimentos, por iniciativa de diversos organismos públicos, privados e de pessoas individuais. Em curso está ainda uma campanha de ajuda à construção de «Um hospital para a Arménia», lançada pela União das Associações Soviéticas de Amizade e Relações Culturais para o Estrangeiro (UASA) e pelo Comité Soviético da Paz, a que aderiu a Associação Portugal/URSS. Todas as informações e donativos podem ser dirigidos para a sede da Associação, na Rua S. Caetano, 30 — 1200 Lisboa, ou para os Conselhos Locais existentes em diversas partes do País.

Pretória volta a ameaçar os países da Linha da Frente

O vice-ministro sul-africano da Defesa, Winand Breytenbach, admitiu na passada sexta-feira a hipótese de desencadear novas acções militares contra os países da Linha da Frente, como retaliação pela ajuda que prestam ao Congresso Nacional Africano (ANC).

Falando a um novo batalhão de tropas no Transvaal, aquele responsável afirmou que Pretória «se reserva o direito de lançar operações contra guerrilheiros do ANC nos países da região, apesar do acordo de paz assinado recentemente em Nova Iorque entre Angola, Cuba e África do Sul». Em causa está neste momento, em particular, o Zimbabwé, onde segundo a África do Sul o ANC está a reforçar as suas fileiras.

Nas próprias palavras de Breytenbach, «a iniciativa de paz entre Angola, Cuba e África do Sul não significa que a paz foi totalmente instalada na África Austral».

Estas declarações vêm confirmar as recentes preocupações expressas pelo responsável do Ministério dos Negócios Estrangeiros soviético, Oleg Tcherni, que considerando a regularização do Sudoeste africano como «um grande avanço», recordou que se mantém contudo por resolver o problema do «apartheid». Foi precisamente o «apartheid», disse, que engendrou o conflito na região e, para combater esse mal, precisam-se novas ideias e esforços colectivos da comunidade das Nações Unidas, que abram a perspectiva de edificação de um Estado democrático e não racial conforme a vontade da própria população sul-africana.

Bomba na sede do PC da Argentina

Uma bomba de grande potência explodiu na manhã do passado dia 29 de Dezembro, em Buenos Aires, na sede do Partido Comunista da Argentina, causando quatro feridos, entre os quais jornalistas do semanário «Que Pasa» e elevados prejuízos materiais.

Segundo Patricio Echegarai, vice-secretário-geral do PCA, aquele acto terrorista, que coincidiu com a feitura do último número do ano do semanário comunista, cuja redacção funciona na sede do Partido, «constitui mais um elemento da campanha de desestabilização do sistema democrático no país e da

preparação de um golpe de Estado».

Recorda-se que desde o fim da ditadura militar a Argentina tem sido palco de várias tentativas falhadas de golpe de Estado, fomentadas pelos sectores mais reacionários do exército que não aceitam a sua submissão ao poder civil. Esta situação não é estranha ao facto de, com a restauração da democracia no país, não ter sido levada a cabo uma efectiva depuração das forças armadas responsáveis pelas milhares de vítimas da «guerra suja», bem como as sucessivas cedências das autoridades civis às pressões militares que se traduzem no prático reconheci-

mento da impunidade das forças armadas face aos crimes cometidos.

O recrudescimento do terrorismo na Argentina, que este novo atentado bem ilustra, preocupa cada vez mais as forças democráticas que exigem do governo a tomada de medidas energéticas e eficazes para lhe pôr cobro.

O Secretariado do Partido Comunista Português enviou, a propósito da ocorrência, um telegrama ao Partido Comunista da Argentina em que expressa a sua condenação do atentado terrorista e reitera a activa solidariedade dos comunistas portugueses com os comunistas da Argentina.

Repressão na Palestina

O início do ano foi assinalado nos territórios árabes ocupados por Israel com manifestações de protesto da população contra a expulsão de treze palestinianos para o sul do Líbano, o que faz aumentar para 48 o total de extraditados pelas autoridades israelitas desde o começo da Intifada (levantamento popular palestiniano).

A decisão israelita, que veio de novo agravar o clima de tensão que se vive na Palestina ocupada, segue-se a mais uma vaga repressiva israelita, que provocou pelo menos dois mortos e dezenas de feridos. No final do ano, segundo informações da agência noticiosa «WAFA», a população da Cisjordânia e da Faixa de Gaza cumpriu uma greve geral de protesto contra a ocupação, que assinalou o primeiro aniversário da Intifada. Posteriormente, o comando militar israelita decretou o recolher obrigatório nos campos palestinianos no sul dos territórios ocupados, efectuou buscas em massa e destruiu diversas habitações. A operação prosseguiu com a expulsão dos treze palestinianos, o que viria a motivar novas manifestações de protesto, confrontos e mais dois feridos.

Apesar de toda a repressão vivida nos últimos dias, a população palestiniana não deixou de celebrar o 24.º aniversário da Fatah, a principal componente da Organização de Libertação da Palestina, numa clara manifestação de que a população

dos territórios ocupados por Israel está disposta a prosseguir a luta pelo reconhecimento do seu direito à autodeterminação e independência, enquanto no exterior se intensificam os esforços diplomáticos da OLP pelo reconhecimento do Estado da Palestina, proclamado em Argel em 15 de Novembro passado pelo Conselho Nacional Palestiniano.

Neste contexto, salienta-se a decisão da OLP em enviar uma delegação aos EUA com o objectivo de sensibilizar a opinião pública norte-americana para a causa palestiniana; o primeiro encontro oficial entre dirigentes palestinianos e as autoridades holandesas; a abertura de uma embaixada da Palestina na Arábia Saudita; a visita de Yasser Arafat a Espanha e a decisão deste país promover, enquanto sede da presidência da Comunidade Económica Europeia, a realização de uma conferência internacional de paz para o Médio Oriente.

O crescente isolamento de Israel em relação à questão palestiniana, acentuado pela alteração da posição norte-americana e pela clarificação da posição da CEE, torna-se dia a dia mais notório, pelo que é legítimo admitir que a curto prazo as autoridades de Israel não terão outra alternativa do que aceitar sentar-se à mesa das negociações com os legítimos representantes dos palestinianos, a Organização de Libertação da Palestina.

Internacional

PSUA marca Congresso

«Construção do socialismo é processo revolucionário»



Em poucas dezenas de anos, o poder dos operários e camponeses na RDA fez mais pelo povo do que a ordem exploradora em muitos séculos — disse Erich Honecker, chefe de Estado da RDA, nas comemorações, em Berlim, no passado dia 29 de Dezembro, do 70.º aniversário da fundação do Partido Comunista da Alemanha (DKP) — «Aqui, os direitos humanos fundamentais foram implementados há muito tempo e são uma realidade indiscutível. Existe liberdade e justiça social, um Estado de direito, pleno emprego, segurança social e confiança no futuro, ensino para todos — assim, a nossa sociedade garante a dignidade humana».

Honecker sublinhou, entretanto, que o socialismo não é o paraíso. «É necessário encontrar sempre novas soluções teóricas e práticas para questões que surgem». Mas o PSUA não tem medo «nem de transformações nem de reformas».

As comemorações do 70.º aniversário do DKP, decorreram pouco depois de uma importante reunião do CC do Partido Socialista Unificado da Alemanha (PSUA), realizada nos dois primeiros dias de Dezembro de 1988, que decidiu da **convocação do XII Congresso do PSUA** para os dias 15 a 19 de Maio de 1990.

No relatório das actividades do Bureau Político, apresentado por Honecker, avança-se com uma **extensa análise** da realidade internacional actual e das realizações e perspectivas da RDA hoje.

Paz
questão fundamental

«Nas relações internacionais registam-se uma série de mutações políticas. É clara a mudança do clima de confrontação para o de desarmamento, ainda que este processo não esteja ao abrigo dos que não querem que o mundo seja liberto de armas nucleares até ao ano 2000». Mas «será difícil para os adversários do processo de desarmamento, travá-lo ou invertê-lo».

Honecker sublinha que os problemas de desarmamento hoje na ordem do dia, da redução em 50% das armas estratégicas, no respeito do Tratado ABM ao desarmamento convencional, passando pela proibição de armas químicas, «colocam grandes exigências ao movimento antitético universal».

Honecker denuncia entretanto o «dualismo da política» seguida pela RFA; a modernização das armas nucleares de curto alcance, como forma de «compensar» as disposições definidas pelo Tratado de eliminação de mísseis de médio alcance na Europa; a política assumida pela NATO — «Não resta nenhuma dúvida quanto ao facto de que a dissuasão nuclear é elemento central na estratégia da discussão da NATO».

O que entretanto não deve impedir «de agir consequentemente pela concretização do programa de paz do socialismo».

Comunidade socialista

«O processo de transformação na União Soviética — que todos desejam conhecer — é de uma grande importância para o reforço do socialismo mundial e a salvaguarda da paz — diz Honecker, valorizando a *perestroika*. E simultaneamente alerta para que se não caia no erro de fazer fé nos que «querem reescrever, numa óptica burguesa, a história do PCUS e da União Soviética».

O secretário-geral do PSUA sublinha a «estreita comunhão de luta entre o PSUA e o PCUS, baseada no marxismo-leninismo» e destaca «entre as conquistas

do socialismo», a «cooperação multiforme entre os países socialistas».

Referindo-se à realidade múltipla da comunidade socialista hoje, diz: «Todos os partidos têm como objectivo um elevado dinamismo do desenvolvimento socioeconómico dos seus respectivos países, o aumento do nível de vida do povo que, no quadro da competição pacífica com o capitalismo, tornará por si o socialismo mais atracente. Neste domínio surgem também problemas para os quais nem sempre se encontra e de imediato as soluções mais eficazes. Copiar nunca foi por nós considerado como possibilidade de substituir o pensamento teórico próprio e necessário nem a acção prática, e tão pouco o faremos no futuro. A análise das experiências dos outros países socialistas é útil para todos».

Na perspectiva do ano 2000

«Vivemos numa época em que o desenvolvimento das forças produtivas dá cada vez mais a medida dos desenvolvimentos sociais. Estão em causa todos os domínios da nossa sociedade, a política tal como a economia, a política social e a vida intelectual e cultural, ou seja tudo o que, nos termos do nosso programa do partido, consideramos na ulterior concretização da sociedade socialista desenvolvida, que é um processo histórico de profundas mutações políticas, económicas, sociais, intelectuais e culturais».

Neste quadro, e na perspectiva da realização do XII Congresso, Honecker afirma: «entendemos conservar o que deu as suas provas, mas deixar fora tudo o que pode entravar o nosso avanço ulterior e abordar de forma nova muitas coisas. Isto está em conformidade com as nossas necessidades, com as experiências feitas noutros países

socialistas, com o carácter do nosso partido. Somos um partido de inovadores, mas que se regozija já de uma tradição de 140 anos, que remonta aos co-fundadores do socialismo científico que foram Karl Marx e Friedrich Engels».

Na análise da evolução da política económica, o relatório apresentado ao CC do PSUA destaca que, a partir do VIII Congresso do partido (1971, data em que a reconstrução se considera concluída) se baseou «toda a nossa economia nacional na intensificação, numa melhoria directa e imediata do nível de vida».

Hoje a perspectiva é a mesma — a ligação entre o progresso técnico-científico e o progresso social. Honecker sublinha que «é perfeitamente possível dominar a revolução técnico-científica garantindo simultaneamente o pleno emprego e a prosperidade do povo, sem desemprego em massa e sem nova miséria. Da economia do lucro capitalista, não poderemos aprender a harmonia entre o desenvolvimento material e social, e tão pouco a humanidade e a justiça».

«Pelo seu carácter, a edificação do socialismo é um processo revolucionário», afirma o dirigente do PSUA, que considera ainda: «em cada fase da realização da nossa estratégia social, estabelecemos a prova da supremacia história do mundo socialista, que demonstra a sua unidade através da sua multiplicidade».

Entretanto, o triunfo do socialismo não depende de «sonhos formulados, mas unicamente das leis do desenvolvimento da sociedade humana, na qual as revoluções se afirmam como as locomotivas da história e os povos que já constroem o socialismo se enriquecem permanentemente de novos conhecimentos adquiridos».

«Segundo um comunicado recente da Frente de Libertação de Moçambique, 76 soldados portugueses perderam a vida em várias operações militares. A luta libertadora generalizou-se a todo o território. As forças patrióticas abrem novas frentes de luta.

Em Angola aumenta igualmente o número de soldados portugueses mortos em combate.

Na Guiné, as derrotas infringidas às tropas colonialistas forçaram-nas ao abandono de novas áreas e à perda de dezenas de vidas humanas. Quase metade do território da Guiné está hoje nas mãos das forças militares libertadoras e sob administração popular.

Os gastos com a guerra cresceram em perto de meio milhão de contos em relação ao ano passado. A lei de meios recentemente aprovada na Assembleia Nacional estabelece carta branca para a criação e cobrança de novos impostos para suprir os encargos com a guerra colonial. Os governantes salazaristas — segundo afirma a própria lei de meios — dão prioridade aos «encargos extraordinários com a defesa».

Defesa de quê? Do território nacional? Não! A defesa dos monopólios e do execrando regime colonialista. (...) Não é pela Pátria que os nossos soldados morrem.»

(«Não é pela Pátria que os nossos soldados morrem» — «Avante!», VI Série, n.º 363, Janeiro 1966)

AVANTE! JORNAL DE LUTAS E DE DEFESA

Órgão Central do Partido Comunista, 11, P. 1, L.

«Fortes relações fraternais entre o PCUS e o PCP»

Na reunião do Bureau Político do CC do Partido Comunista da União Soviética realizada no dia 28 de Dezembro passado foram analisados os resultados da participação no XII Congresso do Partido Comunista Português da delegação do PCUS chefiada pelo camarada Vadim Medvedev.

De acordo com a informação publicada no «Pravda» da última quinta-feira, o Bureau Político constatou «com satisfação» que «entre o PCUS e o PCP desenvolvem-se fortes relações fraternais, baseadas numa ampla unidade de pontos de vista

dos dois partidos em relação aos problemas fundamentais da actualidade».

Ainda relativamente ao nosso país, o comunicado assinala o «carácter positivo de troca de opiniões» com o Presidente da República português, a qual «confirmou a importância do prosseguimento do diálogo luso-soviético como elemento essencial da cooperação internacional da Europa».

Entre outras questões internacionais — com particular destaque para a intervenção do camarada Mikhail Gorbachov na Assembleia Geral das Nações Unidas e as

suas conversações com os responsáveis norte-americanos — e nacionais, o Bureau Político do CC do PCUS analisou «detalhadamente» um relatório sobre o trabalho em curso na RSS da Arménia na sequência da tragédia de 7 de Dezembro.

Mensagem
ao PC de Cuba

A convite do Comité Central do Partido Comunista de Cuba, partiu para Havana, Octávio Pato, membro do Secretariado do Comité Central do Partido Comunista Português.

Octávio Pato representou o PCP nas celebrações do 30.º aniversário da Revolução Cubana que tiveram lugar de 2 a 4 de Janeiro.

O Comité Central do PCP enviou entretanto uma mensagem ao CC do PCC por ocasião destas celebrações. Também Álvaro Cunhal, Secretário-Geral do PCP, enviou a Fidel Castro, Secretário-Geral do PCC, a mensagem que seguidamente se transcreve:

«Queridos Camaradas,
Em nome dos comunistas portuque-

ses transmito-lhe as mais calorosas felicitações e fraternais saudações por ocasião do 30.º Aniversário da Revolução Cubana.

A vitória da primeira Revolução Socialista nas terras da América, as extraordinárias realizações de Cuba na construção da nova sociedade e a sua política de paz e de heroica solidariedade Internacionalista constituem uma contribuição do mais alto valor para a causa da libertação dos trabalhadores e dos povos.

Confirmando a vontade de aprofundar as relações de fraterno amizade e cooperação que unem os nossos dois Partidos, de todo o coração desejamos aos comunistas e ao povo cubano os maiores sucessos na edificação da sociedade socialista.»

PCP, actividade internacional

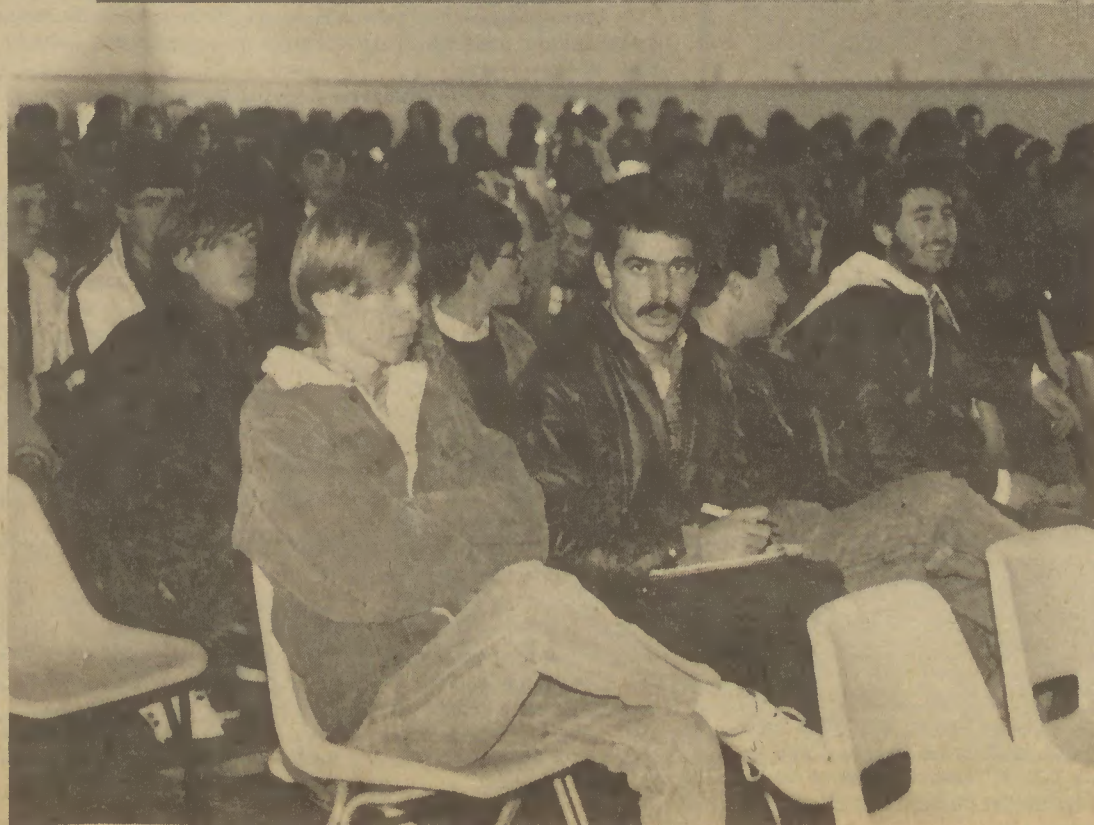
• Martins Coelho, membro do Comité Central, representou o PCP nas celebrações do Centenário do hino «A Internacional» organizadas pelo Partido Comunista Francês, no dia 16 de Dezembro em Lille. Nesta iniciativa política e cultural em que usou da palavra George Marchais, secretário-geral do PCF, estiveram presentes numerosas outras delegações estrangeiras.

• Viriato Pina Moura, membro suplente do CC e do Secretariado da Direcção da Organização Regional do Porto representou a ORP no 8.º Congresso do Partido Socialista Unificado da Catalunha que teve lugar em Barcelona a 16/18 de Dezembro.

(«Resistência nos quartéis» — «Avante!», VI Série, n.º 425, 2.ª quinzena de Janeiro de 1971)

**Um Encontro onde se falou de terras ao abandono,
ensino, situação internacional, etc.**

Jovens de Évora em defesa da Reforma Agrária



Trabalho assegurado para todos (no distrito cerca de 25 por cento dos desempregados agrícolas são jovens!) é uma das grandes aspirações da massa juvenil de Évora. Por isso é necessário desenvolver a agricultura, pôr as terras a produzir, lutar em defesa da Reforma Agrária. Destes e de outros temas com vivo interesse — da situação internacional aos problemas do ensino e da habitação nesta zona do Alentejo, passando pela actualidade política e os efeitos da orientação do Governo Cavaco — se falou no dia 17 de Dezembro do ano que já lá vai, em Vendas Novas, durante o VII Encontro de Jovens Operários Agrícolas do Distrito de Évora, iniciativa que reuniu 241 delegados e 17 convidados, numa atmosfera de luta, unidade e convívio reveladora do interesse e da capacidade da juventude na análise rigorosa dos assuntos que lhe dizem directamente respeito e na definição das tarefas apontadas à construção dum futuro de liberdade e de desenvolvimento, um futuro jovem, aberto à sua criatividade e à sua intervenção. A iniciativa coube ao Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura do Distrito de Évora (STADE). No decorrer dos trabalhos foram eleitos os respectivos delegados à II Conferência Nacional da Juventude Trabalhadora, marcada para 18 e 19 de Março próximo, em Coimbra, com o tema «emprego seguro, confiança no futuro».

Jovens agrícolas reunidos em Vendas Novas

A nossa agricultura está numa situação difícil. É necessário que nós, jovens, nos mantenhamos unidos — esta uma das ideias que esteve presente no debate proporcionado pelo VII Encontro de Jovens Operários Agrícolas do Distrito de Évora.

Sublinhando a importância da unidade, o Encontro realizado em Vendas Novas chamou a atenção para a necessidade de uma rápida alteração na política agrícola do Governo PSD, «para que haja desenvolvimento e progresso». Neste capítulo, os jovens presentes destacaram o papel da Reforma Agrária, «única forma de acabar com o desemprego na agricultura», situação que no distrito de Évora afecta cerca de 25 por cento do total dos desempregados agrícolas.

Pôr fim à política que permite a existência de terras abandonadas, a sabotagem económica e a exploração do homem pelo homem, é um caminho que se impõe no panorama actual da agricultura nos campos do Alentejo e do Ribatejo, salientam os jovens reunidos em Vendas Novas, que alertam a opinião pública para o facto de não se estarem a aproveitar os recursos e as potencialidades do País, exemplificando assim:

«As terras devem ser postas a produzir, às UCPs/Cooperativas e aos produtores devem ser dadas garantias de trabalho e de escoamento da sua produção a preços compensadores».

Como já referimos na abertura deste caderno **Em Foco**, o VII Encontro de Jovens Operários Agrícolas do Distrito de Évora não se ficou pelos temas específicos da actividade agrícola. Foi mais longe e analisou o conjunto de questões que se destacam na esfera juvenil e que determinam consequências mais graves para os jovens, para além de temas de actualidade que suscitam o interesse e o acompanhamento de vastos sectores de opinião.

Ensino e habitação

«Total desprezo pelas camadas mais desfavorecidas da população», é assim que o Encontro caracteriza a actuação do Governo de Cavaco e de Roberto Carneiro na área do ensino. «Apesar de todas as promessas e operações de propaganda, continuam a existir sérias dificuldades na rede escolar», referem os jovens trabalhadores agrícolas de Évora, que apontam problemas relacionados com os transportes escolares, as limitações impostas administrativamente aos trabalhadores-estudantes, o insucesso escolar, a limitação e selectividade no acesso ao ensino e particularmente ao Superior, «chegando-se a pôr em causa o funcionamento do ensino superior público numa linha de privilégios para as Universidades privadas».

Na nova política de ensino que o Encontro de Vendas Novas considera necessária salientam-se o alargamento da rede escolar com a construção de novas unidades de ensino, efectivo funcionamento das cantinas, bibliotecas e instalações desportivas, a criação de um serviço de transportes ajustados aos horários dos cursos nocturnos e a defesa e alargamento do ensino universitário em regime pós-laboral.

Foi também dirigida uma atenção

especial aos problemas da habitação, aspecto marcante na vida dos jovens casais que pretendem constituir família. «Mantém-se a suspensão por ordem do Governo do crédito à habitação, o que cria muitas dificuldades aos jovens», lê-se no documento de conclusões do Encontro.

Direitos sindicais

A participação e a intervenção dos jovens que trabalham na agricultura na esfera do movimento sindical unitário, na vida do Sindicato do Distrito de Évora, nas lutas e nas actividades nesta frente também estiveram, naturalmente, em foco no decurso do debate.

«Devemos estar unidos junto das nossas organizações de classe, lutar pelo cumprimento do CCT, pelas 40 horas de trabalho semanais, contra os contratos a prazo, contra o trabalho infantil, em defesa da Constituição e da democracia», sublinha o documento aprovado pelos participantes no Encontro juvenil. Nesta matéria, destaque para duas conclusões essenciais:

1.º — *O exercício dos direitos sindicais no local de trabalho é condição indispensável para o reforço da nossa organização na criação de melhores condições de trabalho e de vida; por isso assume especial importância a luta sindical no plano ideológico, combatendo o individualismo e o egoísmo, aprofundando os ideais de solidariedade e justiça social;*

2.º — *A melhor forma de defender os direitos sindicais é exercê-los:*

- *Elegendo delegados sindicais.*
- *Afixando informações nas empresas e nos locais próprios.*
- *Cobrando a quotização no local de trabalho quando esta não for descontada no salário.*
- *Não consentindo que alguém impeça o exercício dos direitos sindicais na prática; por isso o encontro repudia os projectos que o Governo fez publicar no BTE de 9/12/88, que visam entregar poderes ao patronato para despedir por razões alheias aos trabalhadores.*

Tema também presente neste Encontro distrital foi a revisão constitucional. Para além dum alerta vigoroso sobre os perigos decorrentes do acordo entre o PS e o PSD («inadmissível cedência aos monopolistas»), sobressaiu uma disposição firme de intervir:

«A importância para a juventude da revisão constitucional não se limita só aos artigos que directamente se referem à juventude; o sentido da evolução da democracia portuguesa, a sua consolidação, os direitos da juventude no plano económico, social, político e cultural, são questões fundamentais em cuja discussão os jovens exigem participar e sobre o qual têm uma palavra a dizer; tudo farão para defender a Constituição e a democracia portuguesa.»

Situação internacional

O Encontro efectuado em Vendas Novas não se alheou do mundo em que vivemos. Os participantes no debate analisaram a situação internacional, salientando os «progressos significativos» que se têm registado, especialmente no quadro das conversações entre a URSS e os EUA. A luta dos povos pela sua libertação, o movimento mundial pela Paz, os esforços de cooperação e solidariedade, as posições assumidas por diversas entidades e organizações contra o trânsito ou instalação de armas nucleares ou estruturas de apoio à sua utilização em território nacional contam-se entre os aspectos vinculados pelo Encontro, segundo o seu documento de conclusões.

Mobilizar a juventude para a luta pela paz, a solidariedade anti-imperialista e a amizade entre os povos de todo o Mundo é tarefa de primeiro plano para a qual os jovens agrícola de Évora convidam a opinião pública e particularmente a jovem geração.

Pelas 40 horas

Já em termos de decisões, dando corpo a uma das moções aprovadas, o Encontro apoia o projecto apresentado na Assembleia da República pelo Grupo Parlamentar do PCP no sentido da redução para um limite máximo de 40 horas de duração semanal de trabalho. Diz o texto dessa moção:

«Tendo em conta que se encontra na Assembleia da República o projecto de Lei n.º 291/V, apresentado pelo PCP, que reduz a duração semanal do trabalho normal, para limite máximo de 40 horas por semana, que corresponde a uma reivindicação dos trabalhadores, aprovado no V Congresso da CGTP-Intersindical Nacional, pela qual desde há muito o nosso Sindicato sistematicamente se tem batido;

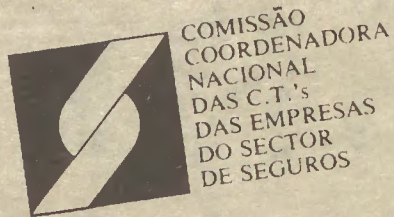
«Considerando que a duração normal de trabalho em Portugal é das mais longas dos países da CEE, que essa redução constitui uma recomendação da OIT, dá satisfação aos preceitos constitucionais e melhora as condições de vida e de trabalho dos portugueses, nomeadamente para os jovens agrícolas;

«Os jovens presentes no VII Encontro realizado em Vendas Novas manifestam:

«1.º — O seu total apoio e acordo, na generalidade, aos objectivos da proposta apresentada pelo PCP na Assembleia da República.

«2.º — Propõem que seja retirado o ponto 3 do artigo 4.º, tal como propõem a todos os deputados que aprovem a referida proposta, porque a mesma corresponde às necessidades, melhoramento e reivindicações dos jovens trabalhadores.

«3.º — Louvam as empresas agrícolas no distrito — UCPs/Cooperativas ou privadas — que neste momento já definiram como horário máximo as 40 horas; apelamos a todos os trabalhadores da agricultura — homens, mulheres e jovens — para que na prática sejam definidas as 40 horas de trabalho normal por semana.» ■



Duas palavras

sobre Mercado Interior Comunitário privatizações e revisão constitucional

A adesão à CEE e a criação do Mercado Interior Europeu, a revisão constitucional e a política de reprivatizações constituem, sem sombra de dúvida, aspectos preocupantes que reclamam o interesse e a mobilização dos trabalhadores em defesa dos seus direitos — o alerta vem da Comissão Coordenadora Nacional das CTs das empresas do sector de seguros.

Dirigindo-se à opinião pública e aos trabalhadores das companhias seguradoras, aquele organismo representativo comenta assim aqueles aspectos de extrema actualidade e importância:

A criação do Mercado Interior Comunitário, previsto para 1992, exige a existência no nosso país de um grupo económico forte e coeso, capaz de fazer frente às tendências hegemónicas dos fortes grupos privados da CEE. E esse papel só poderá ser desempenhado pelo Sector Empresarial do Estado (SEE).

A actividade seguradora nacional, no seu conjunto, é inferior às grandes seguradoras da Comunidade Europeia. Tal significa que para poder enfrentar eficazmente o desafio se torna indispensável encontrar formas de reforçar a dimensão das empresas e a melhoria dos seus serviços. São as seguradoras públicas, porque pertencentes ao mesmo grupo económico, as únicas que reúnem condições para encontrar formas de coordenação e integração com vista a fazer frente aos factores económicos acrescidos.

Contrariamente ao que o Governo tenta fazer crer, o desmantelamento e reprivatização do Sector Empresarial do Estado em nada iria contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos portugueses. Pelo contrário, ao abdicar dos muitos milhões de contos de receita do Orçamento do Estado, produzidos pelo SEE, seriam inevitáveis a redução das prestações sociais e o agravamento dos impostos, bem como se agravaria a já tremendamente injusta distribuição do Rendimento Nacional.

É importante ter presente que a «reforma fiscal» recentemente aprovada pelo Governo não desagrava a carga fiscal sobre os trabalhadores, antes baixando os impostos sobre os lucros das empresas privadas, os rendimentos de capitais e as mais-valias dos negócios bolsistas.

Os trabalhadores de seguros conhecem bem os benefícios que alcançaram e têm mantido por virtude da existência de um forte sector nacionalizado: estabilidade e garantia de emprego, pensões complementares de reforma, promoções obrigatórias alargadas e por mérito em maior número, importantes regalias extra-contratuais.

A reprivatização não garantirá essas conquistas tendo como consequências imediatas o agravamento da situação dos trabalhadores nomeadamente:

- *Aumento da instabilidade e insegurança no emprego;*
- *Redução, limitação ou extinção de direitos contratuais, sociais e de organização dos trabalhadores;*
- *Aumento do compadrio e da repressão.*

A contra-proposta de Contrato Colectivo de Trabalho apresentada pelas entidades patronais é prova evidente dos objectivos que norteiam o patronato e das consequências funestas para os trabalhadores, da reprivatização do Sector Público de Seguros.

A revisão constitucional, ao desfigurar o modelo de sociedade previsto na Lei Fundamental, ao permitir a total reprivatização da economia e a consequente reconstrução do capitalismo monopolista de Estado, ao possibilitar que por Leis Orgânicas aprovadas exclusivamente pelo partido governamental, se tripudie sobre todo o edifício constitucional, ao retirar importantes direitos sociais, como o do Serviço Nacional de Saúde, obrigatório e gratuito, representa uma profunda ameaça aos direitos e interesses dos trabalhadores e do povo português.

Não é por acaso que o Pacote Laboral acompanha a par e passo a política de privatizações.

A luta contra os objectivos governamentais, pela defesa dos nossos direitos e interesses, pelo reforço e modernização do Sector Empresarial do Estado, garante efectivo da consolidação da economia e da independência nacional, está na ordem do dia e para ela é necessário canalizarmos toda a nossa atenção e energias.

A unidade dos trabalhadores, em torno dos seus objectivos essenciais, é determinante para o reforço da sua intervenção no combate pela melhoria do seu nível e qualidade de vida. ■

CASTELO BRANCO

O que a política de Cavaco ofereceu ao distrito

durante o ano de 1988...

Estabilidade, bem-estar, riqueza a dividir por «todos»... Em tempo de eleições «a canção de embalar» costuma ser assim. Depois, as coisas mudam de tom. Como diz a Comissão Distrital de Castelo Branco do PCP, a realidade acaba por surgir bem diferente, «como o mostram muitos factos que tiveram lugar no ano que agora terminou», e que neste início de um novo ano prometem ficar, cruzando-se no quotidiano dum distrito do interior onde os trabalhadores, os agricultores e as populações conhecem e sentem de forma especial os efeitos duma política que tudo promete... mas que pouco faz. Lembrar isto é importante tanto mais que 1989 volta a ser ano de eleições — desta vez para o Parlamento Europeu (PE) e para o Poder Local democrático. «Durante todo o ano de 1988» — refere a Distrital do PCP num breve balanço enviado à redacção do Avante! — falou-se das dificuldades das empresas do sector têxtil, da crise, da perspectiva de encerramento de várias empresas. Falou-se também dum **plano de reestruturação**, «onde só meia dúzia são para ficar, como já foi admitido pelo Governo».

Lanofabril: 16 mil contos de dívidas aos trabalhadores

A Distrital do PCP esclarece: A Lanofabril, com mais de 16 mil contos de dívida aos trabalhadores, está praticamente encerrada. A José Henriques da Fonseca ameaça os trabalhadores com o encerramento. A Têxtil Roseta já apresentou processo de falência e a Mota e Companhia prepara-se para fazer o mesmo. A Citêxtil e a Sociedade de Lanifícios dizem estar em grandes dificuldades.

Que faz o Governo de Cavaco Silva para resolver os graves problemas dos lanifícios? Dá instruções à Banca para baixar os «plafons» de crédito e à Segurança Social processos para pagamento coercivo das dívidas. Quem sofre com a crise? Os trabalhadores. Quando as empresas estão em alta não ganham com isso, o patronato que não aproveita o ciclo de expansão para investir, para reestruturar, e apenas carrega os trabalhadores com horas extraordinárias e trabalho aos sábados e domingos, pagando miseravelmente. Depois, quando há maiores dificuldades fica a dever ao pessoal, deixa de entregar o dinheiro à Segurança Social (quando em vários casos, não fica com os próprios descontos dos trabalhadores).

Nas confecções continua-se a trabalhar em condições degradantes, com salários abaixo da tabela e sem respeito pela legislação laboral.

Na construção civil multiplica-se o recurso à subemprego e os trabalhadores, na sua grande maioria, não usufruem da Segurança Social.

Lavoura: subsídios da CEE para meia dúzia

Os agricultores não têm protecção para as suas colheitas. As chuvas do princípio do Verão trouxeram o desespero e dificuldades acrescidas a muitas famílias. As promessas de Cavaco Silva e do seu ministro de Agricultura foram mais um engano aos agricultores — acrescenta a Comissão Distrital do PCP, que adianta:

O subsídio de gasóleo, azeítone e gado são pagos com muito atraso, como se o Governo não tivesse dinheiro. As importações de batata, fruta, carnes etc., particularmente da CEE, criam dificuldades suplementares aos produtores, a braços com falta de créditos e outros apoios.

Os fundos comunitários dados apenas a meia dúzia, tornaram-se uma fonte de corrupção e compadrio sobre os quais não há controlo.

O caso de Malpica do Tejo é elucidativo: morreram centenas de ovelhas e mais de um milhar de colmeias foi dizimado, sem que o Governo fizesse alguma coisa para indemnizar os agricultores dos graves prejuízos causados.

O projecto de Regadio da Cova da Beira não tem as boas graças do Governo do PSD que, embora diga que sim, não propõe as verbas necessárias à concretização integral do projecto.

Por seu turno, os produtores de pinhal, que ao longo dos anos têm sido vítimas da ganância dos madeireiros e dos criminosos incendiários, vêem desaparecer a sua única fonte de subsistência, como aconteceu em Vila de Rei onde mais de 90% da floresta ardeu. As medidas anunciadas pelo Governo não são suficientes e privilegiam algumas clientelas.

A luta não está fora de moda...

No breve balanço ao ano de 1988, os comunistas do distrito de Castelo Branco não ficaram pela re-



A cidade da Covilhã, núcleo de vital importância socioeconómica no âmbito do distrito de Castelo Branco



Que faz o Governo de Cavaco Silva para resolver os graves problemas dos lanifícios? Dá instruções à Banca para baixar os plafonds de crédito...

ferência às questões e aos problemas que mais se fizeram sentir nos últimos 12 meses.

É que a luta também foi notícia...

É a luta dos trabalhadores da Função Pública, dos professores, dos trabalhadores da Administração

Local, dos trabalhadores judiciais, dos juizes, em torno das suas justas reivindicações, cujas últimas greves no distrito atingiram uma adesão significativa.

É a luta dos estudantes nas escolas da Covilhã, Fundão e outras por

melhores condições de aquecimento, segurança, funcionamento de cantinas, etc.

É a luta dos trabalhadores da SICOFATO contra a regras degradantes impostas pelo patronato nas idas à casa de banho. As operárias venceram.

No hospital do Fundão e na Formen as administrações tentaram despedir trabalhadores. Houve luta e os trabalhadores venceram.

Na Sertã, o Governo, com a sua política contra os interesses da população, tentou retirar uma carreira às populações da Serra. Houve luta, a população concentrou-se, a camioneta foi retida, a população só se retirou depois da vitória.

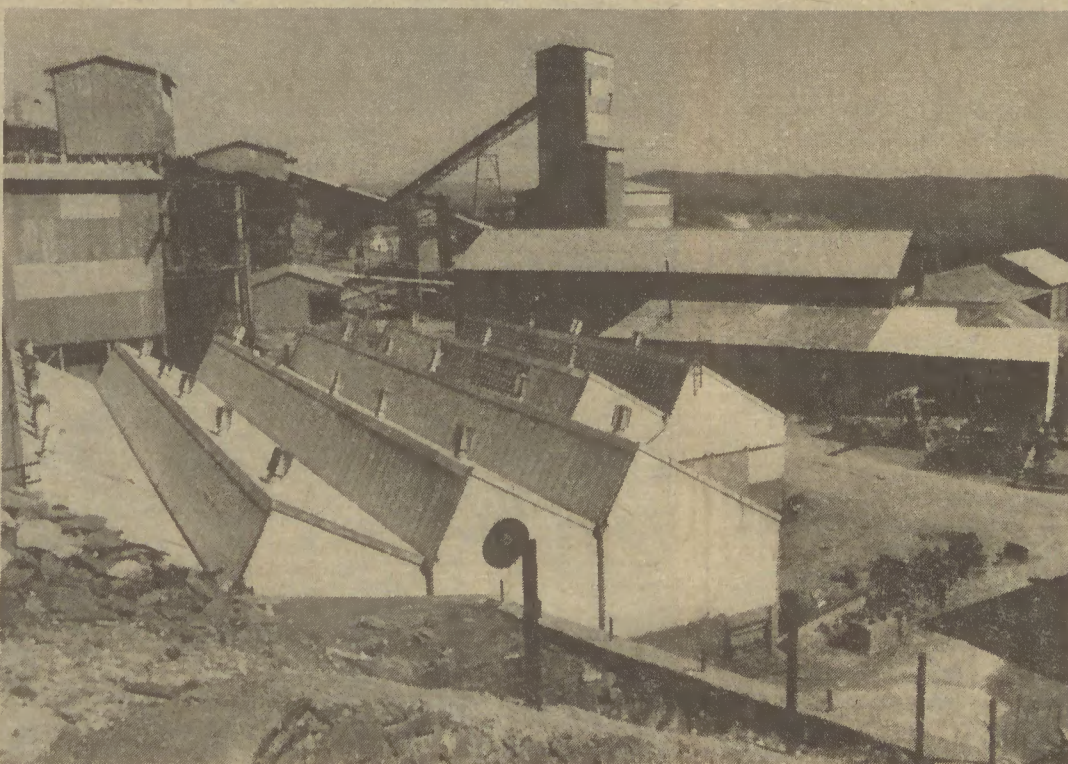
Na Lardosa e Vale de Prazeres, as populações saíram à rua contra a extinção de dois comboios diários. Fizeram parar comboios, houve confrontos com a GNR e alcançaram uma vitória parcial com dois comboios alternativos.

O aumento exorbitante das rendas de casa do Ex-Fundo de Fomento de Habitação, na Covilhã, gera indignação e luta dos moradores.

É ainda a luta dos trabalhadores têxteis contra o encerramento de empresas e contra uma «reestruturação» que visa o despedimento de milhares de trabalhadores. É a luta dos mineiros da Panasqueira que acabam de obter uma importante vitória com aumentos salariais entre 14,5% e 17,5%.

É a continuação da luta contra o «pacote laboral» do Governo Cavaco Silva, luta que na Greve Geral de 28 de Março/88 teve uma ampla adesão de todos os sectores profissionais no distrito de Castelo Branco.

A terminar, a Comissão Distrital de Castelo Branco do PCP sublinha que muitos dos problemas que provocaram angústia, indignação e revolta em 1988 vão continuar, porque é essa a política antidemocrática do Governo Cavaco Silva. Contudo, também estamos certos e confiantes de que a luta organizada da classe operária, de todos os trabalhadores e do povo do nosso distrito vai continuar na defesa do pão, do trabalho, das liberdades e dos interesses nacionais, contra a política do Governo do PSD. ■



Nas Minas da Panasqueira apesar de ter diminuído em várias centenas o número de trabalhadores, aumentou a produção, degradaram-se as condições de segurança, o que veio a motivar vários acidentes, alguns mortais, sublinha a Comissão Distrital de Castelo Branco do PCP, no breve balanço do ano de 1988 que aqui deixamos à apreciação dos nossos leitores ■

Orçamentos e Planos de Actividades Autárquicas

Loures, apenas um exemplo

A aprovação dos Orçamentos e Planos de Actividades tem uma importância capital para a generalidade dos municípios portugueses, dado constituir um instrumento de gestão indispensável para qualquer autarquia. É fácil perceber porque: só a partir da definição das verbas disponíveis e da

hierarquização dos problemas e responsabilidades a atender, se pode planificar e gerir com eficácia e competência.

Daí que a aprovação atempada (ou não) destes documentos seja em qualquer autarquia um indicador significativo do seu funcionamento, operacionalidade e competência, mesmo antes de qualquer apreciação ao conteúdo desses documentos que, evidentemente, importa também analisar para se poder aferir da justeza com que se aprovou o Orçamento e Plano de Actividades; todavia há outras considerações a fazer para além do conteúdo específico de qualquer destes documentos, nomeadamente em relação às verbas que o Poder Central atribui às autarquias.

Há aqui uma significativa unanimidade nos órgãos do Poder Local, já que todos consideram que o Governo continua a «descentralizar» competências para as autarquias sem as necessárias contrapartidas financeiras. Já nem é uma questão de se saber até onde vai a crónica insuficiência das verbas atribuídas às autarquias, mas de se denunciar, com vivo protesto, esta bizarra política governamental de impor mais responsabilidades às autarquias sem lhes facultar meios mínimos de resposta. Não é estranho, por isso, que se acuse o Governo de pretender estrangular o Poder Local democrático enquanto garganteia as costumadas promessas garantindo a sua «defesa e desenvolvimento».

Ora um orçamento depende sempre de verbas, como diria o senhor de La Paíce. Sem estas não há orçamento que valha e, pelos vistos, o Executivo tem isso muito presente em cada vez que divide o bolo orçamental, que todos pagamos, e dele retira a fatia (cada vez mais reduzida) a atribuir ao Poder Local. Apesar de todas as conversas regularmente amplificadas sobre «descentralização» e «regionalização», o Governo de Cavaco Silva continua de facto apostado em desactivar a capacidade transformadora das autarquias, dando metodicamente corpo aos seus projectos centralizadores na «via burocrática para o totalitarismo», se nos permitem uma banalidade tão ao estilo do nosso Primeiro.

Iludida esta questão, resta ao Poder Local trabalhar com «a prata da casa», planificando e decidindo em função das possibilidades que tem. É aqui que entra — e pela porta larga da responsabilidade — a aprovação dos Orçamentos e Planos de Actividades. Aqui, e só aqui, se pode realmente interpor as autarquias, esmiuçando agora o que de concreto se orçamentou e planificou para o futuro, indagando ao mesmo tempo o que se cumpriu ou não, e porquê, do que se decidiu no ano anterior. Daí que — repetimo-lo — a aprovação atempada (ou não) destes documentos seja em qualquer autarquia um indicador significativo do seu funcionamento, operacionalidade e competência, mesmo antes de qualquer apreciação ao seu conteúdo. A pontualidade neste caso não é um «fait-divers» ou uma anedota a gozar com os ingleses, mas um acto de gestão em si mesma da qual depende tudo o resto.

Respeitados os prazos resta analisar os conteúdos, de que depende «tudo o resto». Ao aprovar um Orçamento e Plano de Actividades qualquer autarquia exhibe, sem grande margem para subterfúgios, aquilo que é e que pretende no quadro duma actividade ao serviço das populações. A mentira, neste caso, não resiste a uma simples leitura com conhecimento de causa, coisa muito simples para qualquer município que olhe com olhos de ver o que se passa na sua terra nesta matéria.

Se, por exemplo, a autarquia resolve prolongar no Orçamento e Plano de Actividades as promessas irrealistas ou puramente demagógicas atiradas ao vento nas viagens eleitorais, bastará uma elementar operação aritmética com os dados orçamentais para se perceber a fraude. Se, por outro lado, as mesmas promessas transitam de mandato para mandato, a vigarice só não é óbvia para quem a não quiser ver.

O mesmo se verifica, naturalmente, em relação às gestões honestas que, com competência, utilizam a «prata da casa» na definição do Orçamento e Plano de Actividades.

Mas se a mentira ou a demagogia não colhem a médio prazo e podem ser desmascaradas com uma simples leitura dos documentos em questão, também é verdade que se podem fazer outras apreciações ao Orçamento e Plano de Actividades, mesmo quando eles apresentam contas certas, dados realistas e objectivos exequíveis.

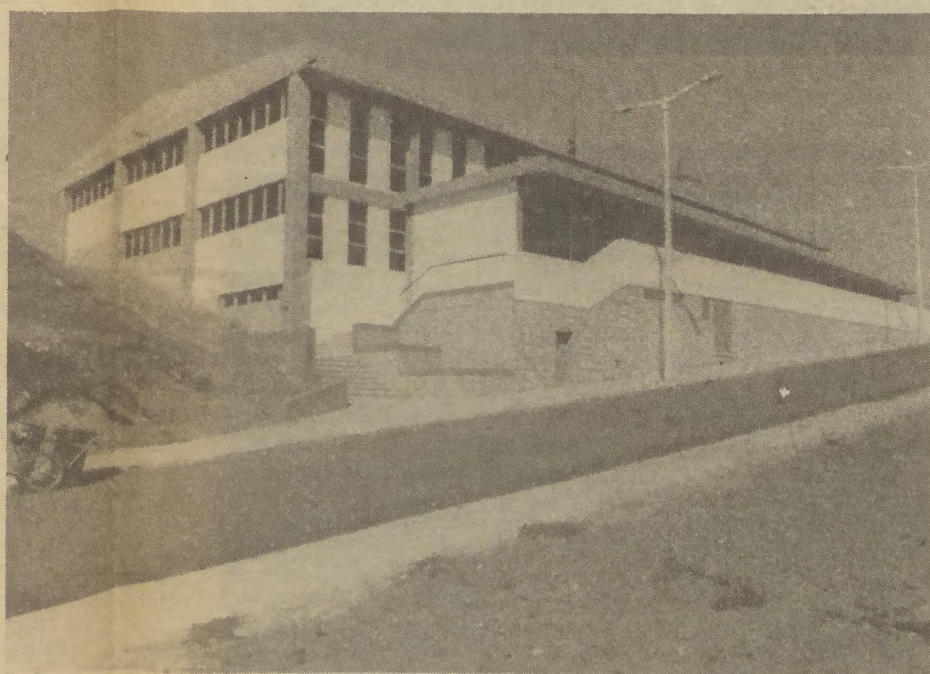
Apreciando, por exemplo, as opções tomadas, porque construir ou fazer seja o que for, no plano autárquico (e em todos os outros, de resto) não é um acto abstracto de valor padronizado. Uma coisa é erguer um coreto mesmo quando não se tem banda de música na terra, outra é só pensar nisso quando as necessidades básicas estiverem resolvidas através de obras tão prosaicas e discretas como as de instalação da rede de saneamento. Ou uma coisa é erguer edifícios de fachada com duvidosa utilidade pública, outra atacar frontalmente e na medida das possibilidades a questão da falta de habitação que aflige a maioria dos municípios. Este início de ano veio mais uma vez surpreender Orçamentos e Planos de Actividades autárquicos para todos os gostos e desgostos, na gama vasta dos aprovados e por aprovar.

Em relação aos primeiros, a CDU apresenta mais uma vez um recorde incomparável de eficácia e competência no panorama autárquico nacional, à vista de quem quiser verificá-lo.

A aprovação do Orçamento e Plano de Actividades da Câmara Municipal de Loures, que pormenorizamos nestas páginas, é apenas um dos muitos exemplos possíveis que podíamos convocar para a demonstração.



Só para a despoluição do rio Trancão, o município de Loures destinou 700 000 contos do Orçamento deste ano; o Orçamento do Estado prometeu, para o mesmo efeito, 90 000 contos...



No Orçamento e Plano de Actividades aprovados no final do ano passado pela **Câmara Municipal de Loures** especifica-se que o primeiro prevê uma receita total de nove milhões, 767 mil e 670 contos referentes à Câmara, e dois milhões, 778 mil e 466 contos aos Serviços Municipalizados, sublinhando-se que os documentos agora aprovados «reflectem o profundo empenhamento do município em resolver os problemas do concelho e em dotá-lo de melhores condições de vida para a sua população». Apresentamos de seguida o resumo enviado à imprensa por esta importante autarquia da zona da Grande Lisboa sobre as principais linhas de força da sua actuação no ano que agora começa.

«Tendo em conta que a responsabilidade da habitação social é da Administração Central, que pouco ou nada tem feito nesta área, no Orçamento e Plano de Actividades prevê-se a construção de mais habitação social, um maior apoio ao programa de construção de habitação social pelos módulos de autoconstrução e autoacabamento. Deste modo estão inscritos no Orçamento cerca de 300 000 contos para a construção de habitação social, ao que se devem associar os também cerca de 300 000 contos já despen-

didos na aquisição de terrenos e na sua devida infra-estruturação e ainda a comparticipação dos interessados, que com materiais cedidos pelo município, vão autoconstruindo e autoacabando as habitações, o que em termos reais corresponde a um investimento de cerca de um milhão de contos. Acresça-se que uma vez concluída, a habitação torna-se propriedade do seu habitante.

«No que toca aos bairros clandestinos ser-lhes-á dado todo o apoio necessário, destinando-se para o efeito verbas que rondam os



Câmara Municipal de Loures: Reflectir no Orçamento e Plano de Actividades «o profundo empenhamento do município em resolver os problemas do Concelho e em dotá-lo de melhores condições de vida para a sua população»

600 000 contos em infra-estruturas, equipamentos e cedências de máquinas e materiais.

«No que respeita a obras municipais, está previsto cerca de um milhão e meio de contos para a execução de grandes equipamentos, havendo a destacar os seguintes: instalações desportivas e recreativas — cerca de 630 mil contos; escolas e creches — cerca de 380 mil contos; lares de terceira idade — cerca de 60 mil contos; viadutos, arruamentos, sinalização e trânsito — cerca de 150 mil contos (ainda que também nesta última área a maioria dos problemas seja da responsabilidade da Administração Central e em especial da JAE).

«O município de Loures continuará as obras de despoluição da bacia hidrográfica do rio Trancão, para as quais estão destinados 700 000 con-

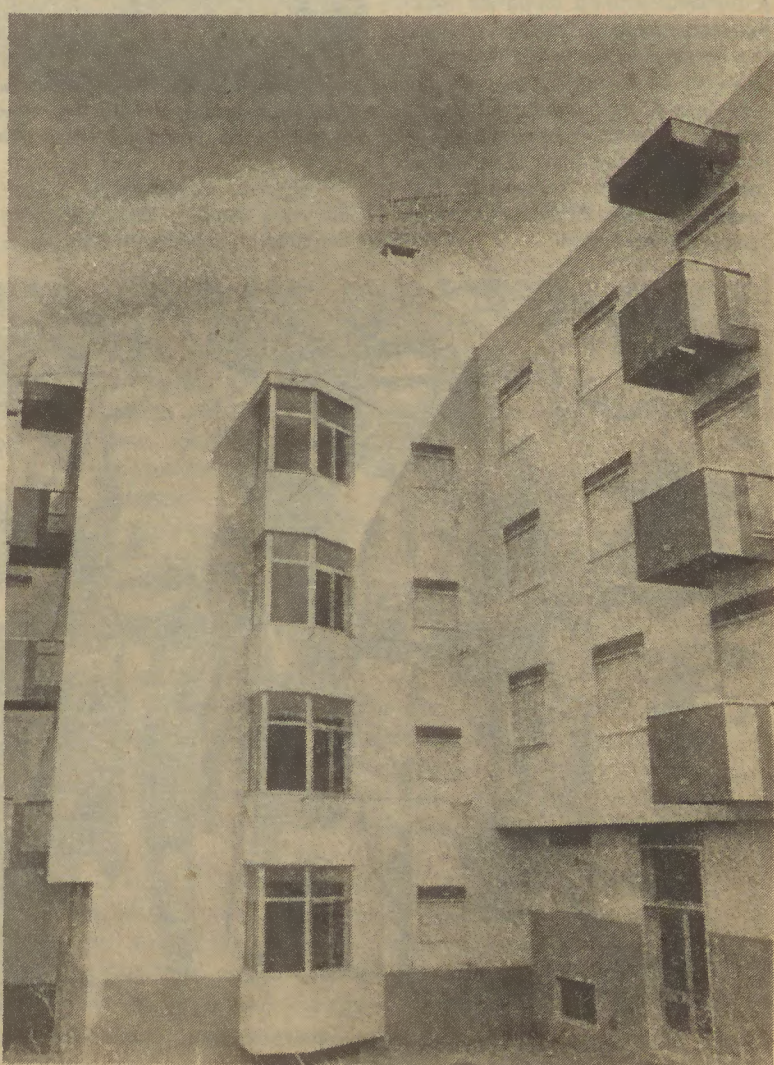
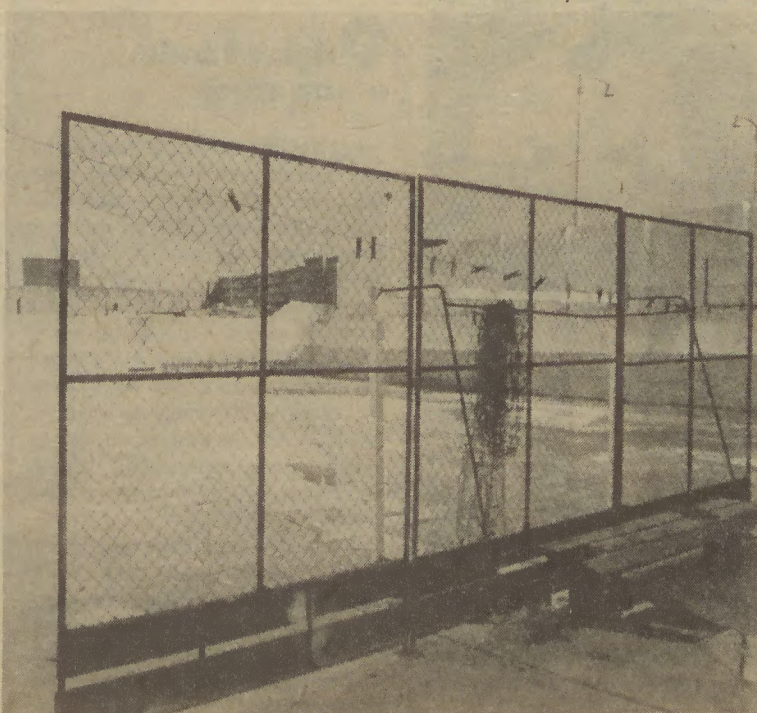
tos em 1989, verba incomparavelmente superior à prometida pelo Orçamento do Estado para o efeito, 90 mil contos.



Em cima: Mais uma vez a Câmara atribui subsídios às diversas colectividades e associações do Concelho

À direita: Habitação: um maior apoio ao programa de construção de habitação social pelos módulos de auto-construção e auto-acabamento

Em baixo: Para as 19 Juntas de Freguesia do Concelho de Loures serão este ano canalizados 351 000 contos; descentralizar é isto (na foto, pavilhão de Moscavide, em Loures)



CUBA

30 anos depois

A partir de 1959, iniciou-se a etapa democrático-popular, agrária e anti-imperialista da Revolução. As medidas que a caracterizavam respondiam aos interesses comuns de todas as classes e sectores populares que constituíam a sua base social, definidas com critério marxista por Fidel Castro em "A História me absolverá", os seiscentos mil cubanos sem trabalho, os quinhentos mil operários agrícolas, os quatrocentos mil operários industriais e não qualificados, os cem mil pequenos agricultores que não eram donos da terra que trabalhavam, os trinta mil mestres e professores, os vinte mil pequenos comerciantes, os dez mil jovens trabalhadores. Esse é o povo, que sofre todas as desgraças e que portanto é capaz de lutar com toda a coragem!", diz-se no programa do Partido Comunista de Cuba. Neste 1.º de Janeiro de 89, 30 anos depois de uma revolução «impossível» — demonstração clara de que a vida é bem mais rica, ultrapassa e se impõe à teoria —, a questão do poder coloca-se num degrau qualitativamente diferente.

Trata-se de aperfeiçoar os seus mecanismos democráticos, não de uma qualquer democracia em abstracto, mas muito concretamente da democracia socialista.

«A participação dos trabalhadores e do povo em geral em todos os aspectos da vida política, económica, social e militar da nação, é a pedra angular da democracia socialista — diz-se na introdução ao plano de desenvolvimento económico e social para o quinquénio (1986-1990) — para exercer na sua plenitude esse poder fundamental é necessário aperfeiçoar os mecanismos existentes e criar outros novos que dêem resposta, em cada etapa, às exigências de amadurecimento da consciência dos trabalhadores e à elevação dos níveis de conhecimento políticos e socioeconómicos. Este é o caminho para uma autogestão popular cada vez mais responsável e criativa, de que resultará uma formação mais profunda e válida da personalidade dos indivíduos. A crítica e a autocritica comunistas deverão assumir um maior sentido como essência moral de uma sociedade de homens e mulheres livres.»

Entre a tomada de poder e o aperfeiçoamento dos mecanismos da democracia socialista, entre a situação de semicolónia dos tempos do ditador Batista e a realidade socioeconómica da Cuba de hoje, exemplo ímpar de desenvolvimento na América Latina e com experiências no plano social, de particular significado para qualquer país do mundo — medeiam três décadas de ricas e diversificadas experiências de construção do socialismo. Com avanços importantíssimos, de par de falhas e dificuldades.

Manifestação de massas em Havana, testemunho de apoio popular à política seguida pelo governo de Fidel. Uma realidade recentemente referida também pela Associação Internacional contra a Tortura

E algumas características a assinalar, que desde o início são parte integrante e condicionam a evolução

da revolução cubana. A «fatalidade» geográfica. A profunda solidariedade. Ainda hoje Cuba é vítima de um

bloqueio económico por parte do imperialismo norte-americano. Não têm conta as tentativas da sua liquidação enquanto revolução, exigindo à jovem república socialista um contínuo esforço de defesa.

Originalidade e não cópia

Paralelamente Cuba destaca-se pela sua actividade — pode-se mesmo dizer, o seu espírito — internacionalista. Bastar-nos-á aqui referir a ajuda internacionalista a Angola — na defesa como na construção, e que naturalmente assumirá agora um outro carácter, dadas as novas condições criadas com os tratados há dias assinados em Nova York. Ou ainda a presença de médicos cubanos em lugares tão distantes como o Laos, Kampuchea, Vietname, vários países africanos, e mesmo no Pacífico.

Cuba vive hoje uma fase importante do seu desenvolvimento. No III Congresso do Partido Comunista de Cuba — com realismo e coragem — avançou-se para uma profunda análise das dificuldades, erros e tendências negativas e iniciou-se um

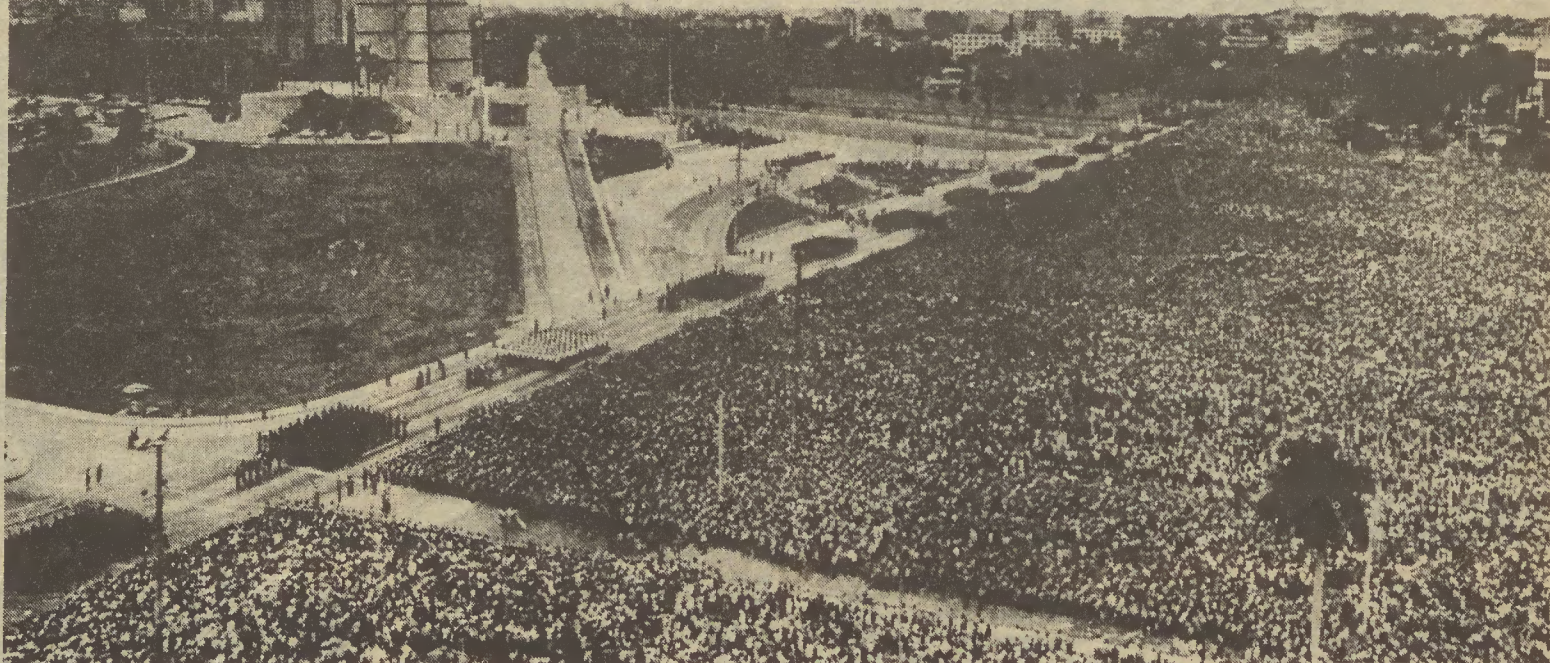
processo de rectificação. Processo que tem naturalmente facetas idênticas a outros processos de transformação em curso em diferentes países socialistas. Mas também as suas características profundamente originais, pois é da realidade cubana que se parte.

Isso mesmo foi recentemente salientado por Fidel Castro, no discurso pronunciado no aniversário de Moncada.

Fidel sublinhou que a revolução cubana se caracteriza precisamente por não copiar, mas antes por ser criadora. E acrescentou que se os protagonistas da revolução cubana se tivessem deixado levar por esquemas, nem sequer teria havido uma revolução socialista no Hemisfério. Porque a teoria, os manuais e os livros de então diziam que tal não seria possível.

Uma realidade que nada tem a ver com renúncia aos princípios ideológicos. Muito pelo contrário. Como salientou ainda Fidel no discurso do aniversário de Moncada, Cuba «realizou uma extraordinária proeza histórica ao construir o socialismo aqui nas condições geográficas em que o construiu, e por isso devemos velar pela pureza da Revolução, pela solidez ideológica da Revolução». ■

«Somos criadores»,
diz
Fidel Castro



Fidel, Raul, Ramiro e Ciro Redondo na Sierra Maestra, alguns meses depois do desembarque. Um momento decisivo no desencadear da Revolução cubana

A dimensão humana do desenvolvimento

A fábrica de construções mecânicas, Ignacio Agramonte, foi há dias inaugurada em Cuba. A mais moderna e mais bem equipada do país, com um quadro de trabalhadores composto de 450 técnicos superiores, 760 técnicos médios, milhares de operários qualificados. Uma contribuição importante para o processo de industrialização do país, num ramo decisivo – a indústria mecânica – praticamente criado pela Revolução. Mas não é esse o facto mais importante a assinalar aqui.

A fábrica Ignacio Agramonte foi concebida como um empreendimento integral. Em paralelo boas condições materiais de trabalho e de investigação, nomeadamente no domínio da electrónica, a fábrica insere-se num microdistrito, com casas para os seus trabalhadores e toda a infra-estrutura necessária: escolas, jardins de infância, comércio, áreas destinadas a tempos livres. Uma parte da zona reservada a escritórios foi transformada em centro de ensino universitário, onde estão desde já a formar-se 186 jovens engenheiros e mecânicos. Ressalta assim a preocupação com as condições de vida dos trabalhadores – a dimensão humana assumida a no desenvolvimento económico.

«É desta maneira que devemos trabalhar no socialismo – destacou Fidel Castro na inauguração do empreendimento. – Trabalhamos aqui de forma diametralmente oposta à do capitalismo».

Um exemplo, apenas, inserido numa prática que é política de Estado, lógica inerente à própria filosofia do socialismo. Em confronto com o pesadíssimo preço social que os trabalhadores (e povos do terceiro mundo) pagam pelo crescimento económico do capitalismo.

Ensino e saúde experiências particulares

«O modo de vida socialista por que trabalhamos opõe-se diametralmente aos valores desumanizados e degradantes do modo de vida da sociedade capitalista», diz-se na introdução ao plano quinquenal em curso. Em todos os países em que se avançou pela via da

construção do socialismo, há múltiplos exemplos – criadores – de diferentes formas de dar resposta aos mais prementes problemas sociais.

Cuba surge – e não só no contexto próprio da América Latina – com experiências particularmente significativas em domínios fundamentais, como o do ensino e da saúde.

Em 1958, o número de pessoas matriculadas em escolas de qualquer tipo era de umas 800 mil pessoas, cerca de 12% da população. O analfabetismo atingia 1 milhão de pessoas e o semianalfabetismo camadas ainda mais vastas. Em 1985 quase um terço da população, 3 milhões de pessoas, estava matriculada em qualquer nível ou tipo de ensino. O analfabetismo foi erradicado com a histórica Campanha Nacional de Alfabetização, para que foi mobilizada a juventude cubana. Campanha heróica, que teve mesmo as suas vítimas, alfabetizadores assassinados por elementos contra-revolucionários.

A experiência cubana no campo do ensino vale também pelos métodos pedagógicos promovidos: as escolas básicas no campo, em que se tenta na prática a harmonia entre o estudo e o trabalho. A primeira escola deste tipo foi inaugurada em Janeiro de 1971, nos arredores de Havana. Hoje são cerca de 600. E os seus princípios são progressivamente aplicados a diferentes níveis e tipos de ensino, do primário ao superior, pela combinação da actividade docente com tarefas produtivas adequadas.

No domínio da saúde pública, a Revolução partiu de um saldo de 3000 médicos para todo o país (outros 3000 fugiram quando da queda da ditadura). Hoje formam-se anualmente mais médicos que os que fi-

caram no país depois do triunfo da Revolução.

Mas não se trata aqui só de números. «O ser humano não pode ser tratado como uma simples questão estatística. As estatísticas ajudam-nos a medir, mais ou menos, o resultado dos esforços que se vêm fazendo», nas palavras de Fidel, no encerramento do II Seminário Internacional de Assistência Primária da Saúde.

É muito amplo o leque de realizações de Cuba neste domínio. Nos últimos anos foram tomadas 60 medidas para o desenvolvimento da saúde, e entre elas a institucionalização do médico de família, programas médicos, de ensaio imunológico e do diagnóstico por ecografia. Cuba distingue-se ainda pelos avanços no domínio das novas tecnologias aplicadas à medicina.

Mas é talvez em relação às crianças e aos «Avós» que mais se afirma o conteúdo humanista da política de saúde da Revolução.

Os «Círculos dos Avós», que actualmente já abarcam mais de 120 000 idosos, visam acrescentar «vida aos anos» e prolongar a esperança de vida. Em relação às crianças, desenvolve-se uma autêntica batalha contra a mortalidade infantil, que tem vindo a registar sistemáticos resultados positivos. E não é só de um problema quantitativo que se trata – maior esperança de vida, menor percentagem de mortalidade infantil – como também foi assinalado por Fidel, no Seminário já referido. A batalha para reduzir a mortalidade eleva a qualidade de todos os serviços médicos.

Fundas preocupações sociais que têm os seus reflexos em toda a política socioeconómica.

Segundo o relatório económico elaborado pelo Banco Nacional de Cuba, o nível de vida da população não se alterou em 1987, e manteve-se entre os primeiros lugares na América Latina, apesar da queda da produção comercial. O que quer dizer que o peso dos problemas económicos não é simplesmente lançado sobre os ombros dos trabalhadores. Uma outra política bem diversa da que é realidade quotidiana no capitalismo. ■

Mensagem ao PC de Cuba

Por ocasião do 30.º aniversário da Revolução cubana, o CC do PCP enviou ao CC do Partido Comunista de Cuba, a mensagem que transcrevemos quase na íntegra.

Queridos camaradas

O Comité Central do Partido Comunista Português, em nome dos comunistas portugueses e, certo de interpretar os sentimentos da classe operária e dos trabalhadores de Portugal, sauda calorosa e fraternalmente o Comité Central do Partido Comunista de Cuba, os comunistas e o povo cubano por ocasião do 30.º Aniversário da Revolução Cubana.

O Partido Comunista Português que acompanhou, desde sempre, com vivo interesse e entusiasmo revolucionário cada etapa da Revolução Cubana, sauda as extraordinárias realizações e êxitos alcançados pelo heróico povo cubano na edificação duma sociedade livre da exploração do homem pelo homem, de justiça e progresso sociais, na criação dum Estado soberano e independente que desempenha destacado papel na arena internacional.

Intérprete dos anseios de liberdade, das aspirações de independência nacional e emancipação social do seu povo, consentindo os maiores sacrifícios na defesa da sua pátria socialista face ao bloqueio económico e às constantes provocações e ameaças do imperialismo norte-americano, a revolução cubana demonstrou, ao longo destes 30 anos, que, no nosso tempo, um povo unido e firmemente decidido a construir o seu próprio destino é invencível.

As realizações económicas, sociais e culturais da Revolução Cubana, constituem um flagrante exemplo da superioridade do socialismo. Desejamo-vos os maiores sucessos nas tarefas em que vos encontrais empenhados, em particular no processo de rectificação actualmente em curso. O aprofundamento do desenvolvimento socioeconómico através da participação cada vez mais criativa e activa das massas, contribuirá para o reforço e aperfeiçoamento do socialismo em Cuba e a projecção dos ideais do socialismo no mundo.

Nestes 30 anos, de profundas transformações, o processo revolucionário mundial contou com o valioso contributo da Revolução Cubana, quer pelo alargamento e reforço do campo socialista quer pela influência do seu exemplo na luta emancipadora dos trabalhadores e dos povos da América Latina e de todo o mundo.

Na actual situação internacional, em que, com a contribuição decisiva dos países socialistas, e em particular da inovadora e activa política de paz da URSS, inseparável da «perestroika», se verificam mudanças positivas no sentido do desarmamento, do desanuviamento e da solução política de perigosos conflitos regionais, está bem presente a acção de Cuba. A recente assinatura do Acordo sobre o Sudoeste de África, que abre finalmente caminho à paz em Angola e à independência da Namíbia, é inseparável do elevado espírito internacionalista do povo cubano e da consequente política de paz de Cuba revolucionária. A luta por uma nova ordem económica internacional, orientada para a liquidação da exploração neocolonialista e em particular o flagelo da dívida externa, tem em Cuba um interveniente activo e particularmente prestigiado no Movimento dos Não-Alinhados e na comunidade internacional.

O Partido Comunista Português, valorizando altamente os resultados alcançados e as perspectivas abertas no plano do desarmamento e da solução política dos conflitos regionais sublinha simultaneamente a necessidade de prosseguir a luta para isolar e paralisar os sectores mais agressivos do imperialismo, afastar a ameaça nuclear, pôr fim à política agressiva e de ingerências do imperialismo nos assuntos internos dos povos.

O PCP prosseguirá a sua acção solidária para com o povo da Nicarágua e os povos da América Central, para com os povos de Angola, Moçambique, Namíbia e África do Sul para com todos os povos que lutam pela liberdade, a independência nacional, o progresso social, o socialismo e a paz.

O PCP considerando indispensável o reforço da aliança de todas as forças do progresso social e da paz, continuará a agir no sentido do estreitamento dos laços de amizade, cooperação e solidariedade entre os partidos comunistas e operários e pelo fortalecimento da unidade do movimento comunista internacional. ■



Centro de imunologia. Cuba destaca-se pelas suas notáveis realizações no sector da saúde, nomeadamente na investigação

Pontos Cardeais



Bela ajuda!

Os governos da Grã-Bretanha e dos EUA ordenaram aos seus representantes nos países em vias de desenvolvimento que «detectem as instalações que possam ser desnacionalizadas e informem disso as autoridades locais», noticiou o jornal «Guardian», que informa que esta iniciativa se insere num programa confidencial de «ajuda» àqueles países na reprivatização do sector público da economia, sendo considerados «os ramos mais prováveis para serem transferidos para a iniciativa privada» as redes ferroviárias, as telecomunicações e os transportes aéreos. Após a apresentação das conclusões às autoridades locais, os departamentos da Grã-Bretanha e dos EUA poderiam prestar aos parceiros «ajuda financeira, técnica e profissional» na desnacionalização, no âmbito de outros «programas bilaterais existentes».

Talvez chocado com a grosseria da ingerência, o Partido Trabalhista da Grã-Bretanha já reagiu pela voz de George Foux, responsável pelos assuntos externos do partido, considerando este programa «uma nova forma de imperialismo». Será que este programa de «ajuda» já anda na base das desnacionalizações que o Governo de Cavaco Silva tão afincadamente prossegue no nosso país? A hipótese tem lógica: a Grã-Bretanha e os EUA sempre nos olharam como país em via de desenvolvimento e o nosso Primeiro-Ministro não é propriamente um George Foux...

Menos?!

Segundo o ministro da Justiça Fernando Nogueira, houve «menos crimes violentos em Portugal no ano de 1988». Em contrapartida aumentaram em flecha os «crimes pacíficos»: aumento generalizado de preços, degradação dos salários e do poder de compra, alastramento da miséria e da corrupção, esbulho do património colectivo, concentração escandalosa de riqueza, etc, etc, etc...

Mais?!

Gabam-se alguns jornais de um espectacular «record» verificado na Bolsa. Vai-se a ver e o «record» apresenta-se em volume de títulos negociados e nada que se pareça no que respeita ao valor dos mesmos. Continuando a seguir as opiniões dos jornais da direita, afinal o que se constata é uma grande queixa — a «grande falta de transparência» dos negócios, revelada nas transacções recentes. Diz o «Dia» que, apesar de terem sido «batidos todos os recordes e proporcionados óptimos negócios a algumas empresas», «tais negócios não surgem aos olhos do público com toda a clareza e revelam que se realizam bons negócios nos bastidores e que as razões que lhes estão subjacentes encerram segredos que não estão de acordo com a transparência desejada pelo poder político»... Alguém esperava, decerto, melhores negócios, enconstados a este poder político. Andam-se a queixar muito. Queriam ainda mais?

A «consternação»

O facto público de o Governo ter proposto um antigo legionário — graduado, ainda por cima — para ser condecorado pelo Presidente da República, anda a provocar, segundo se diz, «consternação». Lamenta-se, diz-se, o facto de o Governo ter escondido o passado do homenzinho no currículo enviado a Belém. A «consternação» é possível. A surpresa não o será.

Gazetilha

por Ignotus Sum

O caso da Central

Construção da Central nuclear prevista em plano para a CEE

(dos jornais)

Veio a público que se estava a projectar entre nós uma Central nuclear.

Na verdade, perante tal intuito, o contentamento do povo não foi muito...

O Valente — aí, valente! — logo reagiu: enfático, solene — desmentiu...

Ante as provas, com frágeis cantilenas, diz que a Central estava num rol, apenas...

Claro, claro! Estava no rol, com o ar de laço colorido — pra enfeitar...

Nada é por acaso...

Desapareceram as contribuições da Previdência relativas a quatro anos

(dos jornais)

Fortes contribuições levaram geral sumiço e a gente mata o toutiço a pensar como foi isso na bagunça ou no derriço de tantas situações. Eu já não embarco nisso de enganos e de ilusões. Engordar podre chouriço não é acaso — é o castiço em sistema de mandões...

Atenção ao mildio!

Na Câmara Municipal de Palmela as decisões são tomadas por unanimidade em 95 por cento dos casos

(dos jornais)

Pensar a vida não é torná-la complicada. Ao contrário, é procurar descobri-la.

É loucura levar os dias contraditórios apenas pelo carreiro que nós abrimos

Só os danados exploram a filosofia de tirar mais proveito da vida mais pobre.

O tempo não é senão a forma de conjugar os tempos que são de um tempo e de um tempo que é o nosso.

Depois disto, quem não entender a lição de Palmela é porque não sabe que o mildio pode atacar o futuro.

É preciso

Antes de tomar decisões importantes, a Câmara Municipal de Évora consulta a população

(dos jornais)

É preciso que as pessoas pensem.
É preciso que as pessoas digam.
É preciso que saibam o que se passa.
É preciso que andem pelos seus pés.

É preciso manter a água transparente.
É preciso que o povo nela se reveja.
É preciso não pintar as unhas
É preciso abrir, colectivas, as janelas.

É preciso organizar a esperança.
É preciso estar na frente do combate.
É preciso que as mãos saibam a terra.
É preciso merecê-la, para sempre.

É preciso aprender com o mar profundo
É preciso receber os sinais das estrelas

É preciso, é preciso, é preciso.
É preciso saber que é preciso.



Agenda

Avante!

Ano 58 — Série VII
N.º 784

5 de Janeiro de 1989

4.º Caderno

Não pode ser vendido
separadamente



Sexta 6

• **ÉVORA**
Sessões públicas para divulgação e discussão das conclusões aprovadas pelo XII Congresso do PCP: em Arralolos, às 20.00, no Cine-Teatro; em Estremoz, às 20.00, no Centro de Trabalho de Estremoz; em Reguengo, às 20.30, no Centro de Trabalho local; em Lavre, às 20.30, no salão da Junta de Freguesia; em Maia, às 20.30, no Centro Social.

Sábado 7

• **ALCÁÇER DO SAL**
1.ª Assembleia de Célula dos trabalhadores comunistas das autarquias de Alcáçer do Sal: a partir das 15.00 nos «Sa-lemas».

• **BEJA**
Plenário de militantes para debate das conclusões do XII Congresso e da actividade autárquica: no Centro de Trabalho da Rua Ancha a partir das 14.30.

• **VIALONGA**
Encontro-convívio

(com jantar) da CDU da freguesia de Vialonga para discussão do trabalho realizado e da actividade em curso e futura. No restaurante «Refúgio do Mocho» em Vialonga.

• **CACÉM**
Encontro de Quadros do PCP para a frente de trabalho das autarquias, para discussão e aprovação do calendário de iniciativas para 1989. Na sala da Junta de Freguesia de Aqualva-Cacém, das 10.00 às 18.00, com a participação do camarada José Casanova, membro da Comissão Política.

• **ÉVORA**
Sessões para divulgação das conclusões do XII Congresso: em Montemor-o-Novo, às 21.00, no salão da Biblioteca Municipal; no Escoural, às 20.30, na Casa do Povo; em Cabreia, às 20.30, no salão da Junta de Freguesia; em Foros de Vale Figueira, às 20.30, na sede da UCP Cravo Vermelho; em Silveiras, na sede da UCP de Safira; em Vendas Novas, às 20.00, no Centro de Trabalho do Partido; em S. Cristóvão, às 20.30,

na sala da UCP «Resistência Popular».

Domingo 8

• **S. DOMINGOS DE RANA**
Almoço-convívio organizado pela Comissão de Freguesia de S. Domingos de Rana. A partir das 13.00, na Sociedade da Abóboda, com a participação do camarada José Casanova.

• **ÉVORA**
Sessões para divulgação das conclusões do XII Congresso: em Portel, às 16.00, no Centro de Trabalho local; em Monte do Trigo, às 20.00; em Bencatel, às 20.00, no Centro de Trabalho do Partido; em Vila Viçosa, às 20.00, no Centro de Trabalho.

Terça 10

• **ÉVORA**
Sessões para divulgação das conclusões do XII Congresso: em Santana do Campo, às 20.00, no Sociedade; em Aldeia da Serra, às 20.00, no Sociedade.



Encontro do Partido com trabalhadores emigrados e sazonais

Realiza-se no próximo dia 14 de Janeiro, às 10.00, no Centro de Trabalho Vitória, Avenida da Liberdade, em Lisboa, um Encontro do PCP com trabalhadores temporários e sazonais no estrangeiro.

Este encontro visa conhecer melhor as condições em que são contratados e a situação em que se encontram nos países para onde vão trabalhar.



SCHERBAK, Mikhail, URSS in Catálogo do Festival de Humor de Grabovo, Bulgária 1973

TV O Programa

Quinta**RTP1**

10.00 — Às Dez
12.15 — Telenovela — «Brega e Chique» (29.º epis.)
13.00 — Jornal da Tarde
13.30 — Ilha da Fantasia
14.15 — Série — «A Princezinha» (1.º epis.)
15.05 — Atlantic Records
16.05 — Série — «Animais de África»
16.30 — Ponto por Ponto
17.30 — Brinca Brincando
18.20 — Como Criar Espaços Verdes (4.º progr.)
18.50 — Série — «Mãe e Filho»
19.30 — Telejornal
20.05 — Boletim Meteorológico
20.15 — Telenovela — «Passarelle» (68.º epis.)
20.50 — Mobil nos Caminhos de Portugal
21.15 — Série — «Harem» (2.º epis.)
22.10 — Clubíssimo (último progr.)
23.15 — 24 Horas
23.45 — Remate

RTP2

15.00 — Série — «Filhos e Filhas»
15.25 — A Casa de Irene
15.45 — Magazine de Cinema
16.30 — Série — «Quem Sai aos Seus...»
16.55 — Telenovela — «Helena» (132.º epis.)
17.30 — Trinta Minutos Com...
18.00 — Série — «A Malta de Bronx» (9.º epis.)
19.00 — Music Box
19.55 — No Limiar da Realidade
21.00 — Jornal das Nove
21.30 — Série — «Maude»
21.55 — Hora da Verdade
22.55 — Hitchcock Apresenta...

Sexta**RTP1**

10.00 — Às Dez
12.15 — Brega e Chique
13.00 — Jornal da Tarde
13.30 — Série — «Chateauvallon» (5.º epis.)
14.15 — Imagem e Imagens
15.05 — Musical
16.05 — Animais de África
16.30 — Ponto por Ponto
17.30 — Brinca Brincando
18.20 — Como Criar Espaços Verdes
18.50 — Mãe e Filho
19.30 — Telejornal

**«Wish Me Luck» Domingo, RTP-1**

20.05 — Boletim Meteorológico
20.30 — «Passarelle»
21.15 — Telemundo
21.45 — Teatro — «A Tia Engrácia»
23.45 — 24 Horas
00.15 — Remate
00.25 — Pela Noite Dentro — «A Long Way Home», real. Robert Markowitz (EUA/1981)

RTP2

11.55 — Ski — Torneio dos 4 Trampolins (transmissão directa da Áustria)
14.35 — A Mulher da Ermida
15.00 — Filhos e Filhas
15.25 — Agora Escolha
16.55 — Helena
17.30 — Giramundo
18.00 — Série — «Os Celtas»
19.00 — Music Box
19.55 — No Limiar da Realidade
21.00 — Jornal das Nove
21.30 — Maude
21.55 — Café Central (4.º progr.)

22.50 — Série — «Berlim, Praça Alexandre»
23.45 — Rotações

Sábado**RTP1**

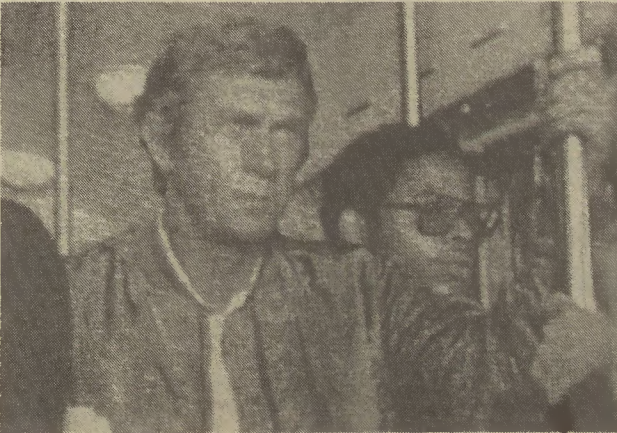
9.00 — Juventude e Família
11.55 — Bernstein em Salza (1.º progr.)
13.00 — Notícias
13.10 — Recordes Guinness
13.55 — Parlamento
14.05 — Sessão da Tarde — «O Regresso de Sherlock Holmes»
15.45 — Vivamúsica
16.35 — Série — «Crime, Disse Ela» (1.º epis.)
17.35 — O Romance da Raposa
17.50 — O Nosso Século (8.ª sessão)
19.10 — Sete Folhas
19.45 — Totoloto
20.00 — Jornal de Sábado
21.15 — Boletim Meteorológico
21.35 — Roberto Carlos
22.45 — Série — «A Ilha» (1.º epis.)
23.50 — Cinema da Mela-Noite — «Blade Runner»

RTP2

1988 — O ano em revista (emissão especial)

Domingo**RTP1**

9.00 — Juventude e Família
11.15 — Missa
12.05 — 70x7
12.30 — TV Rural
13.00 — Notícias
13.10 — Os Amigos de Gaspar
13.40 — Estude-o (6.º progr.)
15.05 — Primeira Matinée — «O Submarino Amarelo», real. George Duning, música de Lennon e McCartney (Inglaterra/1968)
16.40 — Clube Amigos Disney
19.00 — Série — «O Justiciero»
20.00 — Jornal de Domingo
20.30 — Boletim Meteorológico
20.40 — Série — «Alf, Uma Coisa do Outro Mundo»

**Blade Runner — Sábado, RTP-1****Papillon — Quarta, RTP-1****O Submarino Amarelo — Domingo, RTP-1****Sky: saltos de trampolim — Sexta, RTP-1****Segunda****RTP1**

10.00 — Às Dez
12.15 — Brega e Chique
13.00 — Jornal da Tarde
13.30 — O Império de Carson
14.15 — Um Amigo Especial
15.05 — Musical
16.05 — Animais de África
16.30 — Ponto por Ponto

21.55 — Conta Corrente
22.25 — Ópera — «Maria Stuarda», de Donizetti. Coro de Ópera e Orquestra Filarmónica de Nice sob a direcção de Berislav Klobucar, cantores solistas Katia Ricciarelli, Glenys Linos, outros.

Terça**RTP1**

10.00 — Às Dez
12.15 — Brega e Chique
13.00 — Jornal da Tarde
13.30 — Dallas
14.15 — Os Supergatos
15.05 — Musical
16.05 — Animais de África
16.30 — Ponto por Ponto
17.30 — Brinca Brincando
18.30 — O Romance da Raposa (repetição dos 1.º, 2.º e 3.º epis.)
19.00 — Mãe e Filho
19.30 — Telejornal
20.05 — Boletim Meteorológico
20.20 — Passarelle
21.05 — Modelo e Detective
22.00 — Primeira Página
23.05 — Tribunal de Polícia
23.35 — 24 Horas
00.05 — Remate

RTP2

15.00 — Filhos e Filhas
15.25 — Elogio da Leitura
15.50 — Primeiro Andamento
16.35 — Lá em Casa Tudo Bem
17.05 — Helena
17.40 — Trinta Minutos Com...
18.05 — Music Box — «Via Rápida»
19.00 — Music Box
19.55 — No Limiar da Realidade
21.00 — Jornal das Nove
21.30 — Maude

21.55 — Cinemadois — «O Manuscrito Encontrado em Saragoça», real. Wojciech Has (Polónia/1965)

Quarta**RTP1**

10.00 — Às Dez
12.15 — Brega e Chique
13.00 — Jornal da Tarde
13.30 — Fama
14.15 — A Viagem do Mimi
15.05 — Sting
16.00 — Animais de África
16.30 — Ponto por Ponto
17.30 — Brinca Brincando
18.30 — O Romance da Raposa (4.º, 5.º e 6.º epis.)
19.00 — Mãe e Filho
19.30 — Telejornal
20.05 — Boletim Meteorológico
20.15 — Vamos Jogar no Totobola
20.30 — Passarelle
21.20 — Lotação Esgotada — «Papillon», real. Franklin J. Schaffner, argum. Dalton Trumbo e Lorenzo Semple, interpr. Steve McQueen e Dustin Hoffman (EUA/1973, 2h 24m)
00.20 — 24 Horas
00.50 — Remate

RTP2

15.00 — Filhos e Filhas
15.25 — Agora, Escolha!
16.55 — Helena
17.30 — Trinta Minutos Com...
18.00 — A Rota da Seda
19.00 — Music Box
19.55 — No Limiar da Realidade
21.00 — Jornal das Nove
21.30 — Maude
21.55 — Série — «O Primo Basílio»
22.45 — Magazine Música

**Em Busca do Arco Íris — Segunda, RTP-1****A Princesinha — Sábado, RTP-1****A Ilha — Sábado, RTP-1****Crime, Disse Ela — Sábado, RTP-1**

17.30 — Brinca Brincando
18.30 — Como Criar Espaços Verdes
19.00 — Mãe e Filho
19.30 — Telejornal
20.05 — Boletim Meteorológico
20.20 — Passarelle
21.05 — Série — «Em Busca do Arco Íris» (2.º epis.)
22.55 — 24 Horas
23.30 — Remate

RTP2

15.00 — Filhos e Filhas
15.25 — Agora, Escolha!
16.55 — Helena
18.00 — Telefilme — «Fawn Story»
19.00 — Music Box
19.55 — No Limiar da Realidade
21.00 — Jornal das Nove
21.30 — O 7.º Direito

Cinema

A selecção

		António Durão	David Lopes	M.M. Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
A	Assalto ao Arranha-Céus	—	—	★★★	—	★★★
B	A Lei do Desejo	—	★★★	★★★	—	★★
C	A Mulher do Próximo	—	★★★	★★★	—	★★★
D	Quem Tramou Roger Rabbit?	—	★★★★	★★★★★	—	★★★★★
E	Tucker	—	—	★★★★	—	★★★★

Classificação de ★ a ★★★★★

- A — Real. John McTiernan — **Amoreiras/7** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 00.15): **Condes** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30); **Hollywood/2** (14.00, 16.30, 18.45, 21.30, 23.45): **Las Vegas** (15.30, 18.30, 21.45) — Lisboa.
- B — Real. Pedro Almodóvar — **Quarteto/4** (15.00, 17.00, 19.00, 21.30) — Lisboa.
- C — Real. José Fonseca e Costa — **Hollywood** (14.30, 16.45, 19.00, 21.30, 24.00) — Lisboa.
- D — Real. Robert Zemeckis — **Alfa/3** (14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15): **Amoreiras/6** (13.45, 15.45, 17.45, 19.45, 21.45, 24.00): **Nimas** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30): **Sétima Arte** (15.00, 17.00, 19.00, 21.45, 23.45), **Terminal** (13.00, 15.00, 17.00, 19.00, 21.30, 23.45): **Tivoli** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) — Lisboa.
- E — Real. F. F. Coppola — **Alfa Clube** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00): **Amoreiras/4** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 00.15): **Apolo/70** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30): **Star** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30): **S. Jorge/3** (14.15, 16.45, 19.15, 21.45) — Lisboa.

Exposições

• LISBOA

Ana Galvão — Gravura. Clube Cinquenta, R. S. Mamede ao Caldas, 9-1.º. De 2.ª a sáb. das 17.00 às 20.00 (até 11/1).

Angela Vimonte — Pintura. Galeria da Cervejaria Trindade, R. Nova da Trindade. Todos os dias das 16.00 às 24.00 (até 8/1).

A Arte e o Sagrado — Escultura e ourivesaria sacras (sécs. XVI a XVII/Brasil). Fundação Gulbenkian (até 9/1).

Artur Bual — Pintura. Ícaro-Galeria de Arte, R. Presidente Arriaga, 70. De 2.ª a sáb. das 14.0 às 19.30 (até 15/1).

Bartolomeu dos Santos — Gravura. Gal. 111, Campo Grande, 113. De 2.ª a 6.ª das 10.00 às 13.00 e das 15.00 às 19.30, sáb. das 10.00 às 13.00 (até 14/1).

Catarina Castel-Branco — Pintura. R. 75, R. Castilho, 75 (até 6/1).

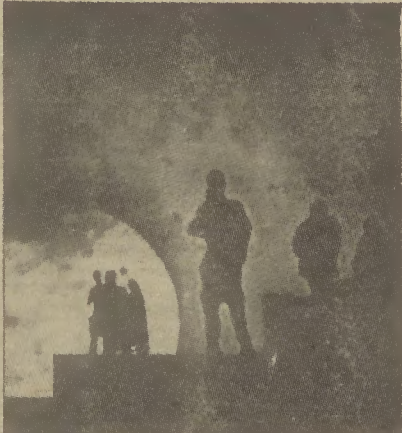
Colectiva — Tapeçaria. Gal. Tapeçarias de Portalegre, R. Academia das Ciências, 2-J. De 2.ª a 6.ª das 10.00 às 13.00 e das 15.00 às 19.30.

Colectiva — Pintura. de Alvaro Lapa, Ângelo de Sousa, António Sena, Joaquim Bravo, Jorge Martins. Gal. EMI-Valentim de Carvalho, R. da Cruz dos Poiais, 111. De 3.ª a sáb. das 15.00 às 19.00 (até 14/1).

«Companhia Rey Colaço/Robles Monteiro» — Museu Nacional do Teatro. Estrada do Lumiar, 10. De 3.ª a dom. das 10.00 às 13.00 e das 14.30 às 17.00.

Cristina Ataíde — «Objectos 88». Livraria Barata, Av. Roma, 11-A. De 2.ª a sáb. das 10.00 às 23.00 (até 10/1).

Desenho Canadiano Contemporâneo — Galerias das Expo-



Bartolomeu dos Santos



Sérgio Telles

sições Temporárias, Fundação Gulbenkian. De 3.ª a 6.ª das 10.00 às 17.00, sáb. e dom. das 14.00 às 17.00 (até 15/1).

Fernando Curado Matos — Fotografia. Gal. das Exposições Temporárias da Fundação Gulbenkian (até 8/1).

Figueiredo Sobral — Pintura e escultura. Casa da Imprensa, R. da Horta Seca. De 2.ª a 6.ª das 10.00 às 20.00 (até 10/1).

Francisco Gaia — Pintura. Gal. Página 75, Centro Com. da

Portela (até 10/1).

Imagens do Tempo — Escultura. Museu Nacional de Arte Antiga. R. Janelas Verdes (até Março).

João Paulo — Pintura. Galeria Santa Justa, R. Santa Justa, 93, 2.º. De 2.ª a sáb. das 15.00 às 20.00 (até 9/1).

John Thompson — Pintura. Ether/Vale Tudo..., R. Rodrigo da Fonseca, 25. De 3.ª a sáb. das 15.00 às 20.00 (até 7/1).

Jorge Albuquerque — Fotografia subaquática. Centro Port.



Justino Alves

Actividades Subaquáticas, R. Alto do Duque, 45. De 2.ª a 6.ª das 16.00 às 20.00 e das 21.30 às 24.00 (até Fev.).

Justino Alves — Pintura. Galeria S. Mamede, R. Escola Politécnica, 161. De 3.ª a sáb. das 10.30 às 13.00 e das 14.30 às 19.30, seg. só à tarde (até 20/1).

Laíça Semedo — Pintura. Gal. Miron, R. do Mirante, 14, r/c. De 2.ª a sáb. das 15.00 às 20.00 (até 9/1).

Maria Manuela Madureira — Escultura (em pedra e madeira). Jardins da Fundação Gulbenkian (até 8/1).

Mário Botas — Pintura. Biblioteca Nacional, Campo Grande, 83. De 2.ª a sáb. das 10.00 às 19.00 (até 13/2).

Pedro Proença — Desenho. Gal. Diferença, B. S. Filipe Nery, 42. De 2.ª a 6.ª das 15.00 às 20.00, sáb. e dom. das 16.00 às 19.00 (até 8/1).

René Lalique, Ourives e Joalheiro — joalharia, ourivesaria e objectos de vidro. Museu Calouste Gulbenkian.

De 3.ª a dom. das 10.00 às 17.00

Sarah Afonso — Azulejos. Ratton-Cerâmicas, R. Academia das Ciências, 2-C. De 2.ª a sáb. das 10.00 às 13.00 e das 15.00 às 19.30 (até 30/1).

Sérgio Telles (Brasil) — Pintura e litografia. Galeria das Exposições Temporárias da Fundação Gulbenkian. De 3.ª a 6.ª das 10.00 às 17.00, sáb. e dom. das 14.00 às 17.00 (até 15/1).

Viola da Silva — Tapeçaria. Museu Nacional do Traje, Parque do Monteiro-Mor (ao Lumiar). De 3.ª a dom. das 10.00 às 17.00 (até 28/2).

• PORTO

Ruth Rosengarten — Pintura. Módulo — Centro Difusor de Arte, Av. Boavista, 854. De 2.ª a sáb. das 16.00 às 20.00 (até 7/1).

• OUTRAS LOCALIDADES

José Joaquim Ramos — Pintura, desenho e escultura, 6.ª, sáb. e dom. das 14.30 às 19.30, até 8/1. Galeria de Colares, R. Fria, 2. COLARES.

Alzira de Jesus Cabrita — «O Presépio» e outras peças de artesanato em cortiça. Até 10/1. Junta de Freguesia S. BARTOLOMEU DE MESSINES.

Colectiva de Pintura — Gal. Neupargama, R. Miguel Bombarda, 15. De 2.ª a 6.ª das 14.00 às 20.00, sáb. das 10.00 às 13.00 e das 16.00 às 19.00 TORRES VEDRAS.

Teatro

O Cartaz

• LISBOA

Casa da Comédia, R. S. Francisco de Borja, 24 (às Janelas Verdes). De 3.ª a sáb., às 21.45, sab. e dom., às 18.00. **Pequeno Rebanho Não Desesperes**, de Christian Giudicelli, enc. António Feio.

Ritz Clube, R. Glória. De 3.ª a dom., às 21.30. **O Baile**, adapt. e encen. Helder Costa, pelo Grupo A Barraca.

Teatro Aberto, Praça Espanha. De 3.ª a sáb. às 21.30, sáb. e dom. também às 16.00. **Romeu e Julieta**, de Shakespeare, enc. João Lourenço, pelo Novo Grupo.

Teatro Ibérico, R. Xabregas, 54. De 3.ª a sáb. às 21.30, dom. às 17.00. **Orquídeas à**

Luz da Lua, de Carlos Fuentes, enc. José Blanco Gil.

Teatro Maria Matos, Av. Frei Miguel Contreiras, 52. De 3.ª a 6.ª às 21.30, sáb. às 20.30 e 23.00, dom. 16.00 e 21.30. **Enfim Sós**, de Carlos Cruz, José Duarte e Mário Zambujal, enc. Rui Mendes.

Teatro Variedades (Parque Mayer). De 3.ª a domingo às 20.30 e 22.45, dom. também às 16.00. **A Prova dos Novos!**, de H. Santana, F. Nicholson, A. Fraga, A. Nazareth Fernandes, enc. Maria Helena Matos e Marina Mota.

Teatro Vasco Santana, Av. República/Entrecampos. De 3.ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **Habeas Cor-**

pus, de Alan Bennett, enc. Luzia Maria Martins, pelo Teatro Estúdio de Lisboa.

Teatro Villaret, Av. Fontes Pereira de Melo. De 3.ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **O Leitinho do Nenê**, de Alfonso Paso, encen. Francisco Nicholson

• PORTO

Teatro do Campo Alegre. De 3.ª a dom. às 21.45, dom. também às 16.00. **Henrique IV**, de Luigi Pirandello, enc. Ulysses Cruz, pelo Seiva Trupe.

Teatro dos Modestos, R. Gonçalo Cristóvão, 190. De 5.ª a sáb. às 21.30, sáb. e dom. às 16.00. **Sonhos de Uma Noite de Verão**,

de William Shakespeare, encenação Isabel Alves, pelo Grupo Os Comediantes.

• AMADORA

Recreios da Amadora (ex-Cine Plaza), R. Santos Matos. De 3.ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **O Príncipe Perfeito**, de António Borges Coelho, enc. José Martins e José Peixoto, pelo Centro Dramático Intermunicipal Almeida Garrett (até 22/1).

• Para Crianças

TIL (R. Leão de Oliveira, 1 — ao Calvário). Sáb. e dom. às 16.00. **A Nuvem Que Não Quer Chover**, de Fernando Bento Gomes, enc. Kim Cachopo.

...e ainda

Música, debates, etc.

Mais teatro

Para esta semana estão previstas estreias de mais alguns espectáculos teatrais em salas da zona de Lisboa.

No palco do **Teatro do Bairro Alto** estreia-se na sexta-feira uma peça do poeta e dramaturgo espanhol Lope de Vega — **Vida e Morte de Bamba**. A encenação é de Luís Miguel Cintra e a interpretação do elenco da Cornucópia.

Para ontem, quarta-feira, estavam previstas duas outras estreias: no Teatro Nacional D. Maria II, **Fausto**, **Fernando**, **Fragmentos**, um espectáculo de Ricardo Reis, com texto de Teresa Sobral Cunha a partir de inéditos de Fernando Pessoa; no Cine-Teatro do Casino Estoril, Piaf, interpretada por Bibi Ferreira, a famosa actriz brasileira, que durante cinco anos apresentou este espectáculo no Brasil.

Música

Hoje e amanhã, às 21.30 e 18.30, respectivamente, no Grande Auditório da Gulbenkian, o pianista **Sequeira Costa** e a **Orquestra Gulbenkian** com o maestro **Peter Hirsch** apre-

sentam-se em dois concertos durante os quais interpretarão obras de Haydn (sinfonia n.º 46), Mozart (concerto n.º 9), Cesar Franck (um poema sinfónico) e Stravinsky (Danças Concertantes).

Na terça-feira, dia 10 às 18.30, na mesma sala, recital de violoncelo e piano por **Ivan Monighetti** e **Tatiana Baranova**, com peças de Webern, Beethoven, Schubert e Schnike.

Noutros locais: no Museu Nacional de Arte Antiga, domingo próximo, às 17.00, concerto pela **Camerata Vocal e Instrumental de Lisboa**; no sábado, também às 17.00, concerto pela **Orquestra Sinfónica da RDP** no Teatro S. Luiz.

Janeiras em Almada

Um grande grupo de «Janeireiros» reunidos por iniciativa do Centro Cultural de Almada está a percorrer as freguesias do concelho. Amanhã à noite estão na Cova da Piedade e em Cailhas, no domingo nas restantes freguesias. Nesta iniciativa, que tem o apoio da Academia Almadense, SFUAP e Clube de Campismo de Almada, colaboram o Coro Polifónico, os coros da SFUAP e do Clube de Campismo e o Grupo Coral «Amigos do Alentejo».

No **Palácio Nacional de Queluz**, no próximo domingo às 16.30, «Concerto dos Reis» pelo **Grupo Coral de Queluz**, com direcção de Alexandre Branco. No programa, peças de Scarlatti, Poulenc, Lopes-Graça, Des Prés, John Bennett, Mendelssohn e Debussy.

É também no domingo que, às 16.00 no Ateneu Vilafrankense, os serviços culturais da Câmara Municipal de **Vila Franca de Xira** promovem um **Concerto de Ano Novo** inteiramente preenchido com intervenções de **bandas filarmónicas**: do Ateneu Artístico Vilafrankense, da Sociedade Euterpe Alhandrense e da Sociedade Filarmónica e Recreio Alverquense.

Quanto à música de jazz, em Lisboa e esta semana a única oportunidade é a que oferece o Hot Clube de Portugal, onde hoje, sexta e sábado, à noite, toca o Quarteto de Sávio Araújo.

Mais cinema

O ABC Cine-Clube de Lisboa dá início a um ciclo **Ingmar Bergman** — quatro filmes notáveis que preenchem a programação deste mês, às 18.45 de todas as

sextas-feiras no Quarteto. Exibe-se **Monika e o Desejo**, realizado em 1952.

Um outro ciclo, este de autores vários, «sob o signo da fotografia», foi programado para Janeiro por um outro cineclub — o de **Viseu**. O primeiro filme é «Terra Sangrenta», de Roland Joffé (1984) e projecta-se, como habitualmente, no Auditório Calouste Gulbenkian daquela cidade. Sexta-feira às 21.30 e sábado às 15.00.

Filmes das primeiras décadas restaurados pelo Museu de Arte Moderna de Nova Iorque estão actualmente a ser exibidos na **Cinemateca** em Lisboa. O ciclo iniciou-se com duas obras-primas de D.W. Griffith («O Nascimento de Uma Nação» e «Lírio Quebrado») e prossegue com outros clássicos em versões originais (sem legendas): **Pesadelos e Superstições**, de Victor Fleming/1919 — hoje às 18.30; **Ladrão de Alcova**, de Ernst Lubitch/1932 — segunda-feira às 18.30 e terça às 21.30; «**Forgotten Village**», de A. Hamill e H. Kline/1941 — segunda-feira às 21.30.

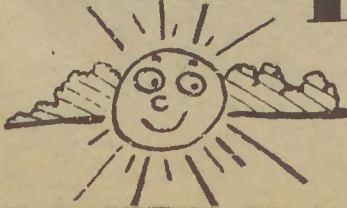
Na mesma sala da Cinemateca será exibido na terça-feira às 18.30 **As Vinhas da Ira**, realizado em 1940 por John Ford, e começa um ciclo de antestreias em que está incluída a exibição, hoje, às 21.30, de **Os Possessos**, de Andrejv Wajda/1987.

Bailado

No Teatro Nacional de S. Carlos teve ontem início a apresentação do espectáculo denominado «Soirée Stravinsky», preenchido com **Pássaro de Fogo** (coreografia de Brydor Paige) e Petrushka (coreografia) de John Auld segundo Fokine. Com a Companhia Nacional de Bailado e o bailarino solista Cyril Atanassoff da Ópera de Paris que interpretará «Petrushka» nos dias 11, 12, 13, e 14. Espectáculos esta semana nos dias 5 (hoje) e 6 às 21.00, no dia 8 às 16.00.

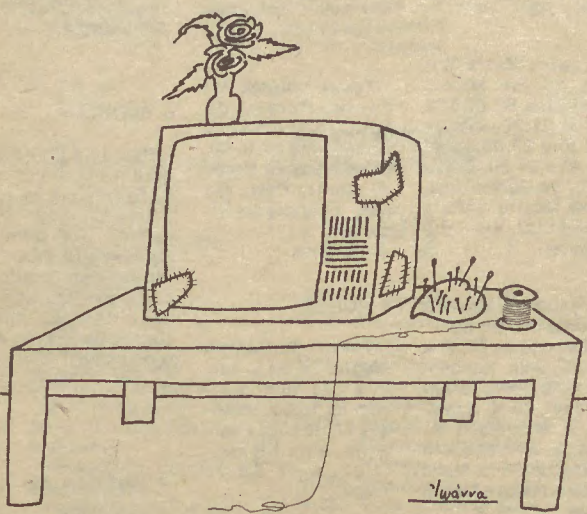
Tempo

Fim de Semana



Segundo a previsão do Instituto de Meteorologia e Geofísica, na sexta-feira e no sábado haverá alguma precipitação nas regiões do Norte. A partir de sábado, céu pouco nublado e vento moderado de Nordeste. Madrugadas frias.

a TV



Palavra-Chave

A palavra **esperança** pode considerar-se a palavra-chave deste princípio do ano.

Logo no primeiro dia, durante a transmissão das festividades no Vaticano (ao que se informou, transmitidas em directo para a União Soviética) foi dito que a defesa da Paz era a mais importante de todas as prioridades para a feliz cidade dos homens.

Só os insensatos pensam doutro modo. Ora sabe-se que foi especialmente para os insensatos que se criou o inferno.

Não brinquem com o Natal

O primeiro noticiário alargado do ano de 1989 aconteceu pouco passava do meio-dia.

A primeira referência foi para o agravamento de preços com que o Governo «festejou» a consoada. Ah, por que estranhos caminhos passa a «modernização»! Quanto mais se moderniza, mais a demagogia cheira mal...

Existe algo de tecnocraticamente repelente na teimosia de Cavaco de aumentar os preços dos bens essenciais na altura do Natal. Eles lá pensam que, estando as pessoas voltadas a fruição da alegria familiar, ficarão mais alheias a estas perturbações anunciadas. Enganam-se. Tais medidas provocam uma onde de choque de antipatia que virá a encontrar formas adequadas de protesto.

É pecado mortal jogar com o Natal.

1988, o ano da viragem

No mesmo dia, e no mesmo noticiário, espaço significativo foi concedido às mensagens trocadas entre Mikhail Gorbachov e Ronald Reagan. As televisões de ambos os países deu a melhor guarida às mensagens.

Mikhail Gorbachov acentuou a importância da eliminação dos mísseis de curto alcance ou seja, os mísseis da morte mais perto e mais difícil de combater.

Disse mais. Disse que os soviéticos tinham em 1988 descoberto os americanos e que os americanos tinham descoberto os soviéticos. «O medo e a suspeita — declarou — cederam o lugar à compreensão».

E por isso o ano de 1988 foi um ano de viragem na História da Humanidade.

E por estas palavras se depreende aquilo que eu escrevi ao princípio: o ano de 1988 nasceu sob os auspícios da esperança.

É claro que os bons auspícios reconfortam sempre. Mas não chegou o tempo de irmos dançar para o Terreiro. A defesa da Paz exige um aturado espaço de determinação, de imaginação e de organização.

Para que 1989 prossiga com êxitos a viragem de 1988.

■ Ulisses



Síntese semanal da IMPRENSA

Imperturbável no alto da sua «maior maioria», o Governo de Cavaco Silva continua a dar ordens ao País sem escutar os outros, a gabar-se na comunicação social de proezas que ninguém vê e a despejar sobre a população portuguesa medidas e decisões que agravam e degradam aceleradamente as suas condições de vida. Neste princípio de ano brindou os portugueses com novo aumento generalizado dos preços, tendo o desplane de sublinhar que há uma coisa que vai baixar: a taxa de televisão. Deve ser para nos compensar. Se não podemos livrar-nos de gramar todos os dias o Primeiro-Ministro e C.ª a arengar-nos no pequeno ecrã, ao menos passamos a vê-los de uma forma mais «económica»...

Os protestos

Os protestos ecoam por todos os lados, os utentes dos transportes criticam aumentos e o próprio funcionamento daquilo que é factor fundamental da sociedade e, por isso, de utilidade pública.

A consciência da indiferença com que as entidades responsáveis tratam estes assuntos torna-se cada vez mais clara e a indignação explode. «Os nossos presidentes, os nossos governantes deviam olhar para a vida do português pequenino», disse Elmira da Cruz Marques, reformada por motivo de doença. Doença que sabe não poder combater eficazmente porque «nós, os reformados, não temos dinheiro para nos tratarmos e toda a gente devia ter direito à saúde». O aumento dos transportes e de outros bens essenciais atinge profundamente Elmira Marques, que, afirmando já estar farta de conversas e discursos, considera os aumentos das pensões autênticas aberrações, visto logo de seguida o Governo encarecer a vida, e «ainda por cima retirar regalias, como fez a ministra da Saúde, Leonor Beleza».

Ao protesto de Elmira Marques em Sete Rios, juntou-se o de outro utente que todos os dias se desloca da Horta Seca para a Boa Hora, onde trabalha numa fábrica de azulejos. Considera o aumento do passe social um escândalo e principalmente «para nós, os pobres que, como eu, demoram cerca de duas horas a chegar ao local de trabalho. O ano passado foi mau, mas este vai ser pior», concluiu João Duarte, aprensivo. (...)

Em Entrecampos, autêntico formigueiro humano em horas de ponta, a indisposição começava a atingir aqueles que, após um dia de trabalho, desejavam ardentemente chegar a casa.

Maria João, após ter guardado o parco troco do pagamento da senha para o passe L12, no valor de 3500\$00, dirigiu-se à paragem das camionetas que todos os dias a transportam para Canaças.

Aproveitando um fôlego cansado, comentou, apenas, que, «ao aumentarem os transportes e os bens necessários sem aumentarem os ordenados, acabam por dar cabo de nós». Em seguida preparou-se para entrar numa camioneta «atuhlada» de gente maltratada por uma

sociedade da qual são os próprios construtores. (...)

(«o diário», 3/1/89)

«Tome nota!»

Tome nota: amanhã entram em vigor os novos preços do pão, da água, dos transportes, do gás, das taxas da RTP, da RDP, dos correios e dos telefones, sendo o aumento médio de 4 por cento. Nestas actualizações dos preços descem as taxas da televisão a cores (menos 39 por cento) e dos telefones internacionais (menos 15 por cento).

Mas de resto, tudo o mais aumenta: o pão aumenta cerca de 3,6 por cento, ou seja, que o quilo do tipo 115 passa dos 99 para os 102,5 escudos, do tipo 95 passa dos 101 para os 104,5 escudos e do tipo 75 (de primeira) passa dos 106 para os 110 escudos.

O abastecimento de água em Lisboa sofre também um aumento de preço de 5,1 por cento, enquanto a taxa da RDP passa de 167 para 180 escudos, se o consumo de electricidade for superior a 270 KW/H.

Os transportes de Lisboa e do Porto aumentam igualmente e, assim, o passe L, que custava 2070 escudos vai passar a custar 2195 escudos; o L1, que custava 2750 escudos vai passar a custar 2915 escudos; o L2, que custava 3300 escudos vai passar a custar 3500 escudos e o L3, que custava 3740 escudos vai passar a custar 3965 escudos. Quanto aos passes combinados, o L/CP, Lisboa-Cascais, que custava 4360 vai custar 4620 escudos; o L/CP Lisboa-Vila Franca de Xira, que custava 4490 escudos vai custar 4760 escudos e o L/RN e de operadores privados, que custava 2985 escudos vai custar 3170 escudos. Por sua vez, o passe da Transtejo passa de 1305 escudos para 1385 escudos.

No Porto, o passe da STCP Cidade (A), passa de 1870 para 1985 escudos; o Periferia Norte (B), passa de 2500 para 2650 escudos e o de Vila Nova de Gaia (C) de 1870 para 1985 escudos. O passe da rede geral (ABC) passa a custar 3165 escudos face aos 2985 escudos praticados até agora. O passe combinado STCP/operadores privados, de 44 viagens até 8 quilómetros «sobe» dos 2815 para 2990 escudos. O trans-

porte de aluguer, com ou sem distintivo, táxis e outros, sofre um aumento médio de 6 por cento. Os preços das taxas de portagem aumentam também a partir de amanhã, apenas se mantendo inalteradas as de Condeixa-Coimbra (35 escudos), Vila Franca-Carregado (45 escudos) e Coimbra/Sul-Coimbra/Norte. Os novos preços das portagens oscilam entre os 35 escudos, que se mantêm, e os 360 escudos, na ligação Mealhada-Aveiro/Sul, para pesados.

Os automobilistas são também penalizados com a entrada em vigor dos novos preços do seguro obrigatório de responsabilidade civil automóvel, cujo aumento médio é de 15 por cento.

Também as viagens aéreas entre Lisboa e as Regiões Autónomas da Madeira e Açores são mais caras. Assim para Ponta Delgada, Terceira ou Horta, nos Açores, a classe económica passa a custar 35 mil escudos, só ida ou 70 mil escudos, ida e volta. A tarifa especial será de 23500 escudos e de 47 mil escudos respectivamente. A tarifa PEX custará 31 mil escudos e a para residentes 25 mil escudos, enquanto que os estudantes pagarão 17 mil escudos.

Para a Madeira, a classe económica vai custar 20700 escudos, só ida ou 41400 escudos ida e volta. A tarifa especial será de 14750 escudos e de 29500 escudos respectivamente. A tarifa PEX será de 19 mil escudos e os residentes pagarão 15500 escudos e os estudantes 17 mil escudos.

As taxas de televisão a preto e branco, que custavam 2760 escudos vão passar a ser iguais às taxas de televisão a cores, que passarão a ser de 3200 escudos. (...)

(«Correio da Manhã», 2/1/89)

Seguros com preços... inseguros

A partir de 1 de Janeiro, o Seguro de Responsabilidade Civil Automóvel vai aumentar 15%, em média, mas mantendo ainda o limite mínimo obrigatório de 20 mil contos. O Seguro Automóvel de Danos Próprios, porém, não sofrerá qualquer alteração no próximo ano. O custo médio do prémio de responsabilidade civil foi, em média, de 11000\$00, embora um seguro novo (sem agravamentos), custe 14 mil escudos.

A revisão do preço do Seguro de Responsabilidade Civil do ramo automóvel fora solicitada pelas seguradoras em meados do ano ao Instituto de Seguros de Portugal, mas o agravamento concedido foi muito menor do que o pedido pelas companhias, que queriam 30%. As empresas alegam que têm registado elevados prejuízos nos últimos anos, devido à grande taxa de sinistralidade.

Segundo cálculos da Associação Portuguesa de Seguradores, os prejuízos com a exploração do ramo automóvel atingirão este ano os 16 milhões de contos. Em 88, o custo médio por sinistro elevou-se para 120 mil escudos, empurrado para cima pelos aumentos nos preços das peças e da mão-de-obra, que subiram, 86 para 87, 30% e até 70%, respectivamente. A diária de internato nos hospitais civis, por sua vez, aumentou, em média, 52,4%.

(«O Jornal», 30/12/88)

Xadrez

CLXXXV

5 de Janeiro de 1989

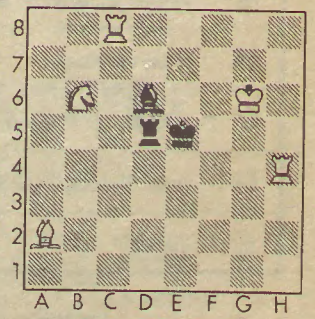
Proposição n.º 185

Por: J. Bohm

«Europa-Échecs», 1971

Pr.: [3]: Bb6-Td5-Rb6

Br.: [5]: Cb6-Ba2-Ts.c8,h4-Rg6



Mate em 2 lances

Jogo n.º 185

55.º Campeonato da URSS

Moscou, 1988

(1.º: Karpov e Kasparov - 11,5 pts.; 3.º: Salov e Yussupov - 10...)

1. d4,Cf6; 2. Cf6,g6; 3. c4,Bg7; 4. Cc3,d5; 5. Db3,D:c4; 6. D:c4,0-0; 7. e4,Ca6; 8. Bc5,c5; 9. d5,e6; 10. 0-0,e:d5; 11. e:d5,Té8; 12. Bf4,Bf5; 13. Td1,Cé4; 14. Bd3,B:c3; 15. b:c3,b5; 16. D:b5,C:c3; 17. D:a6,B:d3; 18. D:d3,Cé2+; 19. Rhl,C:f4; 20. Dg4,Dd6; 21. Tfél,T:él; 22. C:él,Tb8; 23. a3,Tb2; 24. f3,Dé5; 25. Dé4,Dg5; 26. g3,Dh5; 27. h4,Cé2; 28. Dé8+,Rg7; 29. d6,C:g3+; 30. Rgl,Cé2+; 31. Rll,Df5; 32. D:e2,Dh3+ e C-1.

Solução do n.º 185

Chave: 1. Tc6! blocus!

1. ...; R66; 2. Té4++

1. ...; T joga; 2. Cd7++

1. ...; B joga; 2. Cc4++

A. de M. M.

Damas

CLXXXV

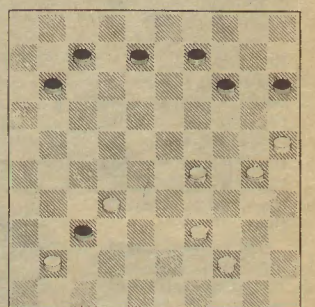
5 de Janeiro de 1989

Proposição n.º 185 (inédita?)

Por: René Fourgous

— 78 Elancourt (F).

Pr.: [7]: 7-8-9-11-14-15-37



Br.: [7]: 25-29-30-32-39-41-44

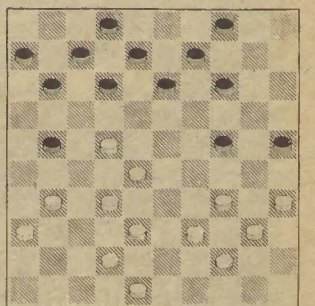
Jogam as brancas e ganham

GOLPE N.º 185

Por: Rajolle

Campeonato de França, 1985

Pr.: [13]: 2-4-6-7-8-9-11-12-13-14-21-24-25



Br.: [13]: 22-28-31-32-34-35-36-38-39-40-42-44-48

Jogam as pretas e ganham

SOLUÇÃO DO N.º CLXXXV

Miniatura n.º 185 (R.F.): 32-28 (37x46=D), 29-24 (46x23); 44-40 (23x45); 24-19 (14x23); 39-34 (45x29); 30-24 (29x20); 25x1=D(11-17A); 1x29 (17-22); 29-38...+

A) Se: (23-28) 1-6+.

Golpe n.º 185 (B.): (21-27) 32-21 (24-30); 35x24 (14-20); 24-15 (25-30); 34-25 (4-10); 15x4=D (9-14); 4x18 (12x45)+.

A. de M. M.